



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

RAFAEL MÁRCIO KRETZER

**ENGAJAMENTO POLÍTICO NO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE:  
UMA ANÁLISE SOBRE OS JOVENS DO CURSINHO PODEMOS MAIS  
HELIÓPOLIS/SP**

FLORIANÓPOLIS

2021

Rafael Márcio Kretzer

**ENGAJAMENTO POLÍTICO NO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE:  
UMA ANÁLISE SOBRE OS JOVENS DO CURSINHO PODEMOS MAIS  
HELIÓPOLIS/SP**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação  
em Educação da Universidade de Federal de Santa  
Catarina para a obtenção do título de Mestre em  
Educação.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dra.<sup>a</sup> Sandra Luciana Dalmagro

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Kretzer, Rafael Márcio  
Engajamento político no Levante Popular da Juventude :  
Uma análise sobre os jovens do Cursinho Podemos Mais  
Heliópolis/SC / Rafael Márcio Kretzer ; orientador, Sandra  
Luciana Dalmagro, 2021.  
154 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós  
Graduação em Educação, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Educação. 2. Classe Social. 3. Engajamento Político.  
4. Levante Popular da Juventude. 5. Cursinho Podemos Mais  
Heliópolis. I. Dalmagro, Sandra Luciana. II. Universidade  
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em  
Educação. III. Título.

Rafael Márcio Kretzer

**ENGAJAMENTO POLÍTICO NO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE:  
UMA ANÁLISE SOBRE OS JOVENS DO CURSINHO PODEMOS MAIS  
HELIÓPOLIS/SP**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Natacha Eugênia Janata  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Lucas Barbosa Pelissari  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Célia Regina Vendramini  
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Educação.

---

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra Luciana Dalmagro  
Orientadora

Florianópolis

2021

Este trabalho é dedicado aos jovens do  
Levante Popular da Juventude em seu caminho até à vitória.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho, assim como toda produção científica, é fruto de minha formação acadêmica, mas também é uma construção social. Portanto, tem nexos com minha vivência entre familiares, amigos e estranhos, e, especialmente, com minha experiência enquanto militante. Desse modo, tentarei elencar aqui algumas pessoas e coletivos que contribuíram para esta empreitada, contudo não se esgotam aqui os seus participantes.

Agradeço ao Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho (TMT) por me proporcionar as primeiras imersões no pensamento marxista na universidade e à minha primeira orientadora, Adriana D'Agostini, por guiar minhas experiências iniciais enquanto pesquisador.

Sou grato ao Curso de Especialização em Educação e Realidade Brasileira, no qual pude ter um primeiro acesso aos grandes pensadores e pensadoras brasileiras e sentar ao lado de tantos militantes valiosos. Agracio minha orientadora de especialização, Natacha Eugênia Janata, pela parceria na luta e pelo incentivo na continuidade dos estudos.

Agradeço à minha orientadora de mestrado, Sandra Luciana Dalmagro, pelas contribuições inteligentes, pela paciência, respeito e sensibilidade. A ela sou grato também por me proporcionar o primeiro contato com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Santa Catarina.

Agracio aos membros da banca, Natacha Eugênia Janata, Lucas Barbosa Pelissari e Célia Regina Vendramini pela leitura atenta deste trabalho e pelas suas contribuições que foram fundamentais para o seu desenvolvimento. Aos jovens que estão nesta pesquisa, pela hospitalidade em me receber em seus locais de trabalho ou estudo e pelos minutos de atenção dispendidos para as entrevistas.

Sou grato ao MST onde iniciei minha militância, ao Levante Popular da Juventude e à Consulta Popular onde segui com a luta. Nessas organizações fiz uma família, aprendi a olhar o mundo de forma distinta e descobri a importância do engajamento e do embate político para a transformação do mundo.

Agradeço à revisora desta dissertação, Penélope Mas, como profissional, pela sua competência e esforço, mas também como prima irmã, por tantos anos de carinho e dedicação a mim e por ser a minha primeira referência acerca da importância dos estudos.

Sou grato aos meus amigos e familiares, pessoas cujo amor e apoio são indiscutíveis para o meu sucesso acadêmico e para o meu caráter. Posso citar meus pais, Cláudia e Márcio,

e meus irmãos, Gabriela e Bruno, mas não arriscaria listar os demais para não incorrer em injustiças ao esquecer alguém.

Finalmente, agradeço à minha amada, Sofia, por me acompanhar todos os dias, por construir raciocínios comigo, por compartilhar impulsos de aventura intercalados com instantes de sensatez, por segurar minha mão nos momentos mais difíceis e por me inspirar a caminhar sempre no sentido de superação de minhas posições enquanto ser social.

## RESUMO

Entre a juventude da classe trabalhadora no Brasil vemos uma parcela que integra a classe média e uma grande maioria que compõe as camadas populares. Estes geralmente situados no campo e nas periferias urbanas, expostos ao trabalho desde cedo, majoritariamente em situação de subemprego, ou desemprego, além de possuírem os menores graus de escolaridade e grandes dificuldades de acessar ao ensino superior. Esta dissertação tem por foco analisar os limites e possibilidades do Cursinho Podemos Mais Heliópolis, localizado na capital paulista e organizado pelo Levante Popular da Juventude (Levante), em promover o engajamento político dos jovens que o compõem. Metodologicamente, realizamos pesquisa em trabalhos acadêmicos acerca do Movimento, analisamos seus documentos oficiais e aplicamos entrevistas e questionários com os coordenadores, estudantes, professores e militantes do Levante que fazem parte do cursinho de Heliópolis. O suporte teórico dos estudos acerca da juventude, engajamento político e sociedade de classes no Brasil está embasado principalmente nos sociólogos FERNANDES (1972, 1975, 2018, 2019, 2020), IANNI (1968) e FORACCHI (1965, 1972), além de autores mais recentes como SPOSITO *et al.* (2018, 2020). Ao longo da análise percebemos que o Levante assume os cursinhos populares como um meio para o engajamento político dos jovens das camadas populares, ao mesmo tempo em que se coloca como uma possibilidade de atuação política também para os jovens universitários. Nesse cenário, constatamos que o cursinho de Heliópolis se pauta pelas orientações da Organização e busca extrapolar as paredes da sala de aula, aproximando-se da comunidade e das organizações, instituições, famílias e jovens que a compõem, no intuito de buscar caminhos para a mobilização política destes indivíduos. O engajamento se mostrou uma possibilidade latente entre os estudantes do Cursinho, mas a condição de classe desses jovens — todos pertencentes às camadas populares — se coloca como o principal impedimento tanto para a atuação política quanto para a continuidade dos estudos. Em alternativa, o cursinho de Heliópolis também tem aproximado jovens universitários do engajamento na periferia, estes aparentemente com maior tempo para a atuação política, porém nem sempre alinhados com o método e perspectiva política desse espaço educativo, apresentando também desafios futuros para a realização dos objetivos do Cursinho.

**Palavras-Chave:** Juventude. Classe Social. Engajamento Político. Levante Popular da Juventude. Cursinho Podemos Mais Heliópolis.



## ABSTRACT

Among the youth of the working class in Brazil, we see a portion that integrates the middle class and a large majority that make up the popular strata. These are usually located in the countryside and in the urban peripheries, exposed to work from an early age, mostly underemployed, or unemployed, in addition to having the lowest levels of education and great difficulties in accessing higher education. This dissertation focuses on analyzing the limits and possibilities of the Cursinho Podemos Mais Heliópolis (a course to take the test to enter the university), located in the capital of São Paulo and organized by social movement Levante Popular da Juventude (Levante), in promoting the political engagement of the young people who compose it. Methodologically, we carry out research on academic works about this Movement, analyze its official documents and apply interviews and questionnaires with the Cursinho's coordinators, students, teachers and activists of Levante. The theoretical support for studies on youth, political engagement and class society in Brazil is based mainly on the sociologists FERNANDES (1972, 1975, 2018, 2019, 2020), IANNI (1968) and FORACCHI (1965, 1972), in addition to more recent authors such as SPOSITO *et al.* (2018, 2020). Throughout the analysis, we realized that Levante assumes popular courses as a means for the political engagement of young people from the popular strata, at the same time that it poses itself as a possibility for political action also for young university students. In this scenario, we found that the Heliópolis course is guided by the guidelines of the Organization and seeks to extrapolate the walls of the classroom, approaching the community and the organizations, institutions, families and young people that compose it, in order to seek ways for the political mobilization of these individuals. Engagement proved to be a latent possibility among students at the Cursinho, but the class status of these young people — all belonging to the popular strata — stands as the main impediment both to political action and to the continuity of studies. Alternatively, the Heliópolis course has also brought young university students closer to engagement on the urban periphery, apparently with more time for political action, but not always accordingly to the method and political perspective of this course, also presenting future challenges for the achievement of goals of the Cursinho.

**Keywords:** Social Class. Youth. Political Engagement. Levante Popular da Juventude. Cursinho Podemos Mais Heliópolis.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Postal da Coordenação Nacional do Levante Popular da Juventude para o IV Acampa Nacional.....	25
Figura 2 – Levante em Marcha.....	62
Figura 3 – 1º Acampa Nacional e Escracho aos Torturadores .....	64
Figura 4 – 2º Acampa Nacional.....	66
Figura 5 – 3º Acampa Nacional e Bandeirão 57º CONUNE.....	72
Figura 6 – Nós por Nós no bairro Jardim Campo Novo.....	77
Figura 7 – Sem Título.....	80
Figura 8 – Cursinho Popular Podemos Mais .....	84
Figura 9 – Ataque Aéreo .....	90
Figura 10 – Vista de Heliópolis com o Hospital Heliópolis ao fundo.....	93
Figura 11 – 20º Caminhada da Paz, 2018.....	96
Figura 12 – Dois frames do clipe da música "BololoHaha", do funkeiro MC Bin Laden, gravado em Heliópolis e com a presença de outros jovens MCs da comunidade, 2014.....	98
Figura 13 – Balada Black organizada pelo projeto Jovens Alconscientes de Heliópolis, 2014 .....	99
Figura 14 – Visão aérea do CEU Heliópolis Professora Arlete Persoli .....	101
Figura 15 – Entrada direta do CEU Heliópolis para a comunidade .....	103
Figura 16 – Estudantes, professores e organizadores do Cursinho Podemos Mais Heliópolis, 2019 .....	106
Figura 17 – Professores e organizadores do Cursinho Podemos Mais Heliópolis, 2019 .....	115

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Lista dos documentos utilizados na pesquisa .....	21
Quadro 2 – Lista de pessoas entrevistadas na pesquisa.....	23

## LISTA DE SIGLAS

CCA	Centros para Crianças e Adolescentes
CEI	Centro de Educação Infantil
CEU	Centro de Educação Unificado
CMP	Central de Movimentos Populares
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
ETEC	Escola Técnica Estadual
EZLN	Exército Zapatista de Libertação Nacional
FBP	Frente Brasil Popular
GTAA	Grupo de Trabalho Ações Afirmativas
LGBT	Movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPL	Movimento Passe Livre
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTD	Movimento dos Trabalhadores por Direitos
NB	Núcleos de Base
NPP	Núcleo Político Pedagógico
NTIC	Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
PAM	Posto de Assistência Médica
PCC	Primeiro Comando da Capital
PJR	Pastoral da Juventude Rural
TMT	Transformações no Mundo do Trabalho
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UNAS	União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região
UNE	União Nacional dos Estudantes

## LISTA DE ABREVIATURAS

AgitProp	Agitação e Propaganda
Consulta	Consulta Popular
Levante	Levante Popular da Juventude
Rede Podemos Mais	Rede de Cursinhos Populares Podemos Mais

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
METODOLOGIA.....	20
<b>1 CONDIÇÃO DE CLASSE E ENGAJAMENTO POLÍTICO DOS JOVENS NO BRASIL .....</b>	<b>26</b>
1.1 UM PANORAMA SOBRE A CONDIÇÃO DE CLASSE DOS JOVENS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO .....	26
1.1.1 A atualidade do mundo do trabalho e da educação no Brasil.....	26
1.1.2 Trabalho e educação entre os jovens na atualidade brasileira .....	30
1.2 SOCIEDADE DE CLASSES E ENGAJAMENTO POLÍTICO NO CAPITALISMO DEPENDENTE .....	37
1.3 A RELAÇÃO ENTRE AS CATEGORIAS JOVEM, ESTUDANTE E ENGAJAMENTO POLÍTICO.....	46
1.4 ENGAJAMENTO POLÍTICO ENTRE OS JOVENS No BRASIL contemporâneo.....	52
<b>2 CLASSE E ENGAJAMENTO POLÍTICO NO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE.....</b>	<b>57</b>
2.1 O CONTEXTO HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DO LEVANTE .....	57
2.2 APROFUNDAMENTO ESTRATÉGICO E ELABORAÇÃO DO MÉTODO ORGANIZATIVO.....	64
2.3 O CAMINHO DA “MASSIFICAÇÃO” E “PROFISSIONALIZAÇÃO” DO MOVIMENTO .....	71
<b>3 CLASSE E ENGAJAMENTO POLÍTICO NO CURSINHO PODEMOS MAIS HELIÓPOLIS.....</b>	<b>83</b>
3.1 A REDE DE CURSINHOS POPULARES PODEMOS MAIS .....	83
3.1.1 Surgimento e objetivos políticos da Rede Podemos Mais.....	83
3.1.2 Modelo organizativo da Rede Podemos Mais .....	90
3.2 O CURSINHO PODEMOS MAIS HELIÓPOLIS: LIMITES E POSSIBILIDADES DE ENGAJAMENTO POLÍTICO .....	92
3.2.1 Um breve panorama sobre o bairro Heliópolis e os jovens que o habitam .....	92

3.2.2	A construção do Cursinho Podemos Mais Heliópolis: estrutura, objetivos e primeiros passos .....	100
3.2.3	Os estudantes: condição de classe e engajamento político .....	105
3.2.4	Os educadores: intersecções entre os jovens universitários e o território .....	114
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>120</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>124</b>
	<b>APÊNDICE A — ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO</b>	<b>129</b>
	<b>APÊNDICE B — QUESTIONÁRIOS</b> .....	<b>133</b>





## INTRODUÇÃO

O Brasil contemporâneo está inserido no contexto de acumulação flexível do capital, que resulta na aplicação intensa da ciência e da tecnologia na estrutura produtiva. Esse processo implica em alto grau de dispensa de trabalhadores, ao mesmo tempo em que lhes exige maior polivalência para atender às novas exigências formativas demandadas pelas mudanças tecnológicas.

Nesse cenário, a educação se resume à garantir as ditas competências necessárias para que os trabalhadores possam se acomodar à nova ordem, o que implica, portanto, no esvaziamento da formação humana em perspectiva ampla. De todo modo, no caso brasileiro nem mesmo tais modificações são abarcadas em sua integralidade e aqui a adesão à pedagogia das competências se dá de forma parcial e instável.

Prevalecem no Brasil aspectos arcaicos do período colonial, reelaborados e assimilados pelo capitalismo contemporâneo. Nessa esteira, é possível perceber, nos dias atuais, extrema polarização entre as classes e um desnivelamento social que leva, inclusive, à estratificação dentro da própria classe trabalhadora. No interior deste grupo se pode distinguir uma parcela minoritária que é a classe média, ao lado de uma ampla maioria de “despossuídos do sistema”, em que se encontram os maiores índices de desemprego e de subemprego e os piores níveis de escolarização.

Diante desse contexto, a maior parte da juventude brasileira é submetida ao mundo do trabalho desde muito cedo e sua formação educacional resulta em um caminho sinuoso, com períodos de ausência e reprovação escolar durante esse percurso. Ademais, a partir dos 18 anos o número de jovens que se afastam dos estudos aumenta drasticamente e encontramos um grande número de indivíduos que não completam o ensino médio e uma imensa maioria que não chega ao ensino superior.

Concomitantemente, ocorreu nos últimos anos um aumento no nível de escolarização entre os desempregados, como veremos adiante, o que aponta para a necessidade crescente de formação superior como requisito básico para a “empregabilidade” entre os jovens, a qual, porém, não é assegurada mesmo após longos anos de escolarização. Temos então um quadro em que cada vez mais se anuncia a exigência de formação acadêmica entre os juvenis, ao passo que as oportunidades de acesso ao ensino superior não crescem na mesma medida.

A partir desse cenário, buscamos em Florestan Fernandes (1972, 1975, 2018, 2019, 2020) e Marialice Foracchi (1965, 1972) uma compreensão teórica sobre a situação da

juventude na composição de classes no Brasil e suas possibilidades de engajamento político. Nossa escolha por essa perspectiva teórica considerou a noção, por parte de ambos os autores, acerca do capitalismo dependente, bem como sua atenção para as especificidades da luta de classes na América Latina e no Brasil.

Fernandes (1975) explica que nessas regiões a dinâmica da sociedade de classes é resultado da absorção e ressignificação das antigas relações, estruturas e funções sociais — cujos nexos estão na herança colonial latino-americana — pelo mercado e pelo sistema de produção capitalista. Como consequência, nos países latino-americanos apenas alguns círculos sociais possuem de fato uma condição de classe, e esses setores coexistem com uma “massa de despossuídos”, cujos níveis de vida são inferiores ao de subsistência.

Nessa sociedade que combina nexos arcaicos e modernos, os poucos grupos que se encaixam no lugar de classe social — como a burguesia e a classe média — dificilmente se veem enquanto tal e negam esse caráter aos outros extratos sociais. Já as camadas populares, ou, na acepção de Fernandes (1975), as massas despossuídas, tendem a não ver sua condição em contraposição ao sistema social vigente, e buscam garimpar aquilo que este lhes pode oferecer — embora seja muito pouco.

Seguindo a tradição marxista, Fernandes (1975) considera o poder sobre o Estado um elemento chave para a luta de classes no Brasil, mas a disputa pelo seu controle também carrega peculiaridades referentes ao capitalismo dependente. Aqui a burguesia se apropriou do Estado de forma autocrática, retendo a Revolução Nacional dentro dos limites impostos pelo imperialismo e alijando, com forte repressão, as classes subalternas das decisões políticas.

Assim, os trabalhadores, se quiserem se livrar do jugo das classes dominantes, terão de tomar o Estado atuando em duas direções, simultaneamente: por meio da luta dentro da ordem e por meio da luta contra a ordem. Os embates dentro da ordem, que nas clássicas revoluções burguesas da Europa foram encabeçados pela burguesia, no Brasil terão de ser assumidos pelas classes subalternas.

Para Fernandes (2019), o engajamento dentro da ordem engendra consequências socializadoras estratégicas para a transformação dos proletários em classe. Sendo assim, em nossa sociedade não é possível pensar a luta aberta dos trabalhadores, ou seja, o duelo contra a ordem, sem considerar sua relação dialética com as disputas no interior da estrutura social já estabelecida.

O autor ressalta que a luta dentro da ordem não suprime as limitações do sistema capitalista dependente, no entanto carrega pautas que se transmutam em “alvos salientes da luta

de classes”, possuindo um significado “pedagógico-estratégico” decisivo (FERNANDES, 2019, p. 60).

Partindo dessa lógica, Fernandes (2019, 2020) considera a pauta educacional como um importante fator entre os que compõem as lutas dentro da ordem. Ele defende a necessidade de lutar pela universalização da educação e pela sua vinculação aos problemas concretos da sociedade, visando, em última instância, transformá-la.

Nessa seara, Foracchi (1965, 1972) nos oferece elementos importantes. Ao buscar compreender a questão educacional e sua relação com a juventude e a luta de classes, a autora corrobora a definição de Fernandes sobre a sociedade de classes no capitalismo dependente, e, com base nisso, faz uma distinção entre a juventude da classe média e a juventude da camada popular.

Em seus estudos a respeito dos jovens estudantes da Universidade de São Paulo (USP) na década de 1960, a autora constata o pertencimento desses indivíduos à classe média e, a partir daí, afirma que essa situação impõe determinado condicionamento a atuação política desses jovens. Assim, Foracchi (1965) aponta dois aspectos do engajamento dos jovens universitários.

Um deles se refere a certa potencialidade de sua atuação política, já que sua experiência no ensino superior evidencia os limites daquilo que o capitalismo dependente pode oferecer à classe média, e, por conseguinte, abre espaço para o seu posicionamento radical frente ao sistema.

O outro aspecto indica sua limitação, uma vez que justamente por pertencerem à classe média, esses jovens reproduzem a lógica da negação da condição de classe — que, como vimos, é uma característica típica da dinâmica social do capitalismo dependente — o que lhes impossibilita enxergar de forma nítida o seu papel na luta de classes.

Já a atitude dos jovens das camadas populares tende a considerar menos os limites do sistema do que as possibilidades de integração a ele. Nessa perspectiva, esses indivíduos enxergam a educação escolar, por exemplo, como um elemento chave para acessar aquilo que a ordem vigente tem a oferecer — ainda que sejam poucas as oportunidades dispostas.

Assentados nesses pressupostos teóricos, fizemos um levantamento acerca das tendências contemporâneas de engajamento entre os jovens, para, em seguida, seguirmos com nosso objeto de pesquisa. Com base nos estudos de Sposito *et al.* (2020) delineamos três das principais formas de atuação juvenil na atualidade.

A primeira diz respeito à militância no meio estudantil. Tendo hoje alcançado abrangência para além das universidades, atinge também as escolas e conta com algumas mudanças nas concepções organizativas, sendo marcante a rejeição às formas convencionais de luta (SPOSITO *et al.*, 2020). A segunda — as denominadas culturas juvenis — é caracterizada por ações como: organização de eventos culturais, inserção social por meio do consumo e ostentação, e disputa do espaço urbano por meio, como pichações e práticas esportivas.

Por fim, a terceira é formada por movimentos que seguem carregando elementos das habituais organizações anarquistas e socialistas, e, também, pelos chamados movimentos associativistas, cujas ações ocorrem geralmente na periferia e em parceria com instituições e organizações já consolidadas, suas iniciativas vão desde mobilizações contra violência até ações culturais (SPOSITO *et al.*, 2020).

Nesse novo panorama de lutas juvenis destacamos que a participação dos jovens das camadas populares gravita, geralmente, em torno de pautas que visam — ao menos em um primeiro momento — sua integração ao sistema. São demandas relacionadas a melhoras na estrutura educacional, a espaços de cultura e lazer, ao consumo de mercadorias e à segurança. Confirmando, portanto, as análises de Fernandes (1975, 2019) e Foracchi (1972) relacionadas a esse estrato social com o Estado.

É nesse cenário de renovação das formas de engajamento juvenis que surge o Levante Popular da Juventude (Levante)<sup>1</sup>. Com início no ano de 2006, no Rio Grande do Sul, o Movimento alcançou dimensão nacional em 2012, e a partir desse momento passou a ter participação crescente na cena política.

O tema geral desta pesquisa está relacionado ao papel do Levante na sociedade de classes brasileira. Mais especificamente, buscamos analisar um de seus instrumentos de estímulo ao engajamento político entre os jovens, a saber, o Cursinho Podemos Mais Heliópolis, circunscrito na Rede de Cursinhos Populares Podemos Mais (Rede Podemos Mais) — um conjunto de cursinhos pré-vestibulares populares organizados pelo Levante ao longo do Brasil, visando fundamentalmente o engajamento político entre os jovens que os constituem.

Nossa escolha por esse tema e por esse objeto de pesquisa parte de algumas premissas, que serão apresentadas a seguir. Ao fazer uma busca prévia pelos trabalhos produzidos sobre o Levante, nos deparamos com certa escassez e ao focar a procura na Rede Podemos Mais, não encontramos nenhuma pesquisa.

---

<sup>1</sup> Optamos por utilizar a abreviação “Levante” e não “LPJ” para Levante Popular da Juventude por ser a mais usada entre os jovens deste movimento.

Ademais, entre as poucas investigações existentes sobre o Levante não são muitas as que o analisam a partir da perspectiva de classe, o que nos parece uma carência significativa, já que, segundo Paludo *et al.* (2016), a Organização carrega a perspectiva de classe na sua visão de sociedade e no seu projeto político. Interpretação esta que também pode ser encontrada em Sposito *et al.* (2020), para quem o Movimento pode ser categorizado entre as organizações de juventude que herdaram práticas socialistas.

Nesse sentido, com base na leitura que trouxemos a respeito da sociedade brasileira e considerando que o Levante se propõe a transformar a realidade a partir da luta de classes, avaliamos ser importante analisar esse movimento desde a teoria marxista — mais especificamente, apoiado em teóricos marxistas cujas análises estiveram voltadas para a América Latina e para o Brasil.

Foi com base nas considerações de Fernandes (2019; 2020) e Foracchi (1965; 1972) acerca da relação entre educação, juventude e luta de classes que a inserção deste pesquisador no Levante foi refletida. Nesse contexto, escolhemos abordar a Rede de Cursinhos Populares Podemos Mais, ligada ao Movimento, da qual selecionamos o tema central desta pesquisa, o Cursinho Podemos Mais Heliópolis, situado no bairro Heliópolis, na cidade de São Paulo e seu objeto de análise: o engajamento político dos jovens.

A escolha por um cursinho no estado de São Paulo — considerando que existem cursinhos da Rede Podemos Mais espalhados por várias partes do Brasil — também merece uma explanação. Os estados onde estão localizadas as experiências mais consolidadas da Rede Podemos Mais são Minas Gerais, Pará, Rio Grande do Sul e São Paulo. Apoiados nisso, nossa escolhemos uma região cujo processo dos cursinhos nos oferecesse um material mínimo para a análise e cujo acesso, desde onde estávamos situados geograficamente — Florianópolis/SC — fosse possível, uma vez que não contamos com recursos financeiros para a pesquisa.

Na triagem final tínhamos Rio Grande do Sul e São Paulo, e então optamos pelo segundo. Nesse estado escolhemos a capital paulista pela facilidade de acesso e por abrigar a sede da Secretaria Nacional da Rede Podemos Mais. O que nos facilitaria a ligação com o cursinho de Heliópolis e possibilitaria também realizar entrevistas com os responsáveis pela Rede Podemos Mais, enriquecendo o material para a análise.

Havíamos ainda que escolher entre os três cursinhos vinculados à Rede Podemos Mais na capital paulista. Optamos pelo núcleo de Heliópolis por ser o mais antigo e, portanto, o que pôde oferecer mais dados a serem analisados, além disso, essa comunidade — conhecida como uma das maiores periferias urbanas da capital paulista — possui histórico de luta e organização

popular. Esse elemento nos pareceu promissor para o exame da capacidade do cursinho em engajar os jovens dessa comunidade.

## METODOLOGIA

Com base no panorama introdutório trazido anteriormente, iniciamos a pesquisa com algumas hipóteses. Nosso prognóstico é que o Levante busca, nos cursinhos populares, um meio de organizar os jovens na luta de classes, sendo o fim último desse engajamento a disputa do Estado por meio de um projeto contra-hegemônico de superação do capitalismo.

A partir daí, consideramos que o Cursinho Podemos Mais Heliópolis extrapola a finalidade básica de inserir os estudantes no ensino superior e volta-se para fora da sala de aula, aos espaços onde os jovens circulam, buscando promover um vínculo entre eles e o Movimento e, assim, entre eles e a luta organizada.

Nessa perspectiva, o *objetivo geral* desta pesquisa é analisar os limites e possibilidades do Cursinho Podemos Mais Heliópolis em promover o engajamento político dos jovens que o compõem. Para tanto, nos colocamos quatro objetivos específicos: 1) Descrever a estratégia política do Levante; 2) Investigar o papel dos cursinhos populares na estratégia de luta do Levante; 3) Caracterizar a condição de classe dos jovens do Cursinho Podemos Mais Heliópolis; 4) Apurar as formas de engajamento político — ou a ausência dele — entre os jovens envolvidos no Cursinho Podemos Mais Heliópolis.

Para tal, iniciamos com um levantamento da bibliografia sobre o tema. Os trabalhos que encontramos sobre o Levante são recentes e, embora relativamente escassos, têm aumentado nos últimos anos. Dentre a produção realizada até 2019, disponível na plataforma Google Acadêmico e na plataforma Scielo, encontramos dezessete pesquisas em que o Movimento aparece como o principal objeto de investigação. Entre elas uma tese de doutorado, nove dissertações de mestrado, cinco artigos científicos e duas monografias de graduação.

Em meio a esses trabalhos buscamos aqueles que fizeram uma análise a partir da articulação entre classe e engajamento político; classe e educação; ou classe, engajamento político e educação. Nessa perspectiva encontramos duas dissertações (GALVÃO, 2015; ARAÚJO, 2016) e um artigo (PALUDO *et al.*, 2016).

Não encontramos, para os anos após 2016, referencial bibliográfico que dialogasse com os critérios supracitados, o que nos levou a abordar os anos subsequentes unicamente com base em fontes primárias, como os documentos oficiais do Levante (conforme tabela 1), nas

entrevistas que realizamos (conforme tabela 2), na aplicação de questionários e no contato com alguns militantes via WhatsApp.

A condição de militante do Levante do autor desta dissertação foi um elemento significativo para a pesquisa, visto que sua vinculação com o Movimento lhe deu acesso a ampla gama de documentos, fator que enriqueceu a investigação, mas também implicou em alguns desafios como o distanciamento necessário do pesquisador em relação ao seu objeto de pesquisa.

Outro ponto adverso no que diz respeito ao acesso de grande volume de documentos, foi a necessidade por um refinamento dos critérios para sua seleção. Durante a apuração dos documentos preconizamos aqueles que continham informações diretamente voltadas para nossos objetivos de pesquisa — a estratégia política do movimento e o papel dos cursinhos nessa estratégia — e que abrangessem o período não abordado pela bibliografia consultada. Ou seja, documentos de 2016 em diante — embora tenhamos consultado alguns poucos documentos produzidos entre 2012 e 2014, além de um documento da Consulta Popular de 2007.

Quadro 1 — Lista dos documentos utilizados na pesquisa

<b>Nome</b>	<b>Tipo</b>	<b>Onde foi produzido</b>	<b>Quando foi produzido</b>
Resoluções da 3ª Assembleia Nacional	Cartilha	Não informado.	Outubro de 2007.
Projeto Popular para a Educação	Cartilha	Não informado.	Entre 2012 e 2014.
Carta Compromisso do I Acampamento Nacional do Levante Popular da Juventude	Carta Pública	Em Santa Cruz do Sul/RS.	Fevereiro de 2012 — durante o I Acampamento Nacional do Levante Popular da Juventude.
História do Levante	Cartilha	Não informado.	Entre 2014 e 2016.
I Caderno de Debates: preparatório para o II Acampamento Nacional do Levante Popular da Juventude	Caderno de Debates	Não informado.	Março de 2014.
Carta Compromisso do III Acampamento Nacional do Levante Popular da Juventude	Carta Pública	Em Belo Horizonte/MG	Setembro de 2016.
3º Acampamento Nacional do Levante: caderno de debates 1	Caderno de Debates	Não informado.	Agosto de 2016.
Síntese Política da Reunião da Coordenação Nacional	Síntese de Reunião	Não informado.	Março de 2017 — durante a Reunião da Coordenação Nacional do Levante.

do Levante — 9 a 12 de março de 2017			
Reunião da Coordenação Nacional do Levante	Relatoria de Reunião	Na Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema/SP.	Julho de 2017 — durante a Reunião da Coordenação Nacional do Levante.
Relato Reunião Frente Territorial	Relatoria de Reunião	Na Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema/SP.	Julho de 2017 — durante a Reunião da Coordenação Nacional Frente Territorial.
Cartilha Ocupe Educação	Cartilha	Não informado.	Outubro de 2017.
Síntese Política — Reunião da Coordenação Nacional do Levante	Síntese de Reunião	Na Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema/SP.	Dezembro de 2018 — durante a Reunião da Coordenação Nacional do Levante.
I Seminário Nacional — Podemos Mais	Síntese de Reunião	Em Ibiraté/MG.	Maio de 2018 — durante o I Seminário Nacional da Rede Podemos Mais.
Circular n° 20/2018 — Seminário Nacional da Rede de Cursinhos Podemos Mais	Circular Interna	Em São Paulo/SP.	Maio de 2018.
Rede de Cursinhos Populares Podemos Mais: como construir um cursinho Popular?	Cartilha	Não informado.	Agosto de 2018.
Síntese Política — Reunião da Coordenação Nacional do Levante Popular da Juventude — 4 a 7 de abril de 2019	Síntese de Reunião	Na Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema/SP.	Abril de 2019 — durante a Reunião da Coordenação Nacional do Levante.
Reunião da Coordenação Nacional do Levante Popular da Juventude	Relatoria de Reunião	Na Escola Nacional Paulo Freire, em São Paulo/SP.	Agosto de 2019 — durante a Reunião da Coordenação Nacional do Levante.
Mapa da Rede de Cursinhos Populares Podemos Mais	Circular Interna	Não informado.	Abril de 2019.
4° Acampamento Nacional do Levante: roteiro de debates estratégicos	Caderno de Debates	Não informado.	Novembro de 2019.
Cartilha de Formação de Formadores do Levante Popular da Juventude — 2ª Edição	Cartilha	Não informado.	Novembro de 2019.

Fonte: Quadro produzido pelo autor.

Passando às entrevistas<sup>2</sup>, no decorrer do mês de outubro de 2019 estivemos durante dois dias na Escola Nacional Paulo Freire<sup>3</sup>, localizada na cidade de São Paulo. Ali fizemos uma

<sup>2</sup> Os procedimentos para a aplicação das entrevistas foram aprovados pela Comissão de Ética da Universidade Federal de Santa Catarina — parecer n° 3.948.529.

<sup>3</sup> Trata-se de uma escola de formação política do Levante. Foi iniciada em 2018, na cidade de São Paulo, e funciona em um espaço físico cedido por uma entidade de padres dominicanos — sobre a qual não encontramos nos documentos maiores informações — a partir da articulação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).



entrevista coletiva por meio de roteiro semiestruturado — disponível no apêndice desta dissertação — com os três integrantes da Secretaria Nacional da Rede Podemos Mais e, em outro momento, fizemos também duas entrevistas individuais com um organizador e uma educadora do Cursinho Podemos Mais Heliópolis. Durante a estadia fomos ainda ao encontro de outro educador e o entrevistamos em um local de sua preferência.

Acompanhados de um dos secretários da Rede Podemos Mais estivemos também no bairro Heliópolis e visitamos, no CEU Heliópolis<sup>4</sup>, a sala onde acontecem as aulas do Cursinho Podemos Mais Heliópolis. Na ocasião os estudantes estavam em um simulado para o Enem e na medida em que foram terminando a avaliação pudemos entrevistar, individualmente, três daqueles jovens.

Quadro 2 — Lista de pessoas entrevistadas na pesquisa

<b>Pseudônimo</b>	<b>Idade</b>	<b>Papel exercido nos cursinhos</b>	<b>Militância</b>
Dara	26	Integrante da Secretaria Nacional da Rede Podemos Mais	Militante do Levante
Kauê	31	Integrante da Secretaria Nacional da Rede Podemos Mais e do Núcleo Político Pedagógico do Cursinho Podemos Mais Heliópolis	Militante do Levante
Matheus	30	Integrante da Secretaria Nacional da Rede Podemos Mais	Militante do Levante
Marcelo	21	Integrante do Núcleo Político Pedagógico do Cursinho Podemos Mais Heliópolis	Militante do Levante
Pedro	23	Professor e integrante do Núcleo Político Pedagógico do Cursinho Podemos Mais Heliópolis	Participa ativamente da construção do Cursinho Podemos Mais Heliópolis
Fernanda	27	Professora do Cursinho Podemos Mais Heliópolis	Militante do Levante
Heloise	17	Estudante do Cursinho Podemos Mais Heliópolis	Não militante
Maria	18	Estudante do Cursinho Podemos Mais Heliópolis	Não militante
Vitória	17	Estudante do Cursinho Podemos Mais Heliópolis	Não militante

Fonte: Quadro produzido pelo autor.<sup>5</sup>

<sup>4</sup> O Centro de Educação Unificado (CEU) é um projeto municipal da gestão de Marta Suplicy — prefeita da cidade de São Paulo pelo PT entre 2001 e 2004. Existem vários desses espaços na capital paulista e seu intuito é proporcionar às periferias da cidade espaços públicos onde houvesse acesso à cultura, lazer, esportes e educação (SILVA, 2019).

<sup>5</sup> Optou-se por estabelecer pseudônimos para as pessoas entrevistadas.

Foram totalizadas quatro horas de entrevistas, e para a organização dos relatos fizemos um fichamento pontuando cada informação trazida e em seguida as categorizamos em temáticas que consideramos importantes para a nossa pesquisa: 1. Motivações e objetivos do Levante para a construção dos cursinhos; 2. Estrutura material para o funcionamento dos cursinhos; 3. Realização da proposta organizativa dos cursinhos; 4. Andamento dos objetivos políticos dos cursinhos; 5. Condição de classe e expectativas dos jovens estudantes do cursinho de Heliópolis especificamente; 6. Condição de classe e expectativas dos jovens professores do cursinho de Heliópolis especificamente.

Tínhamos a intenção de fazer uma segunda ida à São Paulo, desta vez no ano de 2020, para aplicação de questionários e realização de novas entrevistas com os jovens envolvidos no cursinho de Heliópolis. Porém, a pandemia da Covid-19 acometeu o Brasil nesse período e afetou as atividades do cursinho e a possibilidade do deslocamento do pesquisador, impossibilitando nova ida a campo.

Frente à situação fizemos alguns breves contatos via WhatsApp com os secretários da Rede Podemos Mais e coletamos algumas informações pontuais sobre o cursinho de Heliópolis. Além disso, realizamos um questionários *on-line*, via Google Forms — um para professores e outro para estudantes — buscando traçar sua condição de classe e suas expectativas em relação ao cursinho e à sociedade como um todo. No entanto, apenas dois professores, que já havíamos entrevistado, o preencheram e nenhum novo estudante, o que se relaciona ao período de inatividade do Cursinho, decorrente da pandemia de COVID-19.

O trabalho está disposto em três capítulos: o primeiro traz um panorama sobre a condição de classe e as possibilidades de engajamento político dos jovens no Brasil; o segundo esboça o contexto de surgimento do Levante Popular da Juventude e suas principais diretrizes na atualidade; e o terceiro trata da Rede de Cursinhos Populares Podemos Mais e sua relação com a estratégia política do Movimento, e do Cursinho Podemos Mais Heliópolis e seus limites e possibilidades de proporcionar o engajamento político entre os jovens que o constituem.

Figura 1 – Postal da Coordenação Nacional do Levante Popular da Juventude para o IV Acampa Nacional



Fonte: Arquivo pessoal.

## **1 CONDIÇÃO DE CLASSE E ENGAJAMENTO POLÍTICO DOS JOVENS NO BRASIL**

Iniciamos este capítulo apresentando um panorama sobre a atualidade do mundo do trabalho e da educação no Brasil, e sobre a inserção dos jovens nesse contexto (1.1); em seguida buscamos compreender também as categorias classe, juventude e engajamento político, as intersecções entre elas e o cenário latino-americano e brasileiro (1.2 e 1.3); e, finalmente, arrolamos as atuais formas de engajamento político entre os jovens no Brasil (1.4).

### **1.1 UM PANORAMA SOBRE A CONDIÇÃO DE CLASSE DOS JOVENS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Separamos este subcapítulo em duas sessões, a primeira com informações acerca da situação do trabalho e da educação no Brasil frente à pressão do capitalismo mundial e às especificidades da reprodução deste sistema, e a segunda com os resultados desse cenário na vida dos jovens brasileiros.

#### **1.1.1 A atualidade do mundo do trabalho e da educação no Brasil**

O capitalismo contemporâneo é marcado pelo grande impulso tecnológico das últimas décadas do século XX, que resultaram na reestruturação produtiva — também denominada de acumulação flexível — do capital. Nesse período ocorre grande ofensiva do capital sobre o trabalho com intensa expropriação dos direitos trabalhistas, aumento do desemprego, da precarização e intensificação do trabalho.

A ampliação e a constância com que a ciência e a tecnologia passaram a ser aplicadas no sistema capitalista redundaram na dispensa de grande número de trabalhadores, ao mesmo tempo em que lhes exigiram maior polivalência, uma vez que havia a necessidade de serem capazes de operar várias máquinas ou realizar várias tarefas de forma eficiente e que estivessem aptos a uma lógica mais horizontalizada de produção e com maior predisposição às constantes mudanças na configuração laboral. Nesse cenário, além do crescente índice de desemprego, aumenta, entre os postos de trabalho restantes, o contingente de empregos terceirizados, instáveis e parciais; a terceirização passa a ser frequente e, de forma geral, esses trabalhadores recebem menores salários e têm menos direitos (DALMAGRO e BAHNIUK, 2019).

No caso brasileiro é possível observar um aumento de ocupações no setor terciário nas últimas décadas, passando de menos de 40% em 1980 para 62,7% em 2018; nesse mesmo período a participação ocupacional no setor primário foi de 30% para 8%, e no setor secundário de 27,8% para 17,7%. Ao mesmo tempo a taxa de desemprego apresenta aumento expressivo e o número de trabalhadores expostos a condições precárias de trabalho foi de 19,4 milhões para 44,5 milhões (POCHMANN, 2019).

Ainda no que se refere ao Brasil, a década de 1990 é marcada por uma experiência de flexibilização na legislação social e trabalhista, diversificando as formas de contratos com a aceitação da terceirização nas atividades-meio<sup>6</sup> nas empresas. Além disso, esse período passa a contar com legislação favorável à expansão do trabalho na condição de regime de Pessoa Jurídica (PJ) e Microempreendedor Individual (MEI), formalizando ocupações por conta própria (POCHMANN, 2019). Já a partir de 2016 vimos intensificar o lasseamento dessas leis por meio de um conjunto de mudanças substanciais que atacam o coração do sistema público das relações de trabalho, como a lei da Terceirização (nº 13.429/2017), a Reforma Trabalhista (nº 13.467/2017) e a Reforma da Previdência (PEC 06/2019) (POCHMANN, 2019; DALMAGRO e BAHNIUK, 2019).

É importante ressaltar que o crescimento do setor terciário no Brasil não seguiu o mesmo processo desencadeado nos países industrializados, em que, segundo Pochmann (2019): “a diminuição relativa da participação da manufatura no ciclo produtivo transcorreu após a totalidade da população ter sido incluída no padrão de consumo da sociedade urbana e industrial, coincidindo com maior expansão do setor terciário na economia” (POCHMANN, 2019, p. 94).

Historicamente marcado pela dinâmica da sociedade agrária, somente em 1930 o Brasil passa à urbanização e à industrialização, sob uma lógica da modernização conservadora, ou seja, “sem ter experimentado qualquer possibilidade de reformas clássicas do capitalismo contemporâneo, tais como a fundiária, tributária e social” (POCHMANN, 2019, p. 90). Sua passagem por esse ciclo econômico é breve e já na década de 1980 ingressa no processo de desindustrialização, sem universalizar “o padrão de consumo a todos os brasileiros, sobretudo na base da pirâmide social [...]” (POCHMANN, 2019, p. 94). Nesse âmbito, o país ingressa de forma passiva e subordinada à nova ordem capitalista e sua passagem antecipada para a

---

<sup>6</sup> As atividades-meio são aquelas que não são inerentes ao objetivo principal de uma empresa, enquanto as atividades-fim são aquelas diretamente relacionadas a ele. Por exemplo, em uma fábrica de automóveis a limpeza e a segurança do espaço seriam atividades-meio, enquanto a fabricação de automóveis seria sua atividade-fim.

sociedade de serviços é na verdade um inchamento do setor terciário decorrente da desindustrialização precoce (POCHMANN, 2019).

A especificidade brasileira no que tange à adesão à dinâmica do sistema capitalista global fica melhor expressa quando constatada a relação entre trabalho e educação. Vimos que a reestruturação produtiva do capital engendra um novo nível de exploração do trabalho, assentado na preponderância da ciência e da tecnologia e demandando um trabalhador de novo tipo — mais flexível e com maior capacidade de adequação às mudanças do mercado ocupacional.

Não há mais a noção de direito ao emprego, regulado por convenções sociais e amparado pela organização coletiva dos trabalhadores, mas sim a perspectiva de empregabilidade, em que cada indivíduo responde por si próprio e é responsável pelo seu sucesso ou insucesso. Nesse contexto, a educação já não é vista como garantia de chances e direitos, mas como um requisito para desenvolver as “competências” necessárias para formar o “cidadão produtivo”, adaptado à produção e à acumulação flexível do capital, que por sua vez estabelece “processos de inclusão, exclusão, subcontratação e precarização do trabalho” (FRIGOTTO, 2008, p. 525).

A mensagem clara é que não há mais lugar para todos, mas apenas para aqueles que se adequem ao conjunto de competências técnicas, científicas, culturais e afetivas que o mercado reconhece como desejáveis do “novo” cidadão produtivo. Somente este tem no rosto a condição de empregável. Condição esta, de acordo com a ideologia da empregabilidade, não mais estabelecida no horizonte de longo prazo, mas somente até que as partes assim o desejarem. (FRIGOTTO, 2008, p. 525).

No entanto, se para os países do centro hegemônico do capitalismo global a pedagogia das competências vem acompanhada de investimento educacional, o mesmo não acontece no Brasil, e apenas aparentemente esse fato resulta em uma contradição (FRIGOTTO, 2008). Neste país o capitalismo demanda um processo de escolarização débil, dado, como vimos, o seu caráter agrário, com passagem aligeirada pela urbanização e pela industrialização, seguida de desindustrialização prematura. Abandonada durante o período imperial da história brasileira a educação também não foi abarcada durante as primeiras décadas da República e passou a ser abordada enquanto papel do Estado a partir da Revolução de Trinta, mas apenas com a Constituição Federal de 1988 passa-se a

[...] uma concepção ampla de educação como processo de formação humana e sua inscrição como direito social inalienável, bem como a partilha de responsabilidade na

oferta escolar entre os entes da federação e a vinculação de recursos financeiros. (POCHMANN e FERREIRA, 2016, p. 1245).

Não obstante, em 2013 menos da metade dos jovens com 15 anos de idade tinham o diploma do ensino fundamental, além disso, até 2009 o Brasil era o único país da América Latina em que o ensino médio ainda não era obrigatório, e em 2013 apenas 58% entre os jovens de 18 a 29 anos haviam concluído esta etapa da educação básica (POCHMANN e FERREIRA, 2016). Vale ressaltar também que a ampliação tardia do acesso à educação no país é fortemente atravessada pelo repasse de recursos públicos ao setor privado, fazendo prevalecer a desigualdade no que se refere à formação escolar entre os jovens<sup>7</sup>.

Dessa forma, em nosso contexto, a adaptação da educação às necessidades do capital flexível é parcial e instável, resultado da formação social própria de nosso país. Resgatando o pensamento de Francisco de Oliveira, Frigotto (2008) contextualiza a peculiaridade da questão educacional no Brasil contemporâneo:

[...] a vigência do modo de regulação fordista [no contexto brasileiro], tanto no plano tecnológico quanto no plano social, foi parcial e precária e, do mesmo modo, nos situamos de forma ainda mais parcial e precária na mudança técnico-científica de natureza digital-molecular [cenário da reestruturação capitalista]. Como assinala este autor [Oliveira], se a cópia já era problemática na base técnica fordista, cuja duração de utilidade era maior, agora a cópia multiplica seus custos sociais, já que a velocidade das mudanças é muitíssimo maior. Não é contraditório, pois, que os nexos entre ciência, produção, trabalho e vida e as demandas da educação e de formação técnico-profissional tendam a ser, também, parciais e precários. (FRIGOTTO, 2008, p. 529).

Historicamente o país se insere no capitalismo global de forma subordinada, se posicionando na divisão internacional do trabalho de modo a se concentrar na formação para o trabalho simples. Sendo assim, sua adesão à terceirização laboral, embora circunscrita aos

---

<sup>7</sup> Somente em 2009, com a Lei nº 12.061/09 e EM nº 59/09, o Estado brasileiro passa a ter como dever assegurar a universalização do ensino médio gratuito e torna obrigatório o ensino de 4 a 17 anos. Em 2005 havia sido implantado o Programa Ensino Médio Integrado (EMI) e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). Tais programas contavam com proposta pedagógica diferenciada, no entanto, constatam Pochmann e Ferreira (2016), sua implantação passou por problemas de gestão administrativa e pedagógica, além de baixa adesão. Em 2011 foi criado, também, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), por meio de estreita parceria com instituições privadas e maior investimento público, gerando grande número de matrículas (POCHMANN e FERREIRA, 2016). No que tange à educação superior, sua expansão ocorreu a partir de iniciativas governamentais desde a segunda metade dos anos 1990, com grande foco nos setores privados, a exemplo do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e do Programa Universidade para Todos (ProUni); no que se refere especificamente ao setor público, após 2003 houve também expansão da rede federal de ensino superior, mas, ainda assim, em 2013 esta correspondia a apenas 29% do total de matrículas nos cursos presenciais (POCHMANN e FERREIRA, 2016).

preceitos desse sistema, não segue o mesmo ritmo dos países imperialistas, nos quais a industrialização e a urbanização foram levadas às últimas consequências.

Nesse sentido, a universalização escolar no Brasil não foi posta enquanto horizonte, mesmo nos limites dos interesses do capitalismo.

[...] a burguesia brasileira nunca se colocou de fato o projeto de uma escolaridade e formação técnico-profissional para a maioria dos trabalhadores para prepará-los para o trabalho complexo que a tornasse, enquanto classe detentora do capital, em condições de concorrer com o capitalismo central. (FRIGOTTO, 2008, p. 529).

Levantamos a seguir alguns dados relativos à condição de trabalho e de escolarização dos jovens brasileiros na atualidade. As informações subsequentes expressam de certa forma os dilemas referentes à inserção do Brasil no contexto da reestruturação do capital e os impasses entre educação, formação para o trabalho e desenvolvimento econômico resultantes do seu posicionamento subordinado na divisão internacional do trabalho.

### 1.1.2 Trabalho e educação entre os jovens na atualidade brasileira

O acesso ao trabalho e à educação, nas últimas décadas, dão pistas acerca do posicionamento do Brasil no capitalismo contemporâneo e ensejam os limites e as possibilidades colocadas para a juventude brasileira nos tempos atuais.

A partir de dados referentes a jovens entre 15 e 29 anos, durante o período de 2004 a 2014<sup>8</sup>, dividimos as informações em três recortes etários — entre 15 e 17 anos, entre 18 e 24 anos e entre 25 e 29 anos. Foi possível perceber, iniciando pela faixa dos 15 aos 17 anos, um aumento do acesso e da permanência na escola, passando de 81,4% de indivíduos que frequentavam uma instituição de ensino em 2004, para 84,3% em 2014. Embora esse aumento tenha ocorrido para o conjunto dos adolescentes dessa parcela de idade, a maior variação está entre os estudantes pobres, negros e do sexo masculino (SPOSITO *et al.*, 2018).

Ao mesmo tempo se vê um progressivo afastamento dos jovens dessa idade do mundo do trabalho, passando de 60% que em 2004 se dedicavam unicamente aos estudos para 67,9% em 2014. Conforme Sposito *et al.* (2018):

---

<sup>8</sup> Partimos do artigo “A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos” de Sposito *et al.* (2018). As autoras procedem da análise de dados resultantes da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD), com recorte temporal de 2004 a 2014 e amostragem de faixa etária entre 15 e 29 anos, para trazer apontamentos sobre a situação dos jovens nos campos da educação, do trabalho e da vida familiar. As autoras dividem a exposição dos dados em três frações: dos 15 aos 17 anos, dos 18 aos 24 anos e dos 25 aos 29 anos.



[...] as mudanças ocorridas no plano econômico nas duas primeiras décadas dos anos 2000 – retomada do crescimento, ampliação de postos de trabalho formal no país, política de valorização do salário mínimo, maior acesso da população a programas sociais, entre outras – teriam garantido condições favoráveis para que as famílias mais pobres pudessem postergar a entrada de seus membros mais novos, os adolescentes, no mundo do trabalho. (SPOSITO *et al.*, 2018, p. 7).

Por outro lado, os dados de 2014 revelam que 15,7% dos jovens do referido intervalo etário não frequentavam a escola e dentre esses somente 20,3% concluíram a educação básica. Ademais, no meio dos que permaneceram estudando, suas trajetórias escolares são muitas vezes sinuosas, marcadas por frequências intermitentes e reprovações. Conforme os dados do final da década analisada, essa situação é corroborada pelo fato de apenas 67,2% dos estudantes dessa idade estarem no ensino médio, considerado o nível esperado para a faixa etária em questão (SPOSITO *et al.*, 2018).

Posto que tenha aumentado, em termos gerais, o número de jovens que se dedicavam apenas aos estudos, no que se refere aos indivíduos das camadas populares a inserção no mercado trabalhista ainda aparece como elemento marcante e aponta para as desigualdades, no que tange a juventude e o acesso à educação. Em 2014, 16,4% dos jovens entre 15 e 17 anos estudavam e trabalhavam ao mesmo tempo, enquanto 5,7% dedicavam-se apenas ao trabalho. Desses, 50,4% não tinham vínculos formais e 16,9% estavam em jornadas iguais ou superiores a 40 horas semanais (SPOSITO *et al.*, 2018).

Para melhor delinear as especificidades concernentes aos jovens dos estratos populares seria necessário também compreender o conjunto de transformações simbólicas e culturais estabelecidas no meio familiar. Nesse sentido, Sposito *et al.* (2018) apontam

[...] o espraiamento, ainda que com níveis diferenciados, de um novo regime de relações geracionais nas famílias das camadas populares, menos hierárquico e fortemente orientado por expectativas de escolaridade de seus membros jovens. Assim, seria oportuno compreender como, nesse contexto de maior horizontalidade das relações geracionais e de profundas transformações socioculturais e educativas, são negociadas dissonâncias entre as expectativas e demandas de adultos e jovens. (SPOSITO *et al.*, 2018, p. 8).

As pesquisas nessa perspectiva ainda estão por serem aprofundadas, mas apontam para certa responsabilização precoce dos jovens para com suas famílias — tendência que aparece mais marcadamente nos grupos etários de 18 a 24 e de 25 a 29.

Além das nuances existentes entre as relações geracionais se destaca a desigualdade nas

relações de gênero: para as mulheres com idade entre 15 e 17 anos, ainda que tenha diminuído o índice de gravidez precoce no período entre 2004 e 2014, os dados do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar) indicam que elas destinam quase o dobro de suas horas livres ao/no trabalho doméstico quando comparado aos homens em uma mesma faixa etária. (SPOSITO *et al.*, 2018).

Passando para o intervalo de idades dos 18 aos 24 anos se vê maior heterogeneidade entre as experiências vividas pelos jovens; “é possível aventar aqui que essa heterogeneidade resulte de tensões e impasses desigualmente vividos pelos jovens em diferentes domínios da vida social” (SPOSITO *et al.*, 2018, p. 10).

De forma geral, entre 2004 e 2014 a condição de estudante entre os jovens dessa faixa etária caiu de 32,2% para 30%. Em contrapartida, houve uma mudança significativa entre os que permaneceram no sistema educacional: em 2004, 66,3% dos estudantes frequentavam o ensino fundamental ou médio; em 2014 o ensino superior era o nível predominantemente frequentado por eles (58,5%) (SPOSITO *et al.*, 2018). Esse resultado pode ser compreendido a partir da massificação do ensino médio, que acarretou oportunidades para que os jovens ingressassem no ensino superior, e ao mesmo tempo foi também resultado das diversas iniciativas governamentais que desde o início dos anos 2000 visaram a expansão das matrículas nesse nível de ensino (SPOSITO *et al.*, 2018).

Ao passo que se pode perceber maior participação de jovens negros e de menor renda no ensino superior, permanecem as desigualdades de raça e de classe. Em 2014 havia no ensino superior 28,3% de jovens oriundos das famílias do primeiro quintil de renda (20% mais pobres), ao lado de 81,8% de jovens oriundos do último quintil (20% mais ricos). Desse modo, temos que:

É possível supor que o acesso a esse nível de ensino siga sendo um desafio para as trajetórias de uma geração de jovens que cada vez mais tem a expectativa de prosseguir com os estudos após a conclusão básica [...]. Nesse sentido, apreender como se posicionam num campo universitário heterogêneo e segmentado constitui agenda importante de pesquisa, capaz de evidenciar tanto as possibilidades abertas para essa população quanto as novas facetas das desigualdades educacionais. (SPOSITO, *et al.*, 2018, p. 11).

É importante destacar que relevante soma de estudantes entre 18 e 24 anos permaneciam na educação básica em 2014, e que, “entre aqueles que já não se encontravam no sistema educacional – maioria dos jovens dessa faixa etária –, uma parcela significativa (43,2%; em números absolutos: 6,5 milhões) não tinha concluído a educação básica” (SPOSITO *et al.*, 2018,

p. 11).

De todo modo, ainda que a educação seja um ponto relevante para entender o percurso trilhado pelos jovens desse intervalo etário, a inserção laboral é que parece figurar como elemento central em suas vidas: a presença do trabalho entre eles — conciliado ou não com os estudos — era de 59,5% em 2014, dentre os quais 51,7% dedicavam entre 40 e 44 horas semanais às atividades laborais, enquanto que 22,8% tinham uma jornada que extrapolava as 44 horas e poucos estavam vinculados a ocupações de tempo parcial: 11,2% possuíam jornada de até 20 horas e 14,3% de até 39 horas (SPOSITO *et al.*, 2018).

A idade dos 18 anos parece ser a que grande parte dos jovens, de todos os níveis sociais, buscam uma ocupação, mas quando se deparam com as chances e a qualidade do trabalho disponível, ressaltam-se as desigualdades sociais.

Entre os jovens que trabalhavam em 2014, eram os mais pobres, os negros e as mulheres que estavam submetidos a trabalhos de menor remuneração e com vínculos informais. Independentemente do período considerado, era entre os jovens negros e do sexo feminino que se destacava com maior relevo percentual o grupo de jovens que não estudava e não trabalhava. (SPOSITO *et al.*, 2018, p. 12).

A experiência de inserção dos juvenis no meio laboral pode ser delineada também pelas mudanças nas relações parentais. De acordo com Sposito *et al.* (2018, p. 12): “Os jovens continuam vivendo sob o mesmo teto da família de origem, mas experimentam uma condição atravessada por novas responsabilidades, obrigações e compromissos”. Embora em 2014 58,5% dos indivíduos entre 18 e 24 anos ainda estivessem na condição de filhos, 16% já ocupavam a posição de pessoa de referência — como principal referência na família — e 14,7% já se encontravam na posição de cônjuges, sendo que nesses deslocamentos destacam-se as mulheres. Além disso, pode-se constatar que quanto menor a renda familiar, maior o percentual dessa camada da juventude que não se limita mais à condição de filho (SPOSITO *et al.*, 2018).

Por fim, no que se refere aos jovens da faixa etária de 25 a 29 anos, a maior parte deles já se considera adultos e, ademais, em 2014 muitos já eram referência (34,6%) ou cônjuges (28,7%) em seus lares. Se comparadas as posições na família entre homens e mulheres, percebe-se uma diminuição, no período entre 2004 e 2014, de mulheres cônjuges e um aumento dessa condição para os homens. Concomitante a isso houve um aumento no número de mulheres que passaram a ser referência dentro do grupo familiar, apesar de o número de homens nessa condição ainda ser representativamente maior (SPOSITO *et al.*, 2018).

Não obstante, ainda é significativo o número de jovens que são apenas filhos, posto que

em 2014 o percentual de homens nessa condição subiu de 35% para 36% e o de mulheres de 20,1% para 25%. Esse aumento foi percebido em todos os estratos econômicos, mas se sobressaiu entre os jovens de renda familiar mais elevada (20% mais ricos da amostra), alcançando o percentual de 53,5% em 2014. Já entre os brancos a condição de filho atingiu 31,4% contra 28,4% entre os pardos e 25,6% entre os pretos<sup>9</sup>.

A condição de trabalhador é incisiva na vida dos jovens dessa idade, dentre os quais 73,5% estavam inseridos no mercado trabalhista em 2014, sendo que entre esses apenas 7,8% conciliavam vida laboral e estudos. Chama a atenção o alto número de moças e rapazes que não estudavam, nem trabalhavam: o percentual somava 33,1% nesse mesmo ano, com destaque para as mulheres que ocupavam aproximadamente dois terços desse total. Nesse mesmo intervalo de idades o número de trabalhadores formais aumentou, passando de 48,3% para 60,1%; por outro lado, os segmentos juvenis mais pobres, e a população negra, seguem sendo os mais afetados pela informalidade laboral (SPOSITO *et al.*, 2018).

A grande maioria dos jovens (89%) da faixa etária entre 25 e 29 anos não mais estudava em 2014, havendo relativa variação quando considerada a renda familiar: 94,3% do quintil de renda mais baixo não frequentava mais a escola ou o ensino superior enquanto entre o quintil mais alto esse índice diminuía para 82,2% e ao considerar raça/cor os índices mostram que 87,1% entre os brancos, 90% entre os pretos e 90,7% entre os pardos não mais estudavam (SPOSITO *et al.*, 2018).

As desigualdades de renda e de raça/cor ficam mais evidentes quando analisados os graus de ensino que esses jovens completaram antes de parar de estudar. De forma geral, entre os que desistiram dos estudos em 2014 estavam principalmente aqueles que haviam concluído o ensino médio (45,2%). Em seguida vinham os que tinham abandonado a escola antes mesmo de concluir a educação básica (37,8%) e então os que possuíam ensino superior completo — incluindo mestrado e doutorado — representando apenas 17%.

Ao observar os medidores de renda vemos que dentre o primeiro quintil de renda (20% mais pobres) 64,2% dos jovens não tinham concluído a educação básica, realidade presente para apenas 11,3% dos componentes do último quintil (20% mais ricos). Entre os jovens brancos que haviam abandonado a condição de estudante 28,2% não completaram a educação

---

<sup>9</sup> Segundo Sposito *et al.* (2018) esses dados são insuficientes para verificar as motivações de postergamento de uma vida conjugal, nesse sentido, uma das questões que se impõem para pesquisas futuras é se os jovens são dependentes de suas famílias ou o contrário. Ou, ainda, se o que prende os jovens às suas famílias são motivações de caráter emocional e afetivo (SPOSITO *et al.*, 2018).

básica, contra 42% entre os negros e 45,7% entre os pardos. Ao mesmo tempo, 26,6% dos brancos já tinham finalizado o ensino superior, enquanto apenas 8,9% dos pretos e 9,7% dos pardos já haviam alcançado esse nível de ensino (SPOSITO *et al.*, 2018).

Em síntese, tomando a totalidade dos jovens (15 a 29 anos) analisados no período de 2004 a 2014, houve um aumento do nível de ensino. A década em questão apresentou um acréscimo de indivíduos no ensino médio e superior ao passo que fez transparecer uma diminuição no ensino fundamental. Ao mesmo tempo, o desemprego e o subemprego entre os jovens segue sendo uma constante, pondo em dúvida a eficácia do nível de escolarização para a integração no mercado de trabalho.

Para a mesma amostragem de idade, Pochmann e Ferreira (2016) analisaram os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) entre 1992 e 2013 e constataram que o aumento da escolarização nesse período veio acompanhado do aumento da inatividade entre os jovens. Sendo assim, ao invés do crescimento do nível escolar redundar em menores taxas de desemprego e melhorias nas ocupações profissionais, percebeu-se “mudança significativa na composição do desemprego, agora mais concentrado entre os jovens de maior escolaridade” (POCHMANN e FERREIRA, 2016, p. 1262).

Esse cenário corrobora a perspectiva de que a elevação do nível educacional está relacionada à manutenção da nova ordem capitalista que, regida pelo incremento das tecnologias, demanda mudanças nas instruções oferecidas aos trabalhadores ao mesmo tempo em que faz diminuir a necessidade de empregar mão de obra. Em alternativa, mesmo com as atuais demandas do capitalismo, os dados apontam que a estrutura socioeconômica brasileira parece comportar níveis expressivos de jovens não escolarizados ou com níveis de formação abaixo do esperado para a sua faixa etária.

Vimos que embora em 2014 tenha aumentado a escolaridade entre os jovens de 15 a 17 anos, essa situação ainda não era universal para essa camada da juventude. No que se refere aos jovens de 18 a 24 anos a grande maioria (cerca de 70%) não estudava, já no grupo de 25 a 29 a proporção de jovens que não estudavam era ainda maior, chegando a quase 90%, dentre os quais quase a metade não havia concluído sequer a educação básica. Entre os poucos que frequentavam a escola após os 18 anos de idade, a maior parte cursava o ensino superior, mas ainda era expressiva a quantidade de indivíduos que se empenhavam em completar a educação básica.

Além disso, a experiência laboral acompanha boa parte dos estudantes acima dos 18 anos e aparece inclusive entre os de 15 a 17 anos. O trabalho parece se impor a pluralidade dos

jovens, estudantes ou não, embora, como vimos, o desemprego seja também uma realidade expressiva. Vale ressaltar que, conforme Sposito *et al.* (2018), pode haver mudanças a partir da crise econômica e política que se agrava a partir de 2016 e diante das contrarreformas aprovadas nesse período. Segundo as pesquisadoras, indicadores mais atualizados já mostram uma retração dos postos de trabalho, em especial para os jovens, e uma redução do número de matrículas no ensino superior, particularmente na rede privada de ensino.

Tanto o nível de escolarização quanto a qualidade dos empregos, e o desemprego, aparecem entre os jovens de forma a evidenciar profundas desigualdades que, na sociedade brasileira, demonstram desafiar a universalização das novas tendências pedagógicas do capitalismo. Os jovens das camadas populares apresentavam em 2014 os piores níveis de escolarização, estavam mais expostos ao desemprego e ao subemprego e com maior frequência precisavam assumir papéis de referência familiar. Todas essas variantes se agravam quando se referem à população feminina e à população negra. De outro modo, a formação de nível superior, bem como a condição exclusiva de filhos em suas famílias, esteve concentrada entre os jovens brancos e de famílias com melhor posicionamento financeiro.

Percebe-se, a partir das informações expostas até aqui, um movimento de inserção do Brasil na nova ordem capitalista. No entanto, concomitantemente o país mantém suas especificidades relativas à sua posição de subordinação — historicamente construída — diante das potências capitalistas imperialistas e só precária e parcialmente adere às mudanças tecnocientíficas e às variações pedagógicas que acompanham a reestruturação produtiva do capital.

A suposta estagnação brasileira — que nem mesmo permite a adesão por completo às transformações do capitalismo contemporâneo — é na verdade característica fundante de sua configuração social, política e cultural enquanto país subalterno. Para superá-la, Frigotto (2008) aponta — a partir de autores como Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira — que é necessário substituir o projeto burguês de sociedade por um projeto nacional e popular de natureza socialista.

A luta organizada dos trabalhadores inclui a disputa das políticas governamentais de caráter distributivo, mas essas precisam estar fundamentalmente articuladas aos enfrentamentos em torno das reformas estruturais da sociedade brasileira (FRIGOTTO, 2008). Sposito *et al.* (2018) apontam que as recentes conquistas adquiridas desde a primeira década do século XX, ainda que estejam em processo de reversão, devido à crise que vem assolando o Brasil com

distinção a partir de 2013, não necessariamente estariam sujeitas ao retorno a estágios anteriores. Conforme as autoras:

Alterações no acesso ao sistema de ensino não serão revertidas totalmente, apesar das profundas desigualdades a serem observadas no mundo do trabalho e das ocupações. A produção de novas expectativas de consumo, as mudanças nas relações de gênero, a busca pelo reconhecimento das identidades étnico-raciais e das orientações afetivo-sexuais, o incremento de formas mais igualitárias nas interações sociais no espaço público, de modo a estabelecer a aceitação das diferenças, não serão eliminados facilmente e poderão ser traduzidos em novas demandas e conflitos sociais. (SPOSITO *et al.*, 2018, p. 4).

Compreender as relações existentes entre o modelo social brasileiro e sua submissão aos países imperialistas, e entender que para a superação dessa situação será necessário construir um projeto nacional, popular e socialista que articule as demandas imediatas da classe trabalhadora e a luta por reformas estruturais na sociedade brasileira foi o esforço que buscamos despendar na seção subsequente.

## 1.2 SOCIEDADE DE CLASSES E ENGAJAMENTO POLÍTICO NO CAPITALISMO DEPENDENTE

O trabalho do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes é de grande importância para consolidação do pensamento sociológico no Brasil, e suas obras perpassam por diversas temáticas, dentre elas o subdesenvolvimento latino-americano, analisado a partir do conceito de capitalismo dependente (FERREIRA, 2019).

Na análise do sociólogo as economias da América Latina estão em processo de adaptação constante aos interesses externos e, dessa forma, o subdesenvolvimento da região está colocado como parte constitutiva da dinâmica do modo de produção capitalista em âmbito global. Em outras palavras, os países latino-americanos se inserem na divisão internacional do trabalho como elemento fundamental do processo de acumulação dos países imperialistas; a dependência nessas sociedades é estrutural e resulta em uma redefinição constante da condição de subdesenvolvimento (FERREIRA, 2019).

Desde o antigo sistema colonial, passando pelo neocolonialismo até a inserção na dinâmica do capitalismo monopolista imperialista, há uma readaptação das economias dependentes às evoluções externas do capitalismo. Assim, na América Latina o desenvolvimento econômico, político, social e cultural ocorre sob a ininterrupta dinâmica de

aprofundamento e complexificação da dominação externa, a partir da articulação de aspectos arcaicos e modernos (FERREIRA, 2019).

Diante desse panorama, os países dessa região se veem no dilema de absorver as transformações do capitalismo, modernizando-se, ao mesmo tempo em que são incapazes de promover o desenvolvimento autônomo, com base em uma revolução de caráter nacional (FERREIRA, 2019).

Conforme Fernandes (1975), esse cenário apresenta algumas singularidades no que tange à configuração da sociedade de classes. Como ponto de partida para sua análise o autor afirma que:

[...] a classe social só aparece onde o capitalismo avançou suficientemente para associar, estrutural e dinamicamente, o modo de produção capitalista ao mercado como agência de classificação social e à ordem legal que ambos requerem, fundada na universalização da propriedade privada, na racionalização do direito e na formação de um Estado nacional formalmente representativo. (FERNANDES, 1975, p. 33).

Esse quadro não encontra na América Latina um equivalente; a forma como o capitalismo absorve e ressignifica as antigas relações, estruturas e funções sociais coloniais não chega a colocar — para a totalidade da população, ou ao menos para a maioria — o trabalho em antagonismo direto com o capital, logo, uma minoria em nosso contexto alcança uma situação de classe em termos plenos. Em suma, podemos admitir que:

No fundo, quer se trate das metrópoles, das cidades ou do campo, as classes sociais propriamente ditas abrangem os círculos sociais que são de uma forma ou de outra *privilegiados* e que poderiam ser descritos, relativamente, como “integrados” e “desenvolvidos”. Tais setores coexistem com a massa dos despossuídos, condenados a níveis de vida inferiores ao de subsistência, ao desemprego sistemático, parcial ou ocasional, à pobreza ou à miséria, à marginalidade socioeconômica, à exclusão cultural e política etc. As classes sociais se superpõem a outras categorias sociais de agrupamento, de solidariedade e de articulação às sociedades nacionais. (FERNANDES, 1975, p. 37, grifo do autor).

Essa situação leva Fernandes (1972) a categorizar, no caso brasileiro, os grupos sociais em classes altas e classes baixas. Entre as primeiras estão a classe alta urbana e a classe alta rural — o que se poderia chamar de burguesia — e também a classe média urbana. Entre as classes baixas, o autor diz ser difícil expor uma graduação social; com algum esforço pode-se distinguir

[...] uma classe baixa urbana (composta por assalariados das fábricas, por empregados de lojas e escritórios com baixo rendimento etc.) e uma classe dependente urbana



(constituída pelo setor indigente e flutuante das grandes cidades, com frequência vivendo em estado de pauperismo e anomia). (FERNANDES, 1972, p. 60).

Igualmente difícil de categorizar é o caso da composição social dos espaços rurais. Seria possível identificar o campesinato, mas essa se mostra “uma solução descritiva precária, que pode ser aceita, desde que se leve em conta que não se trata de uma formação societária definida, mas de uma classe social em vir a ser” (FERNANDES, 1972, p. 61).

A debilidade com que se formam as classes sociais no Brasil reflete, naturalmente, na consciência de classe e na atuação de classe de cada um dos grupos citados. Conforme Fernandes (1972), somente as classes altas possuem condições para compreender claramente sua situação e seus interesses de classe. No entanto, esses grupos acabam mistificando seu posicionamento social, dificultando seu entendimento enquanto classe e acabam por negar essa condição aos demais estratos sociais, ou à sociedade como um todo. De acordo com o autor:

Pode-se falar em “mistificação burguesa”, em “ilusões nacionais” e em “obstinação do tradicionalismo católico”. O fato é que a palavra classe encontra um emprego ambíguo (exatamente para designar “grupos de *status*”, através dos quais se dissimulam interesses de classe, que só podem ser manejados a partir de cima). (FERNANDES, 1975, p. 38)

Nesse grupo, os interesses da classe média urbana, em específico, são marcados pela sua natureza ambígua: ao passo que defendem a ultramodernização do desenvolvimento, visando maiores oportunidades no mercado de trabalho, também se manifestam pela conservação do capitalismo dependente. Essa ambivalência em seu comportamento está ligada ao condicionamento desse grupo à ordem econômica vigente e a sua falta de força social para se impor contra essa situação (FERNANDES, 1972).

No que tange à classe baixa urbana, há também uma tendência a relacionar-se de maneira positiva com a ordem econômica colocada. Essa, da mesma forma que a classe média, acena para o desenvolvimento e o crescimento econômico por significar melhoramentos concretos em seu cotidiano — portanto, tende a atuar dentro da ordem, nos limites do projeto burguês. Por outro lado, quando se defronta com os limites do desenvolvimento capitalista dependente, a classe baixa se encontra em situação de tensão e potencial radicalização de sua atuação.

Nesse caso, a propensão a fazer a “revolução dentro da ordem”, pelo desenvolvimento,

seria facilmente substituída por outros tipos de comportamento inconformista e por soluções verdadeiramente revolucionárias. (FERNANDES, 1972, p. 64).

Já a classe urbana dependente destaca-se pela sua anomia, embora seu crescimento acelerado a aproxime do comportamento do campesinato. Isso porque este último grupo, por não encontrar no campo vinculação nem compromisso direto com o capitalismo dependente, acaba migrando para a cidade, a partir de expectativas que circundam a superestimação do estilo de vida dos operários, e, em um primeiro momento, aceitando de forma positiva as oportunidades de inserção no sistema, mas sempre beirando a radicalização na medida em que esse sistema demonstra seus limites (FERNANDES, 1972).

Importa destacar que, se por um lado as classes sociais se manifestam como formações histórico-sociais específicas na América Latina, por outro não deixam de ser parte do núcleo estrutural e dinâmico da organização societária capitalista. Assim, não há sentido em se falar das debilidades da “fase de formação das classes sociais” nessa região, tampouco esperar uma gradual autocorreção do regime de classes nos países dependentes, o que existe é a persistência e o agravamento contínuo da ordenação de classes vigente, cujas “debilidades” são na verdade institucionalizadas e funcionais ao sistema (FERNANDES, 1975, p. 40).

Apresentadas as peculiaridades referentes à situação de classe e à consciência de classe, vale compreender o papel do Estado no Brasil e as possibilidades de atuação política das classes. Em nosso contexto histórico é possível perceber que a consolidação do poder burguês esteve circunscrita à situação de dependência estrangeira. Ao passo que a burguesia necessitava dar conta das exigências da industrialização a partir do século XX, o fazia no parco limite da lógica colonial herdada do passado, pois “ir além representaria um risco: o de acordar o homem nativo para sonhos de independência e de revolução nacional, que entrariam em conflito com a dominação externa” (FERNANDES, 2005, p. 243 *apud* MARA, 2016, p. 92).

A Revolução Burguesa no Brasil se deu pela exclusão das massas e pela aliança com as elites arcaicas, a burguesia brasileira se consolidou enquanto classe e moldou suas instituições de dominação sem que houvesse uma ruptura com o passado colonial, mas por meio de processos de renovação da dependência em relação aos centros hegemônicos do capitalismo internacional (MARA, 2016).

Diante da necessidade de se desenvolver e premiada de um lado pela burguesia internacional e de outro pela possibilidade de revolta das classes populares, a burguesia brasileira se impõe a partir da apropriação do Estado. Ao perceberem os mecanismos da sociedade dependente, as classes possuidoras “trabalham no sentido de se protegerem contra a

rigidez da situação histórica, que elas mesmas criaram” (FERNANDES, 1975, p. 40).

Na impossibilidade de encampar um projeto de nação, dada a estreiteza de seus interesses, os grupos dominantes instrumentalizam o Estado de forma autoritária na busca da perpetuação do *status quo* (FERNANDES, 1975). Nesse sentido:

[...] a Revolução Burguesa teve de conter a Revolução nacional dentro dos limites do imperialismo e da divisão internacional do trabalho. Florestan sugere que a realização plena daquelas transformações necessárias para o desenvolvimento independente do capitalismo no Brasil (a revolução agrária, a revolução democrática, a revolução urbana, a universalização do regime assalariado, etc.) é incompatível com a própria dominação capitalista dependente e passam a constituir um índice a partir do qual os próprios limites da dominação burguesa se evidenciam. (MARA, 2016, p. 94).

Nesse caso, a grande maioria da população fica afastada de qualquer possibilidade de ascensão no âmbito econômico e de participação política no Estado. A ausência de desenvolvimento autônomo nos países latino-americanos leva à configuração de classes que, como vimos anteriormente, carecem “de dimensões estruturais e de dinamismos societários que são essenciais para a integração, a estabilidade e a transformação equilibradas da ordem social inerente à sociedade de classes” (FERNANDES, 1975, p. 35).

Em decorrência disso, as contradições de classes acabam por ser “amortecidas, anuladas e em regra pouco dramatizadas como e enquanto tais (graças a opressão sistemática, à omissão generalizada e à anomia das massas despossuídas)” (FERNANDES, 1975, p. 35). Para Fernandes (1975):

As classes sociais falham, nas situações latino-americanas, porque operam unilateralmente, no sentido de preservar e intensificar os privilégios de poucos e de excluir os demais. Elas não podem oferecer e canalizar socialmente “*transições viáveis*”, porque a “revolução dentro da ordem” é bloqueada pelas classes possuidoras e privilegiadas, porque as massas despossuídas estão tentando aprender como realizar a “revolução contra a ordem”, e porque o entendimento entre classes tornou-se impossível, sem medidas concretas de descolonização acelerada (em relação a fatores externos e internos dos velhos e novos colonialismos). (FERNANDES, 1975 p. 42, grifos do autor).

Por outro lado, se os dinamismos de classe e a sua atuação política são sufocados no cenário latino-americano, não significa presumir que sejam suprimidas:

[...] as insatisfações de uma classe potencial são mais perigosas para uma sociedade de classes em formação e em consolidação, que o querer coletivo de uma ‘classe em si e para si’ numa sociedade de classes plenamente constituída. (FERNANDES, 1975, p. 36).

Se analisarmos as classes sociais tendo em vista a hegemonia dos estratos dominantes, teremos a impressão de ver uma “sociedade sem história”; em contrapartida, se as olharmos a partir das debilidades da revolução burguesa, “as sociedades latino-americanas aparecem como sociedades em convulsão, que estão em busca do seu próprio patamar e tempo históricos” (FERNANDES, 1975, p. 36).

Nesse ponto, é importante destacar que, se para a burguesia brasileira o controle do Estado é de fundamental importância na execução de seus interesses, não será diferente para as classes subalternas. Para a concretização dos interesses destas, Fernandes (2018) defende a necessidade da organização em torno de um partido proletário revolucionário e a tomada do poder estatal. Todavia, se a condição de capitalismo dependente resultou em uma revolução burguesa com suas características peculiares, também a revolução proletária contará com suas especificidades.

De modo geral Fernandes (2018) aponta que a ação revolucionária para a conquista do Estado e a posterior construção da sociedade comunista, ou seja, o processo no qual ocorre a formação do proletariado em classe (como classe em si) e seu avanço como classe independente (como classe para si), coincide com o desenvolvimento das forças produtivas e da própria burguesia.

No entanto, vale repetir, no Brasil os trabalhadores não podem esperar uma revolução nacional, democrática, agrária, urbana e industrial tal como ocorrera nas revoluções burguesas da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos, por exemplo. Tampouco poderão esperar uma aliança tática com a ala radical da burguesia a fim de aprofundar esta revolução, do mesmo modo que também ocorreu naqueles países. Vimos que o processo de desenvolvimento do capitalismo aqui, bem como de sua burguesia correspondente, ocorreu desde fora e para fora, voltado para o eixo hegemônico do capitalismo mundial, que por sua vez é formado justamente por países como os citados acima.

Essa situação coloca o movimento proletário brasileiro em um dilema: a debilidade com que ocorreu a revolução burguesa em nosso contexto não proporcionou o desenvolvimento necessário para uma formação consistente das classes; se essas condições estão travadas, como as camadas subalternas poderão formar-se em classe em si e classe para si a fim de engendrar a organização e a luta necessária para a tomada do poder?

O desdobramento do capitalismo se vincula intrinsecamente ao desenvolvimento de seus dois grupos sociais fundamentais, o proletariado e a burguesia, e, por conseguinte, resulta

no agravamento da luta de classes. Se é verdade que as ações e os avanços de uma classe ou de outra não são espontâneos, mas dependem da capacidade organizativa e inventiva de cada uma das partes; ao mesmo tempo — pensando no movimento proletário —,

[...] *as situações revolucionárias não se criam ao sabor da vontade* (ou, como diria Lenin, não se produzem por encomenda). Situações revolucionárias encobertas e explícitas formam uma sequência em cadeia. O talento inventivo dos revolucionários se mostra na medida em que eles são capazes de atinar com as exigências e com as possibilidades revolucionárias de cada situação. (FERNANDES, 2018, p. 31, grifos do autor).

Sendo assim, o processo revolucionário resulta da combinação entre uma situação histórica revolucionária e a capacidade de atuação política das camadas sociais envolvidas. Quando levada a cabo, a ação revolucionária pode ocorrer por meio de dois momentos: um deles seria a guerra civil latente, ou a transformação revolucionária dentro da ordem, “como um processo de alargamento e aperfeiçoamento da sociedade burguesa pela ação coletiva do proletariado” (FERNANDES, 2018, p. 30); outro momento se configuraria na guerra civil aberta, ou na transformação revolucionária contra a ordem,

[...] envolvendo primeiro a conquista do poder e, mais tarde, a desagregação da antiga sociedade e a formação de uma sociedade sem classes, destituída de dominação do homem pelo homem e de elemento político (portanto, de uma ordem sem sociedade civil e sem Estado). (FERNANDES, 2018, p. 30).

Vimos que nas sociedades capitalistas hegemônicas as transformações estruturais dentro da ordem — também chamadas de revoluções dentro da ordem, como a revolução nacional, democrática, agrária, etc. — foram iniciativas desencadeadas pela própria classe burguesa, dando maior margem para o desenvolvimento do proletariado. Já no quadro brasileiro elas “terão de transcorrer a partir de iniciativas das classes despossuídas e trabalhadoras” (FERNANDES, 2018, p. 13).

Para o sociólogo brasileiro não há dúvidas de que a estratégia dos proletários, em qualquer contexto histórico, deve voltar-se para a luta contra a ordem, contudo do ponto de vista tático será necessário ater-se com maior ou menor atenção aos embates dentro da ordem, a depender de cada cenário. A situação do Brasil apresenta um proletariado em formação e que, dada a fragilidade do desenvolvimento capitalista desse país, não encontra “o espaço histórico de que necessita para lutar por seus interesses de classe e para aumentar o seu poder real de classe” (FERNANDES, 2018, p. 14).

Não há guerra civil aberta possível sem a maturação adequada das camadas subalternas enquanto classe. Para tanto, na nossa conjuntura as classes baixas terão de atuar na larga brecha interna para revoluções dentro da ordem — desde que guiadas pela estratégia de converter essa atuação para a luta contra a ordem, tão depressa quanto for possível.

Os que repudiam tais tarefas históricas do proletariado por temor do oportunismo e do reformismo ignoram duas coisas. Primeiro, que, sem uma maciça presença das massas destituídas e trabalhadoras na cena histórica, as potencialidades nacionalistas e democráticas da ordem burguesa não se libertam e, portanto, não podem ser mobilizadas na fase em transcurso de organização do proletariado como classe em si. Segundo, que o envolvimento político das classes trabalhadoras e das massas populares no aprofundamento da revolução dentro da ordem possui consequências socializadoras de importância estratégica. (FERNANDES, 2018, p. 15-16).

O movimento proletário terá de encarar a rota mais difícil e mais longeva e nesse percurso se impõe com importância tática as atividades concretas. Fernandes (2019) destaca pautas como educação, salário, condições de trabalho, combate à pobreza, habitação, reforma agrária, saúde, etc., como reivindicações concretas e urgentes. Em suas palavras, essas pautas se colocam como “alvos salientes da luta de classes” e possuem um significado “pedagógico-estratégico” decisivo.

É essa arena [das reivindicações concretas] que prepara os de baixo para aprender o que é autoemancipação coletiva e cidadania, numa sociedade de classes que esconde praxes coloniais atrás de uma muralha de “superstições democráticas”. E os ensina a organizar disciplinadamente o inconformismo e o repúdio a manifestações circunscritas de iniquidades econômicas, sociais, raciais, regionais, ecológicas, culturais e políticas. Eles se armam, assim, para o envolvimento direto na luta de classes com seus meios ideológicos e políticos de contraviolência, desmoronando a ordem existente onde ela é mais vulnerável e indefensável, bem como construindo, a partir de outros alicerces, a fabricação de ordens sociais equitativas. (FERNANDES, 2019, p. 61).

Frente ao exposto, pode-se pensar também o papel da pauta educacional na luta de classes no Brasil. Fernandes compreende que no nosso contexto a reforma educacional, por mais modesta que seja, não será operacionalizada a partir dos setores dominantes. Para o sociólogo “o dilema e o desafio educacional situam-se no mesmo movimento das indecisões do processo revolucionário na sociedade brasileira, cujo sujeito histórico é o povo, a classe trabalhadora” (FRIGOTTO, 2020, p. 16).

A pauta educacional no Brasil está situada no amplo leque de tarefas não realizadas pela burguesia brasileira e, portanto, é parte das lutas dentro da ordem que terão de ser necessariamente encampadas pelos trabalhadores e pelos despossuídos dessa sociedade. Nas

palavras de Fernandes: “[...] o principal desafio socialista na esfera educacional ainda é calibrado pelas reformas burguesas da educação” (FERNANDES, 2020, p. 27).

No conjunto de embates que compõem a guerra civil latente, a educação se coloca em destaque para Fernandes: “A educação é, quase sempre, escamoteada, e eu teria a coragem de dizer que ela é o problema mais grave do Brasil” (FERNANDES, 2020, p. 21). Isso porque o autor compreende que para a construção do socialismo a partir da iniciativa das camadas subalternas seria necessário não só a universalização da educação pública, mas também a transformação da escola e do ensino em torno de uma visão de sociedade independente e autônoma.

Prevalece, na luta de classes, “o significado da educação para promover a descolonização, a revolução nacional, a revolução democrática que a República autocrática burguesa bloqueou e mistificou” (FERNANDES, 2020, p. 29); a consciência de classe entre as camadas subalternas nasce “do trabalho produtivo e da luta política dos trabalhadores e dos excluídos”, mas depende também “da educação como meio de autoemancipação coletiva dos oprimidos e de conquista do poder pelos trabalhadores” (FERNANDES, 2020, p. 29).

Nessa lógica, além da universalização da educação, conteúdo e forma escolar possuem relevância indispensável. A escola e a universidade não devem ser neutras, mas comprometidas com a conquista do poder e a autoemancipação dos oprimidos. A escola “não é apenas uma fonte de instrução, é uma fonte de socialização e do despertar da consciência, do ‘eu’, da pessoa, da dimensão política” (FERNANDES, 2020, p. 231).

Partindo da necessária simbiose entre escola e luta política, Fernandes volta-se para o papel dos professores nesse percurso e, resgatando Marx, a pergunta que se coloca é: “quem educa o educador?” (FERNANDES, 2020, p. 258). A escola e a universidade que pretenda superar o *status quo* deve proporcionar uma formação científica que esteja vinculada às questões concretas da sociedade; deve despertar o pensamento crítico voltado para a transformação da realidade e não para a reprodução da ordem vigente. Nesse panorama o educador deve “conjuguar a consciência pedagógica dos problemas da sociedade a uma nova forma de ação prática” (FERNANDES, 2020, p. 261), precisa estar atento para perceber os problemas da sociedade e apto a romper com seus padrões.

O educador precisa estar também comprometido com o engajamento político e com a transformação social. Na ação militante ele se reeduca: “Nessa situação-limite, o professor se vê obrigado a redefinir sua relação com a escola, com o conteúdo da educação, sua relação com o estudante, com os pais dos estudantes e com a comunidade em que vivem os estudantes”

(FERNANDES, 2020, p. 258). Vale lembrar que para o desencadeamento desse processo é igualmente essencial a existência de uma situação histórica favorável e a consecução de manobras dentro da ordem que possibilitem o engajamento político.

Por fim, importa-nos ainda o papel da participação dos jovens nos embates em torno da pauta educacional. Sobre a relação entre o estudante, a universidade e a transformação social, Fernandes nos adianta quanto a importância de serem asseguradas as condições básicas de acesso aos estudos e de incentivar a participação ativa dos estudantes no processo educativo (LEHER, 2020). Além disso, o sociólogo aponta a necessidade de assegurar relações horizontalizadas e dialógicas entre professores e alunos, possibilitando a estes a incidência no próprio governo das instituições universitárias. Por meio dessa instituição os acadêmicos devem alcançar a formação para a pesquisa científica e tecnológica avançada e voltá-la para a realidade social e para o interesse coletivo (LEHER, 2020).

De todo modo, reservamos o debate sobre as relações entre as categorias jovem, estudante e engajamento político para o subcapítulo seguinte, em que aprofundamos a produção teórica sobre o tema e sua relação com a sociedade de classes no capitalismo dependente.

### 1.3 A RELAÇÃO ENTRE AS CATEGORIAS JOVEM, ESTUDANTE E ENGAJAMENTO POLÍTICO

Os sociólogos Octavio Ianni (1968) e Marialice M. Foracchi (1965, 1972) abordaram os estudos sobre a juventude a partir da intersecção entre as categorias jovem e classe, o que os levou a pensar a condição dos jovens na esfera do capitalismo, suas possibilidades de engajamento político e seu papel na transformação da sociedade.

No Brasil, encontramos um dos primeiros registros de uma reflexão sociológica sobre juventude no artigo de Otávio Ianni, “O jovem radical”, publicado originalmente em 1963. Nesse texto, sua pesquisa está focada nos jovens da classe média e da burguesia e tem por objetivo compreender as condições sociais que os levam à ação política, ou, em suas palavras, ao comportamento radical (IANNI, 1968).

O autor parte do pressuposto metodológico de que para estudar o jovem, é necessário considerá-lo dentro do universo econômico, social e cultural em que se insere, sendo fundamental, desse modo, considerar sua classe social e a sociedade da qual faz parte. Nessa lógica, o radicalismo político da juventude não pode ser visto apenas como uma fase transitória de suas vidas e considerado de forma individual; o inconformismo juvenil é, ao contrário, o



modo pelo qual eles expressam a totalidade da situação social em que estão incluídos. Nesse sentido, a juventude é considerada uma condição social e sua compreensão deve ser atravessada pela questão da classe — não restrita, portanto, a limitações etárias ou identitárias (IANNI, 1968).

Ao falar do panorama social em que esses indivíduos se constituem, Ianni (1968) considera as características do modo de produção capitalista e sua incapacidade de solucionar as próprias contradições, existindo, por conseguinte, diversos mecanismos de dissimulação da realidade e conservação da ordem vigente que inferem no processo de articulação entre as diferentes gerações: “o grupo dos adultos *atribui à juventude a função de preservar e renovar, segundo o sistema presente de valores, instituições e ideais coerentes com o status quo*”. (IANNI, 1968, p. 231, grifos do autor).

Ao mesmo tempo as incoerências da sociedade capitalista não deixam de ser desvendadas pelos jovens mais atentos. Na medida em que se incluem em outros grupos sociais para além da família, aumentam as chances de perceber a situação paradoxal em que se encontram. No momento em que percebem a incompatibilidade entre as expectativas dos adultos e aquilo que efetivamente pode ser realizado, iniciam “um processo intelectual destinado a revelar a face essencial da condição humana no sistema capitalista” (IANNI, 1968, p. 232).

Entretanto, vale ressaltar que a radicalidade entre os jovens existe como uma possibilidade e não como uma incontingência. Posto que a probabilidade de desvendar as contradições da sociedade esteja potencialmente colocada, os mecanismos de dissimulação e convencimento — dos quais o círculo familiar é uma das partes constituintes — são variados e acompanham os indivíduos em todas as fases da vida. Assim, há jovens que impõem sua radicalidade ao sistema, porém há outros que nunca chegam a desenvolver uma atuação política transgressora ou que abandonam suas posições políticas de juventude, integrando-se à ordem estabelecida (IANNI, 1968).

Assim como Ianni (1968), Foracchi (1965, 1972)<sup>10</sup> compreende a experiência de juventude para além das relações geracionais, como uma condição histórica e social,

---

<sup>10</sup> A autora dedicou parte significativa de sua carreira acadêmica ao estudo dos jovens e estudantes e do movimento estudantil e suas principais obras (das quais buscamos levantar os principais pontos relacionados a seguir) são “O estudante e a transformação da sociedade brasileira” (1965) e “A juventude na sociedade moderna” (1972). Dessas, a primeira objetiva “caracterizar o conjunto de mecanismos e processos que presidem à constituição do estudante como categoria social” (FORACCHI, 1965, p. 3) enquanto a segunda busca “analisar, sociologicamente, a rebelião da juventude, na sociedade moderna, na forma predominante de que esse fenômeno se revestiu que é o movimento estudantil” (FORACCHI, 1972, p. 11).

atravessada pela condição de classe e, por isso mesmo, propensa a ser transformada a partir da possibilidade da atuação política. Com foco no estudante universitário, a autora operou sua análise a partir de três ordens de situação:

[...] a) relacionadas com o comportamento do estudante e focalizadas no nível das relações interpessoais; b) relativas à situação de classe e apreendidas no nível das conexões histórico-estruturais; e c) que dizem respeito aos fatores constitutivos do processo de transformação do sistema e formulados no nível da objetivação da *práxis*. (FORACCHI, 1965, p. 11, grifos da autora).

Com foco em nosso objeto — a experiência dos jovens do Cursinho Podemos Mais Heliópolis — vamos nos ater às diferenciações que a autora faz entre o engajamento político nas camadas médias e nas camadas populares da juventude. Foracchi (1965) explica que na condição de estudante universitário o jovem de classe média<sup>11</sup> é incumbido de promover a ascensão social da família. Nesse âmbito, o projeto de carreira passa a ser o acorde fundamental que dá sentido à experiência de estudante universitário: ao mesmo tempo que se confunde com o projeto de ascensão familiar, é no projeto profissional que ele encontra as possibilidades de melhor apreender os limites de sua situação de classe.

Na condição de estudante e ao dialogar com seus iguais o jovem de classe média pode reavaliar sua experiência e suas expectativas para então perceber os limites do projeto familiar que até então tomara como seu — compreende que a realização de um projeto de ascensão social é travada pelos limites estruturais impostos pela lógica da sociedade de capitalismo dependente (FORACCHI, 1965).

A partir desse cenário resultam possibilidades de engajamento político que podem se realizar, em um primeiro momento, nos limites da ação reivindicativa, voltada para a reformulação dos padrões de carreira, ou — para resgatar o raciocínio de Fernandes (2018) — na esfera de atuação dentro da ordem. Ainda assim, ao buscar lutar para reformular os esquemas vigentes de projeto profissional, “o estudante apreende as limitações sociais da sua condição de

---

<sup>11</sup> Foracchi (1965) utiliza ora o termo “classe média”, ora “pequena-burguesia”, ora “camadas em ascensão”, todos como sinônimos para o mesmo conceito. Nesse trabalho a autora não se deteve a uma delimitação mais precisa sobre tal conceito e, ao longo de sua obra, refere-se por vezes aos trabalhadores assalariados que ocupam funções não-manuais, em outros momentos menciona os pequenos-proprietários. De todo modo, sabemos que não se trata da classe burguesa, e a referência que faz, mais de uma vez, à condição de privilégio da camada média nos leva à concepção de Fernandes (1975) sobre os círculos sociais “integrados” e “desenvolvidos”, ou seja, aqueles que nas sociedades latino-americanas podem ser chamados de classes sociais propriamente ditas (FERNANDES, 1975). Como delineamento geral do que seria o termo classe média utilizado por Foracchi temos também o fato de a autora contrapor essa categoria ao que chama de “camadas populares”, quer dizer, aqueles que não possuem privilégios, ou, na acepção de Fernandes (1975), as “classes baixas”, ou, ainda, os “despossuídos”. Portanto, na acepção de Foracchi podemos situar a classe média entre a burguesia e as classes baixas, ou camadas populares.

estudante, enquanto categoria vinculada à classe média” (FORACCHI, 1965, p. 220) e a partir daí pode direcionar sua ação no sentido de superar os limites de sua situação de classe.

Porém, a radicalização do jovem dessa camada social não se impõe de forma inevitável e tampouco revolucionária; Foracchi (1965) explica que as condições de engajamento dos estudantes universitários estão circunscritas na sua própria condição de classe. Aproximando-se da perspectiva proposta por Fernandes (1972) sobre a classe média urbana, a autora elucida que:

[...] a condição assalariada [da classe média] a vincula, positivamente, às camadas populares, fazendo-a, não raro, compartilhar das suas reivindicações nem que seja, exclusivamente em moldes de tímido ou subjetivo apoio. Por outro lado, essa mesma condição de assalariada vincula-a, em termos de dependência e subordinação, à experiência acumulada e à visão histórica das camadas dominantes, incapacitando-a para qualquer efetiva tomada de posição que exija a ruptura desses vínculos. O vínculo de dependência, inerente à condição assalariada, faz com que, quase sempre, a pequena burguesia aja compelida pelo temor de perder a sua situação de dependência e os escassos benefícios que dela resultam. (FORACCHI, 1965, p. 222).

A ação estudantil apresenta instabilidades fruto da *práxis* da classe média que se manifesta em uma indecisão prática que a autora apresenta como uma “ambivalência de orientações que a impede de assimilar essa ou aquela orientação, em *definitivo*” (FORACCHI, 1965, p. 240, grifos da autora).

A partir dessa situação, Foracchi (1965) afirma prevalecer no movimento estudantil uma fragilidade ideológica que dificulta uma atuação na direção de uma saída revolucionária à situação brasileira; para a socióloga, uma das expressões dessa situação está no fato de os estudantes integrantes desse movimento se esforçarem em ocultar a própria condição de classe, o que acaba por enfraquecer a potência política do movimento:

Desvincular o estudante universitário da sua condição de classe [...] é tão ineficiente quanto negar sua origem pequeno-burguesa e sua eventual identificação com a ideologia de classe. Nesse desvio, que não é só de perspectiva mas, sobretudo, de estratégia, laboram quase todas as facções políticas ativas no movimento universitário. (FORACCHI, 1965, p. 276).

O jovem universitário tem dificuldades de se situar enquanto classe, o que resulta na atenuação das possíveis consequências de sua ação política, restringindo-a ao nível reivindicativo e institucional, e no retardamento do processo de transformação social (FORACCHI, 1965).

Para melhor compreender a hesitação política presente no movimento estudantil a

socióloga aponta dois exemplos de posições políticas evasivas entre os grupos que o constituem. O primeiro consiste em um posicionamento cuja ação transformadora é limitada ao nível das formas de sociabilidade, havendo nesse caso uma “*contenção* do impacto transformador, no nível das relações interpessoais” (FORACCHI, 1965, p. 288, grifos da autora). Assim sendo, as tensões sociais concernentes à luta de classes são afastadas do processo de engajamento resultando na suspensão das transformações estruturais, havendo uma radicalização da “ideologia, abstraindo-a da ação” (FORACCHI, 1965, p. 288).

No segundo caso, apesar de haver uma visão estruturada da sociedade e uma preocupação em delimitar quais os planos sociais de ação existentes e as possibilidades de abrangência da ação estudantil em relação a eles, os estudantes partem dessa posição para se delegarem a atribuição de “politização da massa, tarefa essa relacionada com a condição do estudante, enquanto ‘parcela mais esclarecida da população’” (FORACCHI, 1965, p. 289) — postura que corrobora com a visão de que a formação intelectual é o que fundamentalmente caracteriza o jovem educando; abstraindo, nessa lógica, sua condição de classe (FORACCHI, 1965).

Tanto uma posição quanto a outra procuram estabelecer os marcos para a ação estudantil prescindindo “da condição social que a singulariza, isto é, a classe. [Tais posições] não veem a classe como determinação concreta do comportamento do estudante e, nem este, como um dos agentes do projeto de ascensão de classe” (FORACCHI, 1965, p. 289). Como resultado o movimento estudantil apresenta ambiguidades que dificultam a politização e a organização do conjunto desses indivíduos.

A partir desse cenário, Foracchi (1965) lista algumas características singulares desse movimento: “a) negação da classe como condição determinante da ação; b) afirmação da prioridade necessária da consciência sobre a ação; c) a preocupação de lastrear a ação em reivindicações específicas e parciais” (FORACCHI, 1965, p. 291).

Frente ao exposto, a autora sugere que o radicalismo do jovem universitário poderia ser concretizado se apreendido dentro dos contornos da categoria que lhe confere sentido: a classe. Para tanto, a ação estudantil deveria ser compreendida “como expressão política da estrutura de classes numa sociedade em processo de desenvolvimento” (FORACCHI, 1965, p. 291). Considerações que, embora não sejam estranhas aos programas político-estratégicos dos grupos componentes do movimento estudantil, não são projetadas em termos que sejam ao mesmo tempo práticos e globais (FORACCHI, 1965).

Para que o movimento estudantil adquira uma conotação de enfrentamento revolucionário é necessário que estabeleça um alinhamento com as demais camadas sociais.

[...] a ação do estudante só adquire uma amplitude societária *sob condição de estar conjugada com a ação das demais forças sociais de renovação, que se manifestam na sociedade brasileira*. Somente na medida em que a ação do estudante estiver identificada com um processo renovador, *já em curso*, é que ela poderá revestir-se de conotação “revolucionária”. (FORACCHI, 1965, p. 294, grifos da autora).

A autora deixa claras as diferenças entre os jovens de classe média e das camadas populares. Essa distinção se expressa tanto nas perspectivas desses sujeitos em relação aos aparelhos institucionais, quanto nas formas de engajamento político ou na ausência dele. Aos jovens de classe média é facultada a oportunidade de esgotar em grande medida as oportunidades oferecidas pelo sistema social, o que lhes proporciona vivenciar os seus limites e, ao menos potencialmente, perceber as balizas impostas pelo capitalismo dependente e contra ele se engajar — a pesar de, como vimos, isso ter sido um grande desafio para os indivíduos em torno do movimento estudantil (FORACCHI, 1972).

Os jovens das camadas populares, por sua vez, na carência dos privilégios disponíveis às camadas médias, estão mais propensos às oportunidades de integração ao sistema. Conforme nossa socióloga, eles valorizam “enfaticamente as oportunidades educacionais, como o recurso mais eficiente de ampliação dos seus horizontes de vida” (FORACCHI, 1972, p. 40). Aqui, novamente em consonância com Fernandes (1972) — dessa vez acerca do comportamento das classes baixas — a autora afirma que:

O abandono da situação de origem é a condição mínima para a identificação com a sociedade que o engloba. Do mesmo modo, o nível das aspirações, das oportunidades de vida e de carreira se projetam no plano da sociedade, mundo desconhecido que conflita com as atuais condições de existência, modeladas basicamente pela estrutura das relações familiares. (FORACCHI, 1972, p. 41).

Nessa perspectiva, as camadas populares tendem a valorizar a educação como recurso de transformação social:

[...] a educação, a par de sua ação integrativa, reveste-se de uma conotação quase revolucionária, pelas perspectivas com que acena no sentido de permitir que esses jovens consigam o nível de vida a que aspiram. Usufruir de alguma escolarização, sob este ponto de vista, é tornar-se potencialmente revolucionário, no limite de radicalização demarcado pela crítica institucional. (FORACCHI, 1972, p. 41).

Para Foracchi (1972), essa perspectiva em relação à educação não significa que os jovens das camadas populares sejam conformistas, mas que os conflitos que neles se manifestam decorrem da percepção que têm da sua situação de carência social e cultural. A socióloga aponta que “no geral, a ausência de privilégios parece estar relacionada com um tipo de comportamento juvenil que não pende nem para a alienação nem para o radicalismo, mas para a aspiração de integração ao sistema, na direção de uma atenuação dos conflitos” (FORACHI, 1972, p. 41-42).

Assim, Foracchi (1972) explica que a juventude das camadas populares tem como característica a contestação por meio de atitudes circunscritas no plano institucional, sua crítica ao sistema “é caracterizada pela decisão de abandonar a situação de origem, o que implica numa etapa preliminar de identificação com a sociedade” (FORACCHI, 1972, p. 42). Essas constatações, quando combinadas com as observações de Fernandes (2018), nos colocam a relevância dos embates dentro da ordem e, nesse sentido, do papel crucial da educação nas manobras táticas necessárias à construção do socialismo no contexto brasileiro.

#### 1.4 ENGAJAMENTO POLÍTICO ENTRE OS JOVENS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Em estudo recente, Sposito *et al.* (2020) mapearam as formas organizativas vigentes na atualidade e perceberam três linhas de investigação no que toca às formas de atuação da juventude. A primeira linha abrange os estudos que privilegiam a condição estudantil como elemento catalizador de conflitos políticos; a segunda está relacionada aos estudos acerca das denominadas culturas juvenis; e a terceira diz respeito às formas e temáticas de atuação consolidadas tanto no campo dos movimentos e organizações de tradição socialista como de orientação autonomista e de ação direta. Integram também este último bloco as lutas pelo reconhecimento das identidades e as organizações da juventude rural.

No primeiro conjunto, focado na atuação política, destaca-se a deflagração das ocupações estudantis em 2015 e 2016. Em um primeiro momento protagonizadas por estudantes do segundo ciclo do ensino fundamental e do ensino médio, as ocupações ocorreram majoritariamente em escolas públicas de São Paulo, Goiás, Rio Grande do Sul e Ceará e foram contrárias a políticas educacionais de caráter estadual. Em um segundo momento foram iniciadas nas escolas públicas do Paraná, espalhando-se por quase todos os estados brasileiros. Dessa vez com a participação dos estudantes das universidades e dirigindo-se também a políticas públicas referentes ao cenário federal (SPOSITO *et al.*, 2020).

Tais acontecimentos marcam um novo ciclo de engajamento estudantil, evidenciado pelo alargamento do raio de atuação dos estudantes, usualmente circunscrito ao ensino superior. Nota-se, nessa nova fase, o potencial criativo das ações estudantis, bem como características interativas “marcadas por formas de ação coletiva mais confrontacionais, como ação direta, desobediência civil e a própria ocupação de instituições e equipamentos” (SPOSITO *et al.*, 2020, p. 5). Essas práticas são marcadas também pela ênfase na horizontalidade, pela ausência de lideranças definidas, pelo uso das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) e pela relevância da dimensão afetiva nas relações interpessoais.

Constata-se ainda a “recusa e desconfiança dos participantes das ocupações em relação a entidades estudantis tradicionais, partidos políticos, sindicatos, organizações e movimentos consolidados, inclusive de jovens” (SPOSITO *et al.*, 2020, p. 5). Mesmo que as análises nesse sentido sejam ainda incipientes e não deem conta das ambivalências e porosidades da relação entre as ocupações e outras organizações da sociedade civil (SPOSITO *et al.*, 2020).

Verifica-se, no movimento estudantil, a ampliação da presença de coletivos identitários autônomos — em especial entre os acadêmicos — como os voltados para a questão étnico-racial, de gênero e de orientação sexual. Os atores desses coletivos apontam que os espaços usuais de engajamento político apresentam limites para o encaminhamento de suas questões. A expansão desses coletivos tem, inclusive, derivado novas instâncias deliberativas nas universidades públicas com o objetivo de contemplar causas específicas demandadas pelos sujeitos que os constituem (SPOSITO *et al.*, 2020).

O segundo conjunto, voltado para as culturas juvenis, abrange grupos produtores de culturas ou estilos estéticos, como o caso do movimento *hip-hop*. Há também as formas de engajamento ligadas à disputa do espaço urbano, como “as intervenções de ‘pixadores’, *rappers*, *traceurs* (praticantes de *parkour*)” (SPOSITO *et al.*, 2020, p. 7), identificadas como formas de ação política presentes particularmente entre jovens do sexo masculino e moradores das periferias.

Na esfera das ocupações do espaço urbano pelas camadas populares, destaca-se ainda um fenômeno mais recente e pouco estudado que são os denominados “rolezinhos”. Ocorridos a partir do final de 2013, os “rolezinhos” são encontros articulados por meio das redes sociais e proporcionados por jovens envolvidos com o “funk ostentação” — cuja inserção social é buscada por meio do consumo de roupas de “grife” (SPOSITO *et al.*, 2020).

Esses jovens organizam encontros nos shopping centers das periferias das grandes cidades brasileiras em busca de lazer, modos de se encontrar e circular na cidade, evidenciando

a negação do direito à cidade aos jovens moradores das periferias dos grandes centros urbanos. Acerca desse movimento levanta-se uma problemática importante:

[...] sob os efeitos da crise que encolhe as possibilidades de inclusão via consumo, diante do drama da violência urbana e da segurança pública e por aspirarem condições de vida mais dignas, aderiram a fileiras do pensamento conservador e, com um “desalento” e uma aposta no “último recurso”, perfilaram-se aos segmentos bolsonaristas nas eleições de 2018. (SPOSITO *et al.*, 2020, p. 8).

Observa-se também que no interior dos movimentos culturais as jovens mulheres ocupam lugar de marginalidade e de posições subordinadas; buscando, a partir desse cenário, formas de atuação paralelas, em que buscam problematizar questões relativas ao feminino, ao corpo da mulher e ao gênero.

Até aqui, chama-nos a atenção que as formas de engajamento político nas quais se encontram os jovens das camadas populares — ou podemos dizer as classes baixas, na acepção de Fernandes (1972) — são justamente aquelas voltadas para pautas concretas e de necessidade imediata: são os jovens que ocupam a escola pública por melhores condições educacionais, ou os que querem ostentar e sentirem-se integrados aos padrões de consumo, ou ainda os que desejam acessar equipamentos urbanos em busca de lazer e espaços de encontro.

Sposito *et al.* (2020) frisam que a dimensão territorial no âmbito dos conflitos sociais tem aparecido como potencial possibilidade de emergência e consolidação de práticas de jovens moradores da periferia. O que, somadas às constatações anteriores, nos leva às proposições de Fernandes (1972) e Foracchi (1972) acerca dos jovens das camadas populares, cuja situação social as circunscreve a atuações políticas que, em última instância, visam a integração ao sistema — podendo, a depender da capacidade inventiva e organizativa dos grupos militantes, converter-se em um engajamento contra a ordem.

O terceiro conjunto de atuação política entre os jovens tem foco nos agrupamentos que não se encaixam nos movimentos estudantis e transcendem os coletivos culturais. Conforme Sposito *et al.* (2020), as pesquisas voltadas para essa esfera são poucas, contudo dentre os estudos existentes é possível encontrar três grupos distintos de organizações: as de caráter socialista, as de aspecto autonomista e os movimentos de perfil associativista.

Dentre as organizações de caráter autonomista destacam-se os estudos sobre o Movimento Passe Livre (MPL). Estruturado em um modelo federativo “o MPL rapidamente se disseminou, constituindo núcleos em várias cidades do país, mas com desenhos diferentes quanto à capacidade de mobilização e de enraizamento nas lutas mais amplas” (SPOSITO *et*



*al.*, 2020, p. 9).

Elementos como descentralização, autonomia e horizontalidade são indispensáveis para compreender essa organização, já que se trata de aspectos que atravessam as práticas, as tensões e os conflitos no seu interior. No aspecto da descentralização, por exemplo, Sposito *et al.* (2020) relatam que a partir de 2015 intensificaram-se os debates na base do MPL a respeito da sua forma organizativa e de possíveis ampliações das orientações já existentes desse mesmo viés. Essa dinâmica gerou tensões que implicaram em rupturas e afetaram a trajetória do movimento.

A marca da horizontalidade e do consenso também aparecem como elementos de tensão, visto que as distintas concepções sobre a natureza do poder e da hierarquia, bem como as diferenças de classe, formação acadêmica, gênero e raça ameaçavam o nivelamento da direção política (SPOSITO *et al.*, 2020).

No que concerne as organizações de legado socialista, Sposito *et al.* (2020) destacam os estudos encontrados quanto ao Levante Popular da Juventude, embora apontem relativa escassez de investigações sobre o tema. Movimento recente, o Levante tem seu início em 2006, a partir de organizações diversas, com destaque para a Via Campesina, para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e para a Consulta Popular.

Iniciado a partir de deliberação nacional, entretanto construído de forma descentralizada, o Levante: “desde sua origem, caracterizou-se pela tensão entre a presença permanente das organizações das quais é herdeiro e pela busca de autonomia” (SPOSITO *et al.*, 2020, p. 10). Conforme as autoras, destaca-se como característica do Movimento a adesão às práticas políticas mais atuais da juventude, como o já mencionado movimento *hip-hop* e as lutas relacionadas às pautas feministas e étnico-raciais (SPOSITO *et al.*, 2020). Nos debruçaremos mais atentamente ao Levante e às organizações que o circundam no capítulo seguinte.

Pode-se indicar ainda, como formas de engajamento localizadas no terceiro conjunto, os denominados movimentos associativistas. Se encaixam nesse campo de atuação algumas experiências de ação coletiva nas periferias das grandes cidades: são engajamentos de pequenos grupos que recriam a dimensão territorial local sem se esgotar nas práticas da cultura juvenil. Jovens que “recorrem a algumas associações de moradores já enraizadas ou organizações ligadas a grupos religiosos para desenvolverem ações em bairros e comunidades” (SPOSITO *et al.*, 2020, p. 10).

Esses agrupamentos compreendem suas ações como parte de um engajamento político autônomo, nelas “encontram suporte tanto para iniciativas relativas à luta contra a violência, como para a formação de ações de economia popular, entre as quais os bancos populares, além

do desenvolvimento de ações culturais” (SPOSITO *et al.*, 2020, p. 10). Segundo as autoras, nas experiências de associativismo é possível perceber ações que transitam entre assistência social, lazer e ativismo político.

As pesquisas relativas aos movimentos de juventude atuais ainda são bastante recentes e encontram significativos desafios. É necessário avançar para além do reconhecimento da pluralidade de ações coletivas entre os jovens e buscar compreender os desenhos de cada uma delas. Outrossim, as mobilizações analisadas a partir dos anos 2000 têm sido compreendidas como “novos” ou “novíssimos movimentos sociais”, no entanto, ao sobrevalorizar as supostas rupturas e inovações, as classificações propostas não elucidam satisfatoriamente as mudanças e continuidades entre os agrupamentos e ações juvenis (SPOSITO *et al.*, 2020).

A horizontalidade e a busca de autonomia, por exemplo, apontadas por vezes como delineamentos inéditos, “já estavam presentes em ideários próximos do anarquismo desde o século XIX, em alguns momentos da história do movimento feminista e em setores independentes do movimento estudantil” (SPOSITO *et al.*, 2020, p. 12).

## **2 CLASSE E ENGAJAMENTO POLÍTICO NO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE**

Este capítulo está dividido em três sessões e busca traçar os principais aspectos em torno do surgimento e amadurecimento do Levante, com enfoque na relação entre as categorias classe e engajamento político. A primeira sessão (2.1) traz os delineamentos históricos do período inicial do Movimento; a segunda (2.2) aponta para o processo de seu amadurecimento organizativo e estratégico; e a terceira (2.3) segue nesses aspectos, no entanto com foco no período que transcorre após o aprofundamento da crise econômica e institucional no Brasil desde 2016.

Para as duas primeiras sessões nos embasamos em alguns documentos oficiais, mas principalmente em três trabalhos acadêmicos que abordaram o Levante desde a relação entre classe e engajamento político. Estudos nessa perspectiva não foram encontrados nos anos subsequentes a 2016, de forma que a terceira sessão foi escrita baseada unicamente nos documentos oficiais.

Assim, justificamos, de antemão, o relativo alongamento da última parte deste capítulo, visto que consideramos importante contribuir para as análises sobre o Levante nos anos mais recentes, embora esse esforço tenha sido balizado pelo nosso objetivo principal — investigar as possibilidades de engajamento político entre os jovens do Cursinho Podemos Mais Heliópolis. Portanto, o leitor não encontrará nessa parte uma descrição minuciosa acerca das relações entre classe e engajamento político no Levante a partir de 2016, mas um panorama em linhas gerais sobre esse tema.

### **2.1 O CONTEXTO HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DO LEVANTE**

A década de 1960 assinala a sobrevalorização de aspectos culturais e identitários no interior dos movimentos sociais e a negação do marxismo e da perspectiva de classe para a compreensão da sociedade. Esse processo está relacionado à já mencionada fase de reestruturação do capitalismo e hegemonização de sua ideologia, período que coincide com a derrocada de grande parte das experiências socialistas no mundo e com a crise da esquerda como um todo. Tal cenário sugere uma suposta inevitabilidade do sistema capitalista e prejudica a capacidade de organização da classe trabalhadora, na medida em que esta se distancia da luta por um projeto de sociedade contra-hegemônico que vise a superação do modo de produção

capitalista.

Seguindo essa linha de raciocínio,

[...] no Brasil, a partir da consolidação da democracia formal, nos anos noventa, percebe-se não mais haver unidade política nos movimentos da juventude, e não só da juventude, mas no campo das esquerdas, na busca de um fim comum, como na década de 1960: a derrocada do regime civil militar e a transformação social, mas uma fragmentação em vários campos específicos de lutas, como racial, feminista, o Movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT), ambiental, etc., sem uma maior reflexão sobre a categoria do “antagonismo de classes” que atravessa todos os movimentos. Na verdade, a mencionada categoria, elemento fundamental de análise marxista, deixa de ter relevância para os chamados novos movimentos sociais. (PALUDO *et al.*, 2016, p. 554).

Expusemos no capítulo anterior um quadro das tendências contemporâneas de mobilização juvenil que se assemelham ao panorama descrito acima: a fragmentação das pautas de luta, o foco nas questões culturais e a rejeição da perspectiva de classe.

Em alternativa, nos anos 1990 a América Latina apresentou experiências de atuação política que foram no contrafluxo dessa disposição. Foi possível perceber nessa localidade o fortalecimento das lutas em resposta à ofensiva das políticas neoliberais<sup>12</sup>, aos tratados de livre comércio, à ingerência dos organismos multilaterais sobre as políticas governamentais dos Estados latino-americanos e ao imperialismo (GALVÃO, 2009).

A título de exemplo, seguem alguns casos. No México se vê a resistência do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) à celebração do Nafta (Tratado de Livre Comércio da América do Norte) em 1994 e o movimento desencadeado pelos professores de Oaxaca em 2006, que passa de uma luta por demandas corporativas a uma revolta generalizada contra a crise democrática e a deterioração da situação socioeconômica agravada por aquele tratado (GALVÃO, 2009).

Na Bolívia, em 1990, assistiu-se às marchas e protestos envolvendo organizações sindicais, indígenas e de bairros — que resultaram na queda dos presidentes Gonzalo Sánchez de Lozada e Carlos Mesa — contra as políticas neoliberais de aumento das tarifas dos serviços públicos (sobretudo da distribuição de água) e a desnacionalização da economia.

Essa mesma década presenciou as greves e os bloqueios de estradas por parte dos piqueteiros na Argentina — em reação ao plano de austeridade econômica do ministro Cavallo

---

<sup>12</sup> Resultado da atual fase do capitalismo, a doutrina neoliberal tem como fundamento a introdução de programas radicais de mercantilização e privatização dos aspectos fundamentais da vida cotidiana e da natureza, ocorrendo, assim, a intensificação da concentração de riqueza social e espacial entre as classes dominantes e o aprofundamento da pobreza entre as camadas subalternas (GALVÃO, 2009).

— e as ocupações de terra do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Brasil, composto por trabalhadores desempregados urbanos e trabalhadores informais, bem como camponeses expulsos de suas terras — exprimindo a impossibilidade da política neoliberal de “acomodar os ex-camponeses e assalariados rurais nas cidades” (GALVÃO, 2009, p. 8).

No contexto brasileiro as lutas contra as iniciativas neoliberais se expressaram também por meio do Plebiscito contra a Alca (Acordo de Livre-Comércio das Américas), construído, em 2002, de forma unitária por mais de 60 partidos, organizações e movimentos sociais (AGÊNCIA BRASIL, 2002).

Galvão (2009) aponta que, se apreendidas a partir de sua ideologia antineoliberal e do conceito de classes trabalhadoras<sup>13</sup>, pode-se encontrar uma unidade — do ponto de vista analítico — entre as formas de atuação política mencionadas. Embora seja comum, na bibliografia sobre o tema, restringir o estudo dessas lutas ao aspecto étnico, a autora defende que

[...] esses movimentos caracterizam-se pela luta por direitos econômicos, como acesso à terra, garantia de trabalho ou benefícios sociais; e políticos, como o direito à participação política. Não se trata de lutar somente pelo reconhecimento de identidades étnicas ou de “minorias”, pois as reivindicações vão além dessas questões. Também não se trata de novos movimentos sociais *stricto sensu*, não apenas porque alguns desses movimentos não são tão novos assim, mas porque também não constituem necessariamente uma oposição ao movimento operário e sindical, mas se associam a ele, de formas distintas. Além disso, ao contrário do que propugnam as teorias sobre os novos movimentos sociais, é possível encontrar um caráter de classe nesses movimentos, a despeito da heterogeneidade da base social mobilizada em cada um deles. (GALVÃO, 2009, p. 3, grifos da autora).

Paludo *et al.* (2016) apresentam o Levante como uma organização que incorpora aspectos dos denominados novos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que se distingue deles, mantendo pilares dos movimentos sociais mais tradicionais, cuja noção de classe e a defesa de um projeto de sociedade contra-hegemônico ainda se fazem presentes. Percebemos então que o surgimento do Levante carrega características do cenário de reestruturação capitalista e crise da esquerda, mas também marca a sua gênese o contexto das lutas na América Latina durante as décadas de 1990 e 2000.

Tiveram participação ativa na construção do Movimento as organizações da Via Campesina e a Consulta Popular (Consulta), que “compõem o campo de forças que realizam o exercício da contra-hegemonia na perspectiva da transformação social, na construção de um

---

<sup>13</sup> A autora utiliza o termo classes trabalhadoras para abranger “trabalho manual e não manual, assalariado e não assalariado, produtivo e improdutivo, tarefas de direção e de execução” (GALVÃO, 2009, p. 3).

novo projeto de sociedade” (PALUDO, *et al.*, 2016, p. 559). Vale, portanto, trazer uma breve exposição sobre essas organizações.

A Via Campesina é um movimento internacional que conta com 182 organizações, distribuídas em 81 países, voltadas para o meio rural. No Brasil, entre os movimentos que a compõem estão o MST, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e a Pastoral da Juventude Rural (PJR).

A Consulta, no que lhe toca, tem sua origem atrelada aos debates em torno do Projeto Popular para o Brasil (PPB), que consiste em um projeto político construído a partir da década de 1990 e que congrega “um acúmulo teórico-político de lutas sociais [...], com diretrizes estratégicas e táticas intencionando mobilizar o povo para a Revolução Brasileira”<sup>14</sup> (GALVÃO, 2015, p. 143). Segundo João Pedro Stédile, um dos dirigentes nacionais do MST, a Consulta consistiu, inicialmente, em

[...] um processo de discussão política que inúmeros militantes, dos mais diversos movimentos sociais, sindicais, pastorais, estudantis e dos partidos oposições [na época ao governo FHC], resolveram fazer, a partir do final de [19]97, para debater um projeto popular para o Brasil. Percebemos que, em nossas organizações de massa, e mesmo nos partidos políticos em que estamos militando, não havia um espaço de discussão política suficiente, necessário e profundo sobre os destinos estratégicos de nosso povo. (CONSULTA POPULAR, 1999, p. 9).

Atualmente a Consulta se coloca como um instrumento político para a tomada do Estado e tem o socialismo como seu horizonte estratégico e encontra no Projeto Popular para o Brasil sua mediação tática (CONSULTA POPULAR, 2007). Os militantes que compõem suas fileiras são em grande parte aqueles pertencentes aos movimentos que constroem o PPB: o Levante, o Movimento dos Trabalhadores por Direitos (MTD) e os movimentos integrantes da Via Campesina no Brasil, mas também fazem parte da Consulta ativistas de sindicatos, de partidos eleitorais e de outras organizações.

No início dos anos 2000 tanto Via Campesina quanto Consulta Popular despendiam esforços para a organização e a articulação da juventude do campo e da cidade. Se tomamos o exemplo do MST, percebemos três fatores que levaram a esse empenho:

[...] 1) o movimento de idas e vindas de jovens, aqueles que vivem nos assentamentos

---

<sup>14</sup> Para saber mais sobre o Projeto Popular para o Brasil ver: GALVÃO, Felipe dos Santos. “Ousar lutar, organizando a juventude pro Projeto Popular”: resistência, luta e organização da juventude proletária, o Levante Popular da Juventude em foco. Dissertação de mestrado. Natal: 2015.

e migram para as cidades e, em alguns casos, retornam para o campo; aqueles que moram nos centros urbanos e entram no Movimento em virtude das difíceis condições de vida na cidade ou por questões político-ideológicas; 2) a compreensão de que problemas advindos do capitalismo afetam tanto os jovens do campo, quanto os jovens trabalhadores das cidades; 3) o MST, ao avançar em sua proposta política e se propor a pensar e debater um projeto de desenvolvimento popular para o Brasil, incorpora a juventude da cidade, especialmente das periferias, como um segmento (da população) estratégico para o seu projeto político de transformação social, considerando que existem alguns temas básicos que podem unir os jovens como: educação, trabalho e renda, a cultura e a arte e o recorte de classe, priorizando o debate contra a guerra e a luta antiimperialista. (MARTINS, 2009, p. 167).

A convergência entre essas duas esferas juvenis foi, como vemos, ao mesmo tempo uma demanda que ressaltou do cotidiano do Movimento e uma necessidade estratégica para a construção do Projeto Popular para o Brasil.

Soma-se a esse quadro a contribuição dos estudantes universitários que passaram a conhecer e se aproximar do MST, sobretudo após a repercussão nacional do Massacre de Eldorado de Carajás<sup>15</sup> em 1996, e da marcha para Brasília<sup>16</sup> em 1997 (MARTINS, 2009). Ademais, no início dos anos 2000 ocorreram diversos encontros nacionais e internacionais dos jovens da Via Campesina — com representantes dos movimentos sociais rurais e urbanos — e foram realizados alguns cursos de formação para a juventude do campo e da cidade que, além de alcançar os jovens da Via, tinham como objetivo envolver aqueles provenientes da cidade, em especial, os jovens universitários.

Nessa conjuntura, de integração entre a juventude do campo e da cidade, vemos surgir o Levante. Em 2005, no Morro da Cruz — periferia urbana de Porto Alegre — um grupo de trabalho composto por cinco militantes, sendo dois da PJR, um do MTD, um do MST e um jovem universitário buscavam formas de reunir e engajar a juventude local (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, entre 2014 e 2016), a princípio, sem um método definido, existindo apenas a ideia de lançar-se no exercício prático de organização da juventude periférica.

Aos poucos, esse núcleo propulsor percebeu as dinâmicas de convivência entre os jovens locais, suas demandas e sua necessidade de organização:

Resolvemos [...] manter um grupo de militantes que se encontrava na casa de um companheiro toda sexta-feira à noite para pensar atividades na semana, tomar um vinho, ver um filme e conviver. Em pouco tempo começamos a reunir mais de 20

<sup>15</sup> “Em 17 de abril de 1996, o massacre de Eldorado de Carajás, no leste do Pará, [...] resultou na morte pela polícia de 19 trabalhadores sem-terra.” (MARTINS, 2009, p. 116).

<sup>16</sup> “Em 1997, com uma participação significativa de jovens, foi realizada a ‘Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça’ que, saindo de vários estados brasileiros, no mês de fevereiro, e após três meses de caminhada, chegou a Brasília em abril e junto com outras organizações sociais realizou uma grande manifestação contra as políticas neoliberais do Governo FHC.” (MARTINS, 2009, p. 116).

jovens dentro da comunidade semanalmente! O dia, o horário e o caráter do espaço foram determinantes para isso. [...] Na sexta-feira à noite muitos jovens da comunidade queriam sair para a festa, mas não tinham um lugar próximo nem tinham dinheiro para deslocar-se até o centro. A “reunião”, então, virou uma alternativa de convívio social e diversão no final de semana. E a partir daí as pessoas foram se envolvendo em outras atividades e tarefas, pois foram cativadas por um novo método. (LPJ-BA, 2012 *apud* GALVÃO, 2015, p.154).

Figura 2 – Levante em Marcha



Fonte: Guilmo *et al.* (2019, p. 78)

À medida que os encontros ocorriam, os militantes buscavam compreender esse processo por meio de estudos e do compartilhamento de experiências com os demais militantes dos movimentos dos quais vinham. No decurso, essas iniciativas formativas conjugadas com as práticas de vivência naquela periferia, fizeram surgir debates, pautas e propostas de mobilização, que giravam em torno das questões de cultura e de lazer, e da violência contra negros e mulheres (GALVÃO, 2015).



Já em 2006 o Movimento — que começava a se identificar enquanto Levante Popular da Juventude — deliberou organizar um acampamento de jovens. Naquele ano seria realizado um encontro da Via Campesina em São Gabriel/RS, em comemoração aos 250 anos de morte de Sepé Tiaraju<sup>17</sup> e paralelamente a esse espaço o Levante decidiu realizar o seu acampamento. Na ocasião somou-se em torno de 450 jovens — entre camponeses ligados às organizações da Via Campesina, integrantes do MTD, moradores da periferia urbana e universitários — e foi então formalizado o nascimento do Levante enquanto movimento social (GALVÃO, 2015).

Desse acampamento foram extraídas três reivindicações relacionadas à vida daqueles jovens: educação, trabalho e cultura, e foi de onde decorreu a primeira luta aberta do Movimento com ideias voltadas para as mobilizações “por uma ‘Universidade Pública e Popular’, ocorridas em junho de 2006, em articulação com o Grupo de Trabalho Ações Afirmativas (GTAA), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)” (GALVÃO, 2015, p. 156).

O engajamento em torno dessa pauta se deu, inicialmente, dentro do espaço universitário, mas se expandiu, em um segundo momento, para além desse ambiente “e alcançou às escolas públicas com realização de oficinas e palestras sobre a situação da Educação no Rio Grande do Sul, tornando-se uma campanha em defesa da ‘Educação Pública e Popular’” (GALVÃO, 2015, p. 156).

Os primeiros anos de atuação do Levante foram marcados pela AgitProp<sup>18</sup> e pela luta conjunta com outros movimentos e organizações políticas. Com sua bateria composta de jovens ritmistas, o Movimento teve participação ativa nas lutas da Via Campesina, dos sindicatos, nas marchas e nos dias simbólicos para a classe trabalhadora, como o 1º de Maio, o Dia Internacional da Mulher e o Grito dos Excluídos (GALVÃO, 2015).

À proporção que o Movimento crescia era amadurecida a ideia de expandi-lo para outras regiões:

O período de 2007 a 2011 marca [...] o desenvolvimento e aproximação, nos diversos estados do país, com diversos movimentos, dessa ideia de organizar a juventude “do campo e da cidade”. Com o acúmulo de diversas experiências, em 2011, sob a liderança da Consulta Popular [...] inicia-se o processo de nacionalização do Levante com a preparação do I Acampamento Nacional, a ocorrer no ano seguinte. (GALVÃO, 2015, p. 158).

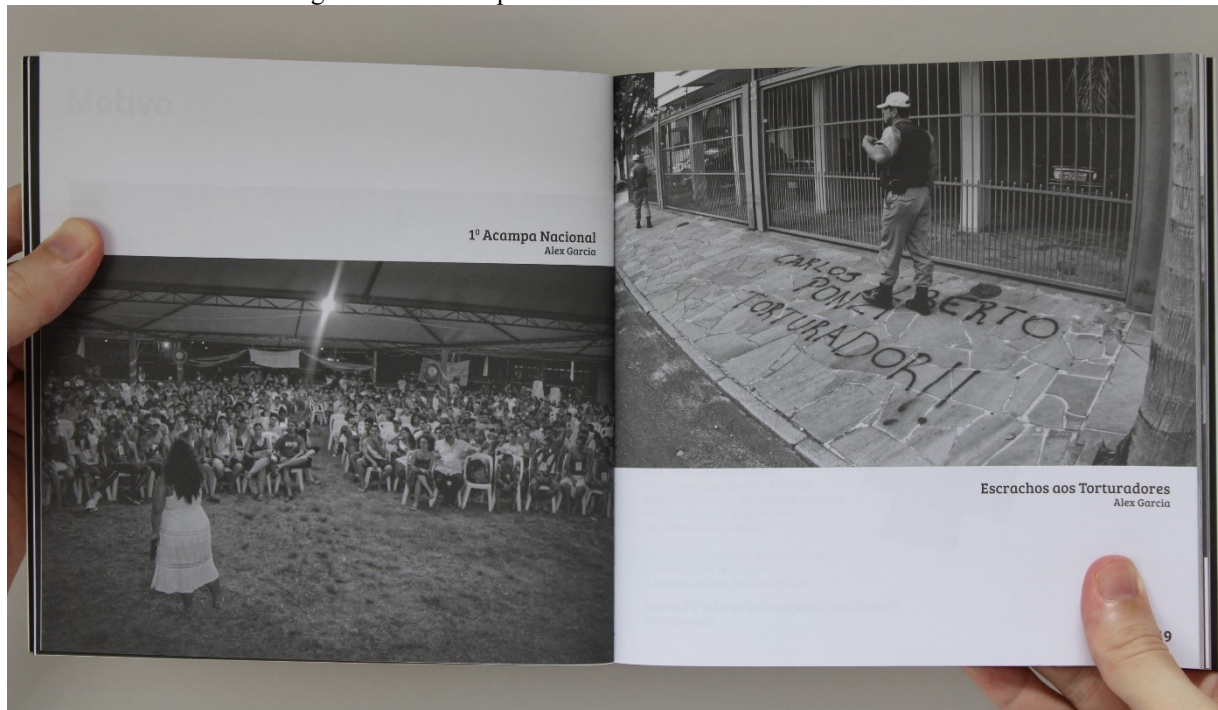
---

<sup>17</sup> “Líder indígena que se tornou um mito na luta pela terra no Rio Grande do Sul, sendo incorporado como elemento do discurso do MST no estado.” (GALVÃO, 2015, p. 155).

<sup>18</sup> AgitProp é a abreviação de Agitação e Propaganda, um conjunto de práticas artísticas, de herança marxista-leninista, cujo objetivo é difundir ideias revolucionárias de modo acessível e sensível à classe trabalhadora.

Com participação importante na ampliação do Movimento a nível nacional, no início da década de 2010 a Consulta decide empregar todos os esforços, que vinha despendendo para a mobilização de jovens ao longo do país, na construção do Levante. Em seguida, é realizada a campanha Levante pela Memória, Verdade e Justiça, em 2012, que consistiu em ações construídas em diversas capitais brasileiras em apoio à instalação da Comissão Nacional da Verdade. Os atos consistiram em um dia de “escrachos” — ações de denúncia em frente às residências ou locais que representavam ex-torturadores da ditadura militar que ainda estavam vivos e impunes (ARAÚJO, 2016).

Figura 3 – 1º Acampa Nacional e Escracho aos Torturadores



Fonte: Guilmo *et al.* (2019, p. 18 e 19).

A esse cenário, que já fazia ecoar a presença do Movimento para grande parte do país, somou-se a realização do I Acampamento Nacional do Levante — reunindo 1.200 jovens de 17 estados do Brasil, na cidade de Santa Cruz do Sul/RS — marcando definitivamente sua propensão à nacionalização (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2012).

## 2.2 APROFUNDAMENTO ESTRATÉGICO E ELABORAÇÃO DO MÉTODO ORGANIZATIVO

Enxergamos um mundo dividido entre aqueles que exploram, e as trabalhadoras e os trabalhadores que têm o fruto de seu trabalho roubado. Esse é o sistema capitalista-

patriarcal-racista, que mundialmente estabelece as formas de organização da sociedade na sua forma imperialista. Ele cria uma relação de dominação entre culturas e povos, destrói o meio ambiente, oprime e explora as mulheres, assassina a juventude negra, silencia gays e lésbicas e tolhe, cotidianamente, todos os nossos sonhos. (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2012, p. 1).

A Carta Compromisso do I Acampamento Nacional, da qual foi extraído o trecho acima, evidencia uma crítica à sociedade capitalista. O Levante se posiciona contra a exploração de classe e contra o imperialismo, além disso fica igualmente clara a crítica ao racismo, ao patriarcado, às opressões de gênero compreendidos na sua relação com esse sistema. No documento é possível perceber também um entendimento acerca da situação dos jovens nesse cenário: sua condição de classe e sua necessidade de contrapor um projeto de sociedade contra-hegemônico.

Nós, jovens, estamos no meio desse furacão: no campo, nas periferias e favelas, nas escolas e universidades, no trabalho. Somos constantemente disputados pelo projeto capitalista. É em contraposição a este projeto que nos lançamos o desafio de construção do Projeto Popular (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2012, p. 1).

Esses pressupostos apontam para a proximidade do Levante com a Via Campesina e a Consulta Popular, na medida em que o Movimento se opõe ao capitalismo a partir da luta pelo Projeto Popular para o Brasil. Não obstante, esse momento ainda não apresentava aprofundamentos estratégicos significativos, nem elaboração sistematizada sobre um modelo de organização, como podemos ver na avaliação feita pelo próprio Movimento:

O processo de preparação para o I Acampamento Nacional foi um desafio extremamente grande para o Levante, que na maioria dos estados era uma experiência muito incipiente, de modo que não havia condições para um processo de elaboração mais sistemático. Isto fica evidente na resolução produzida no marco de fundação do movimento. A Carta final do I Acampamento apresenta como afirmação somente a defesa dos pilares do Projeto Popular, e o compromisso com a construção dessa ferramenta de juventude, que deveria contemplar sob a mesma identidade, os jovens do campo, das universidades e das periferias. Simplificadamente, dissemos que o salto político do I Acampamento foi a construção da identidade do Levante Popular da Juventude. (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2019a, p. 8).

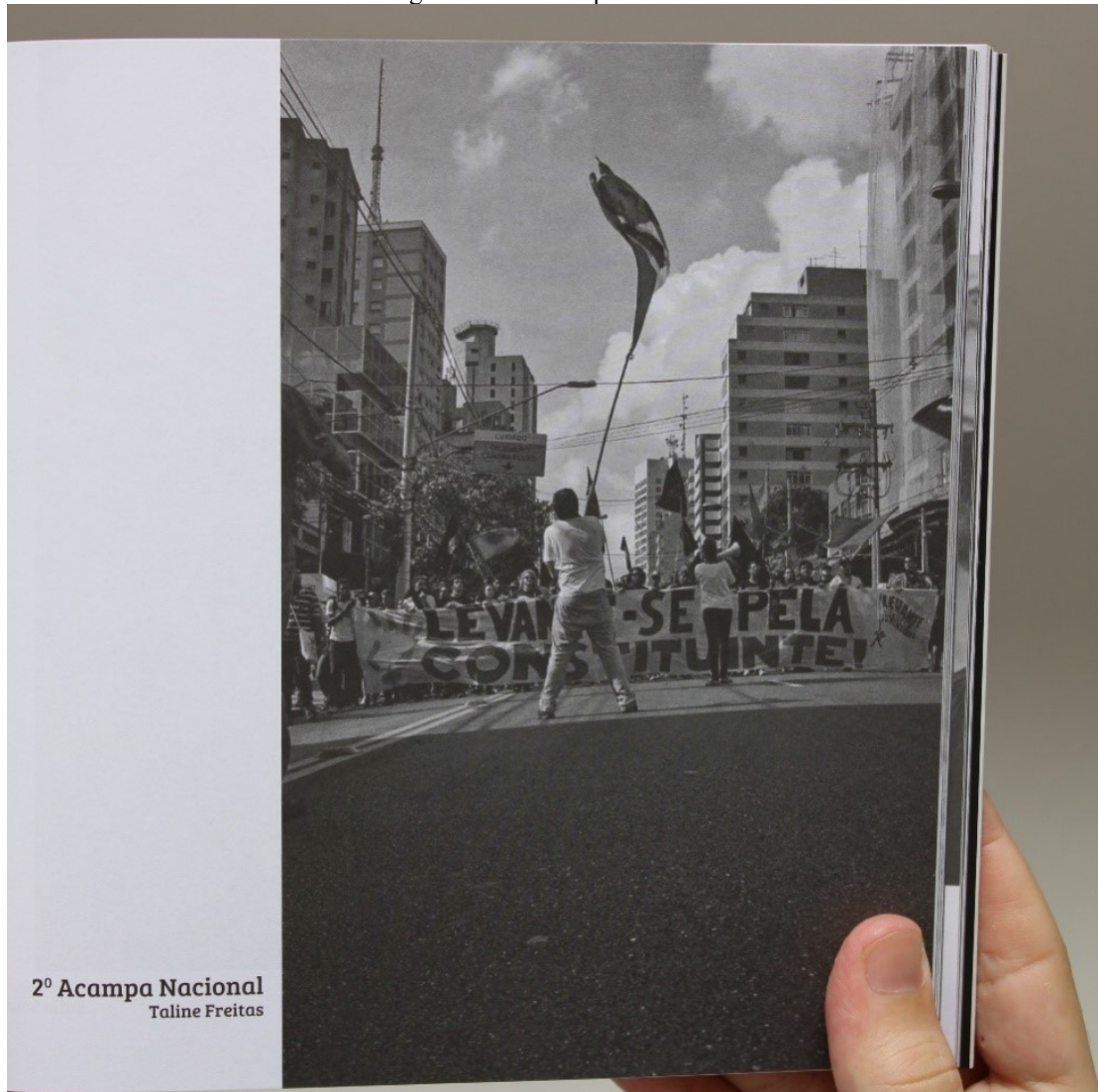
Já no cenário do II Acampamento Nacional<sup>19</sup>, em 2014, o Levante contava com relativa experiência em boa parte dos estados, o que parece ter contribuído para seu desenvolvimento. No plano organizativo já se apresentava a estrutura que ainda está vigente nos dias atuais.

---

<sup>19</sup> Ocorrido em 2014, em Cotia/SP, o encontro reuniu 3.000 jovens de 25 estados do Brasil.

Esboçamos, na sequência, alguns dos seus aspectos.

Figura 4 – 2º Acampa Nacional



Fonte: Guilmo *et al.* (2019, p. 29).

O Movimento se divide em três frentes de atuação: a Frente Camponesa, junto aos jovens dos movimentos da Via Campesina; a Frente Territorial, com foco no trabalho com os jovens dos bairros e periferias urbanas; e a Frente Estudantil, que articulava as ações nas escolas secundaristas e nas universidades<sup>20</sup> (GALVÃO, 2015).

Cada frente é composta por várias células — unidades básicas de organização dentro do Levante — e cada célula é formada com aproximadamente cinco militantes que geralmente compartilham desafios comuns, seja no ambiente escolar, universitário, no campo ou nos

<sup>20</sup> Atualmente existe uma quarta frente de atuação, denominada Frente Secundarista, que abrange os estudantes do ensino médio.

bairros e periferias. A célula é o espaço político em que ocorre a convivência e a aproximação entre os jovens, no qual eles discutem, avaliam e estudam a realidade em que estão inseridos e formulam as intervenções que irão executar sobre essa realidade (GALVÃO, 2015).

Das células se destacam militantes responsáveis pelas coordenações municipais, estaduais e pela coordenação nacional. Sendo este o espaço em que se “dá a linha política do movimento, as diretrizes a serem seguidas, as alianças nacionais e a definição das atividades e bandeiras de luta travadas pelo país” (GALVÃO, 2015, p. 173).

Fala-se, portanto, de uma “democracia ascendente descendente” no interior do Levante. A partir das células vêm as avaliações e as demandas com base na realidade dos seus integrantes, e nas coordenações se sintetizam e otimizam os debates resultantes do conjunto das células e de onde se deliberam as diretrizes que deverão ser seguidas por elas. A autonomia dessas instâncias (célula e coordenação) se limita e se complementa, concomitantemente, em um movimento de reciprocidade dialética.

Entre os militantes das células também são definidos aqueles que formarão as secretarias operativas de cada região. Esse espaço existe igualmente em nível municipal, estadual e nacional, e é formado por um grupo mais enxuto de militantes. Suas responsabilidades são: dinamizar os trabalhos de articulação política; comunicação interna; registro, arquivo e memória da organização; finanças; acompanhamento das células; zelar pelo funcionamento das instâncias deliberativas; e contribuir, desde sua visão panorâmica, para a reflexão sobre o Movimento. Essas operativas não são espaços deliberativos, as decisões e ações que ali se realizam devem estar dentro dos marcos políticos colocados pela coordenação a que se reporta (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016b).

Existem ainda os setores, são eles: o Setor de Mulheres, o Setor de Negros e Negras e o Setor de Diversidade Sexual — esses não correspondem a espaços deliberativos, mas sim de proposições e aprofundamento no debate feminista, antirracista e anti-homofóbico, e são protagonizados pelos sujeitos que sofrem as consequências cotidianas do machismo, do racismo e da homofobia em suas vidas (GALVÃO, 2015). Por fim, há os coletivos de Comunicação, Formação, Finanças e AgitProp, que são grupos encarregados de tarefas práticas necessárias ao funcionamento do Movimento (GALVÃO, 2015).

Além do modelo organizativo, os contornos estratégicos também foram aprimorados com início no período que gravita em torno do II Acampamento Nacional. Em seu caderno de debates o Movimento afirma:

Nosso destino é a construção do Projeto Popular para o Brasil. No contexto atual, construir o Projeto Popular significa acumular forças sociais em torno de um programa de modificações da estrutura econômica, social e cultural do Brasil. Evidentemente que para alcançar este horizonte estratégico não bastará a atuação de uma única organização, e/ou a mobilização de apenas um seguimento do povo brasileiro. As transformações estruturais dependem da constituição de um bloco de alianças com outras organizações que constroem o Projeto Popular, assim como de um amplo movimento de massas em torno de um programa de reformas democráticas e populares. Nos colocamos como mais uma ferramenta neste processo, cujo objetivo específico é a organização da juventude do povo brasileiro. (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2014a).

Pode-se depreender dessa passagem uma noção mais clara sobre o Projeto Popular para o Brasil, que é colocado como um programa estratégico de reformas estruturais, em torno do qual deve-se alcançar um acúmulo das forças populares. Ademais, parece estar evidente para o Levante a necessária aliança com outras organizações e a noção de que sua tarefa — dentro do conjunto de lutas em que estão envolvidas a pluralidade das organizações — é mobilizar a juventude. No excerto seguinte a proposição estratégica do Movimento se completa, ficando nítido o seu objetivo último:

[Busca-se] [...] multiplicar grupos de jovens em diferentes territórios e setores sociais, fazendo experiências de organização, agitação e mobilização. Também queremos ir em busca de força motriz da Revolução Brasileira, ou seja, ter inserção social em diferentes categorias do povo que possam vir a levantar-se no novo período, que virá, de ascenso das lutas. (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE-RN, 2015 *apud* GALVÃO, 2015, p. 160).

No caderno de debates para o II Acampamento Nacional vemos, ainda, maior atenção estratégica para a pauta educacional. Nesse documento o Levante deu contorno ao que chamou de Projeto Popular para a Educação, buscando explicá-lo a partir de quatro premissas. Na primeira temos que a educação, por si só, não é garantia de uma sociedade mais igualitária, já que isso terá de ser resultado de reformas estruturais de um conjunto de esferas da sociedade. Enquanto na segunda nos é mostrado que a educação está circunscrita na condição do Brasil de periferia do capitalismo mundial, o que o impede de alcançar autonomia tecnológica, resultando na baixa demanda por mão-de-obra qualificada e na produção de conhecimento descolado da realidade social e sem a intensão de transformá-la. A partir daí, chega-se ao terceiro ponto:

Quando NÓS pensamos em qualidade, pensamos em uma educação voltada para as necessidades do povo, calcadas em seus valores e traços culturais, por isso lutamos por uma educação popular, porque entendemos que essa perspectiva só pode ser formada pelos agentes diretamente interessados nela. (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2014a, p. 21, grifos do autor).

Por fim, sua quarta premissa está relacionada à compreensão de que a luta por uma educação popular demanda, necessariamente, a defesa da instrução pública e a disputa ideológica dentro das escolas (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2014a).

Infere-se, portanto, que por meio do Projeto Popular para a Educação deve-se defender a formação de caráter público e disputar as instituições de ensino visando objetivos voltados para os interesses da classe trabalhadora — por meio de sua participação ativa —, o que converge com os embates pela construção de uma nação autônoma e soberana. Desse modo, não é difícil concluir que o plano de educação do Levante está associado ao Projeto Popular para o Brasil.

Apesar do amadurecimento em termos organizativos e programáticos, essa etapa da trajetória do Movimento apresentou também alguns desafios, e, entre eles, a mobilização de diferentes perfis de jovens em uma mesma organização parece ter sido uma de suas principais dificuldades. Nesse ponto, chama-nos a atenção o diagnóstico apresentado pelo Movimento.

A formação colonial brasileira, com destaque para os séculos de escravismo, produziu um abismo dentro da própria classe trabalhadora. Em termos gerais as organizações de esquerda no Brasil tiveram muita dificuldade para transpor este abismo, e construir ações unitárias entre diferentes setores populares. No último século o acesso a universidade foi se tornando a estratificação desse abismo, mesmo em comparação com outros países da América Latina, tornando esse distanciamento ainda maior. Esta desigualdade cria contradições dentro da própria classe trabalhadora, ao ponto em que o jovem da periferia, ou do campo, não se reconhece no jovem universitário e vice-versa. A construção de uma ponte entre esses mundos é o principal desafio do Levante, mas ao mesmo tempo é sua maior potencialidade. Construir um projeto de transformação no Brasil passa necessariamente por estabelecermos a unidade política das massas populares com a parcela mais escolarizada da classe trabalhadora. (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2015 *apud* GALVÃO, 2015, p. 167).

A compreensão acerca da estratificação social e do comportamento de classe no Brasil é próxima daquela proposta por Fernandes (1972, 1975) e Foracchi (1965, 1972), ou seja, a ideia de que nossa configuração social carrega consigo aspectos coloniais que dificultam o engajamento político conjunto e harmônico entre os jovens da periferia urbana, do campo e do meio universitário — estes geralmente pertencentes à classe média e aqueles às camadas populares.

Outro desafio era garantir a densidade formativa e organizativa de seus militantes frente a rapidez com que o Movimento se expandia na época. Essa situação tem gerado alguns debates — no campo das análises teóricas de perspectiva marxista — sobre a qualidade da atuação política do Levante. Paludo *et al.* (2016, p. 563-564) apontam para a priorização das ações

práticas em detrimento da formação teórica entre seus militantes e atentam para os riscos decorrentes desse processo:

A preocupação com a elaboração de um método que parta da experiência e não de uma orientação de cunho mais geral e de centrar na ampliação do que chamam de “teia social” implicou na ênfase do pragmatismo, que pode ser observado também nas formas de atuação do Levante e, sobretudo, implica no risco do Movimento pautar-se por um recuo da teoria, uma das características centrais da agenda pós-moderna [...].

Os autores aludem que o Movimento dá maior ênfase às pautas culturais — sobretudo educação e lazer — sem as vincular, necessariamente, com o mundo do trabalho. Paludo *et al.* (2016, p. 566) reconhecem que o Levante “não nega a leitura da realidade tendo por base a classe social, os trabalhadores como sujeitos históricos da transformação social”, mas aludem que lhe falta a “ênfase na formação de caráter mais geral como elemento de construção de um projeto global contra-hegemônico”.

É fato que, como vimos, a dinâmica do Levante, enquanto movimento recente e de expansão acelerada, trouxe dificuldades no que tange a garantia de uma formação mais densa e difundida para o conjunto dos seus militantes, sobre o método organizativo e os objetivos estratégicos do Movimento. Em alternativa, não vemos uma ênfase nas pautas culturais em detrimento da perspectiva de classe, como assumem Paludo *et al.* (2016), mas sim uma abordagem das questões culturais desde a perspectiva de classe.

Conforme Araújo (2016, p. 38) “o LPJ [Levante] concilia a ação direta e a intervenção nas ruas com a luta institucional por políticas públicas e outras demandas para o seguimento amplo da juventude, entendendo-as como partes, momentos inseparáveis da luta política”. A partir dessa assertiva podemos resgatar a análise de Galvão (2009) acerca dos movimentos sociais latino-americanos da década de 1990 e interpretar a atuação do Levante a começar de sua postura antineoliberal e da noção de classe trabalhadora.

Mesmo quando trata das lutas das “minorias” ou das reivindicações no âmbito da identidade e da cultura, seu engajamento não se restringe a essas questões. Entre 2014 e 2015 o Levante manteve o esforço em compor lutas e alianças junto a outras organizações, como movimentos sociais e sindicatos, assim como preservou o reconhecimento da necessária disputa no campo institucional — a exemplo de seus embates pelo espaço universitário, da inserção na UNE e da luta pela Constituinte para a reforma política (ARAÚJO, 2016).

Esses mesmos aspectos encontrados nos movimentos sociais latino-americanos da década de 1990 foram suficientes para que Galvão (2009) defendesse seu caráter de classe e



anti-sistêmico — ainda que alguns daqueles movimentos não afirmassem tais características de forma explícita. Nesse sentido, podemos caminhar para as mesmas conclusões no que se refere ao Levante, sobretudo porque além das evidências expressas na sua prática, a luta de classes e a disputa do Estado como estratégia política para a Revolução Brasileira aparecem também em seus documentos e nas entrevistas com seus militantes.

### 2.3 O CAMINHO DA “MASSIFICAÇÃO” E “PROFISSIONALIZAÇÃO” DO MOVIMENTO

Em 2016 o Levante chegou ao seu III Acampamento Nacional, somando 7.000 jovens de todos os estados brasileiros, em Belo Horizonte/MG. O período contou com acentuada expansão do Movimento e foi atravessado por intensas mudanças na conjuntura política do país, o que fez aumentar a necessidade de fortalecer a coesão na esfera organizativa e estratégica.

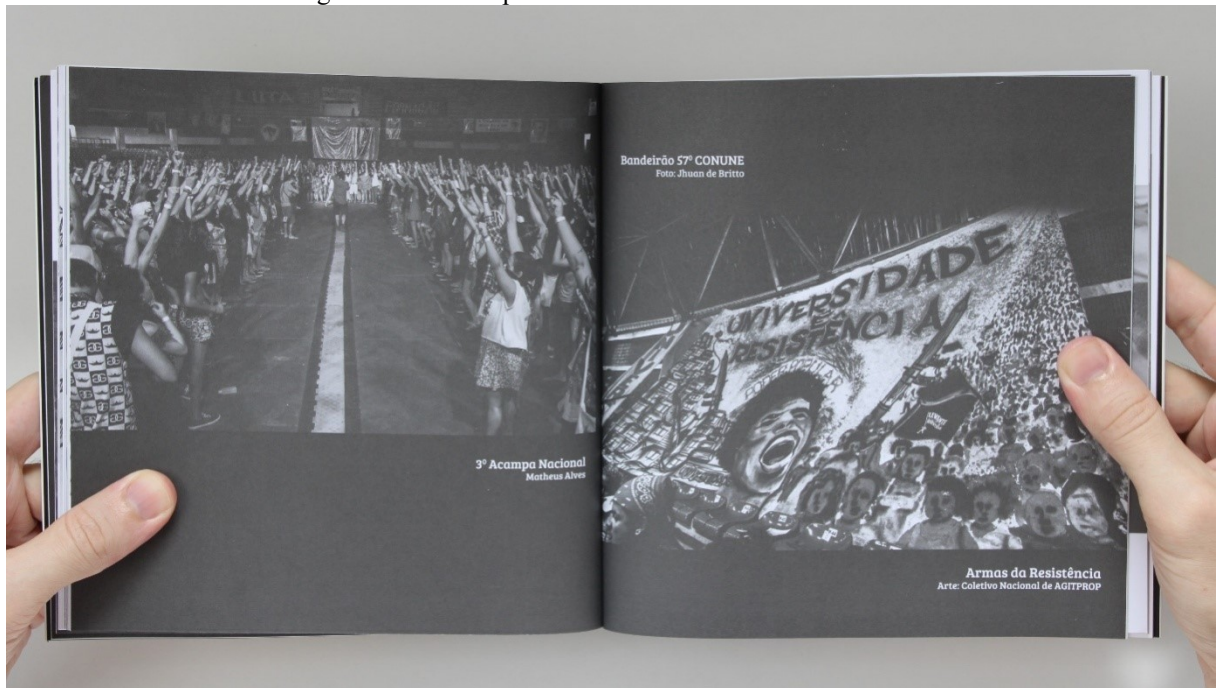
Nessa época é consumado um golpe de Estado no Brasil, de teor jurídico parlamentar, impedindo o segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff (afiliada ao Partido dos Trabalhadores), para então aprofundar políticas neoliberais e conservadoras que fendiam a soberania nacional, privatizavam setores estratégicos da economia e restringiam direitos civis e trabalhistas. Esse momento engendra ainda uma ofensiva contra as organizações de esquerda, a partir da criminalização e repressão ostensiva por parte do Estado, e do crescimento de forças neofascistas no interior da sociedade civil.

O Levante interpretou esse cenário como o fim de um ciclo da esquerda no país — hegemônico pelo Partido dos Trabalhadores (PT) — que, apesar de sua gravidade e complexidade, dava chance para a reorganização desse grupo político, para o debate estratégico sobre um projeto de sociedade contra-hegemônico e para a discussão sobre os instrumentos necessários para colocá-lo em prática.

Nesse contexto o Movimento colocou a meta de “massificar-se”, ou seja, construir “força própria” para levar a cabo os desafios da conjuntura.

Isso exigiria uma organização profissional, que superasse os limites da construção artesanal. Para tanto, seria necessário a construção de uma coluna vertebral de militantes, coesos política e ideologicamente, que desse sustentação a esse crescimento quantitativo. Ao mesmo tempo, isso exigiria em termos de concepção de organização: a elaboração de um Plano estratégico, que desse maior intencionalidade ao processo de construção do movimento. (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2019a, p. 9).

Figura 5 – 3º Acampa Nacional e Bandeirão 57º CONUNE



Fonte: Guilmo, *et al.* (2019, p. 52 e 53).

Massificação, profissionalização e aprofundamento estratégico passaram a ser os eixos norteadores desse novo ciclo. A profissionalização implicou, principalmente, na valorização do papel da Secretaria Operativa — a nível nacional, estadual e municipal — enquanto espaço organizativo. A ideia era que cada região desse importância para o destacamento de um grupo de militantes com acúmulo político, experiência e tempo disponível para dedicar-se à Secretaria, buscando dinamizar a atuação do Levante de forma coesa, superando assim a propensão ao espontaneísmo.

Ao mesmo tempo, fortalecer a operativa não significava substituir as instâncias deliberativas.

Ao contrário, ela tem como principal atribuição zelar pela organicidade, garantir que as instâncias funcionem. [...] Portanto, a operativa não pode esvaziar o papel político das coordenações, mas ao mesmo tempo ela não pode deixar a organização imobilizada frente a questões cotidianas que não dizem respeito ao centro da política. Em síntese, as coordenações definem as linhas políticas, e as operativas atuam com iniciativa dentro das margens dessas definições. (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016b, p. 9).

Já o aprofundamento estratégico tem se traduzido na construção do Programa Popular para a Juventude. Visto como uma síntese política que aponta as principais contradições que afetam os jovens, bem como as respostas possíveis a esses problemas, esse trabalho tomou corpo nos últimos anos e foi colocado como um dos principais objetivos políticos da construção

do IV Acampamento Nacional do Levante<sup>21</sup>.

Os elementos norteados do Programa Popular para a Juventude são: educação; emprego e renda; violência e cultura. O Levante (2019a) compreende essas demandas como “lutas econômicas”, por meio das quais se alcançam as “lutas políticas”. Em outras palavras, são pautas concretas sobre as quais se constrói a luta de classes.

[...] temos então que fazer um exercício muito complexo, que passa por compreender o projeto dos nossos inimigos para a juventude, identificar as lutas que carregam maior potencial de organização e apoio de massas, ao mesmo passo que formulamos propostas concretas que respondam às questões de vida da juventude. O que ainda com uma série de limites e lacunas, tem nos ajudado a elaborar um Programa Popular para a Juventude, e a incidir nas disputas concretas colocadas na sociedade em diferentes eixos de luta, sem cair em uma perspectiva reformista, desvinculada do objetivo estratégico de conquista/tomada do Poder pelo povo brasileiro.

[...]

Estes eixos dialogam com os problemas estruturais brasileiros. Não é possível no Brasil pensar emprego e renda ou a educação para os jovens sem entrar em choque com as classes dominantes do país. (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2019a, p. 31-32).

Mais uma vez somos impelidos a aproximar as considerações do Movimento com a perspectiva de Fernandes (2019), para quem as pautas mais tangíveis e imediatas entre as classes subalternas — considerando um contexto de dependência — são imprescindíveis para a luta de classes e para a construção do socialismo. De todo modo, afinando-se ou não com a teoria do sociólogo, vemos que o Levante segue lapidando seu direcionamento estratégico.

Acompanhando o maior zelo organizativo e programático no interior do Movimento, vieram os esforços para garantir formação teórica ao conjunto da militância. Em 2018 foi iniciada a estruturação da já mencionada Escola Nacional Paulo Freire em São Paulo, com objetivo impulsionar os trabalhos de formação político-ideológica da juventude engajada (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2018a).

Em alternativa, opera-se a Escola Emerson Pacheco<sup>22</sup>: um espaço itinerante, planejado desde 2015 e que passou a funcionar efetivamente em 2019, com a proposta de funcionar de forma permanente e abranger todos os estados brasileiros. Conforme documento do Levante: “[...] com a implementação dos cursos em diversos estados, temos acumulado na compreensão

<sup>21</sup> O IV Acampamento Nacional estava marcado para 2020, no entanto, diante da pandemia do Covid-19 que acometeu o Brasil desde o início desse ano, o encontro foi adiado por tempo indeterminado.

<sup>22</sup> Emerson da Silva Junior, o “Pachaco”, foi um jovem cearense, morador de periferia, negro, militante do Levante que encontrou na formação, na organização e na luta uma forma de ver o mundo “para além das quebradas”. “Em 19 de maio de 2015 ele foi levado para a região metropolitana do Ceará à força, onde foi torturado e executado com tiros nas mãos e nos joelhos pela polícia.” (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2019d, p. 25).

de que esta é uma escola básica do movimento, na qual todos os militantes devem participar”. (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2019a, p. 22).

No âmbito de se concretizar a Escola Emerson Pacheco organizou-se também em 2019 o I Curso Nacional de Formação de Formadores. O objetivo era preparar militantes com domínio do conteúdo e da metodologia necessária à execução da escola. De acordo com a Cartilha de Formação de Formadores a escola é organizada em quatro módulos: “Quem somos”, “Em que mundo vivemos”, “Como nos organizamos” e “Como lutamos”. As referências teóricas das quais partem esses eixos vão das obras clássicas do marxismo-leninismo, aos clássicos sobre a Revolução Brasileira e latino-americana e entre os teóricos referenciados estão Marx e Engels, Lenin, Mao Tsé-Tung, Marta Harnecker, Florestan Fernandes e Paulo Freire (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2019d).

Os esforços teóricos do Levante resultaram, ainda, na conceituação da categoria juventude — defendida enquanto uma categoria histórica e social, circunscrita no contexto capitalista. Conquanto o Movimento reconheça a importância das características de raça, gênero e orientação sexual entre os jovens, aponta que o “desafio é organizar a juventude no movimento popular, superando visões identitárias e/ou etárias dessa categoria e localizando-a dentro de uma concepção marxista, como juventude das classes trabalhadoras, a juventude do Projeto Popular” (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2019a, p. 28).

Voltando ao plano de massificação do Levante — ao qual estão associados os cuidados com o aprimoramento organizativo, estratégico e formativo — vale observar seus objetivos atuais em relação às frentes de atuação que o compõem. A Frente Camponesa segue guardando importante papel de articulação entre jovens do campo e da cidade e no compartilhamento de pautas entre eles.

Sua relevância também se expressa na interiorização do Movimento, buscando alcançar as cidades de pequeno e médio porte e, também, no estreitamento dos vínculos com os movimentos da Via Campesina e outras organizações que atuam no campo — aproximação considerada importante para a formação e elaboração estratégica do Levante, dado o acúmulo político daquelas organizações (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016b).

Contudo, a principal aposta de massificação está na Frente Estudantil e na Frente Territorial. A inserção do Levante no movimento estudantil cresceu e se expandiu consideravelmente nos últimos anos, haja vista sua participação crescente na UNE, que possibilitou sua inserção pela primeira vez no CONUNE (Congresso da UNE) em 2013, já nas últimas duas gestões desta instituição (2017-2019 e 2019-2021) o Movimento ocupou a vice-

presidência executiva e outras instâncias de relevância.

Na avaliação do Levante, os sujeitos que compõem a Frente Estudantil possuem, geralmente, condição social mais estável, o que resulta em um trabalho de base<sup>23</sup> mais dinâmico e de resultado mais rápido. Assim, espera-se que essa frente funcione como uma retaguarda para avançar na massificação e organização de outros espaços, sobretudo aqueles com maior presença dos jovens das camadas populares (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016b).

Percebendo maior engajamento estudantil nas universidades públicas — nas quais geralmente se concentram os jovens de classe média — o Movimento avalia a necessidade de seguir com o fortalecimento das atividades nessas instituições, ao passo que tais ações possam abrir novos trabalhos nas universidades privadas e nas escolas públicas secundaristas — em que comumente estão matriculados os jovens das classes baixas (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016b, p. 6).

Essa aproximação não só garantiria a possibilidade de engajamento entre os estudantes das camadas populares, mas também a presença deles no movimento estudantil proporcionaria um reposicionamento na disputa pelo ensino superior. A concentração de forças entre os jovens das variadas camadas sociais guarda o potencial de impulsionar a universidade para o desenvolvimento da nação e para os interesses da classe trabalhadora.

Diante desses objetivos a disputa institucional possui também valor estratégico. A inserção na UNE, por exemplo,

[...] assume papel central para [...] [a] construção do movimento estudantil, tanto no que diz respeito a disputa por um projeto de educação e a disputa da entidade para reposicioná-la nas lutas populares quanto em relação ao [...] desafio de massificação [do Levante] [...] (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016b, p. 6).

Para além do movimento estudantil, o Levante reconhece os já mencionados movimentos culturais como o *slam*, os bailes *funk*, o movimento *hip-hop*, e o também já citado engajamento na esfera do direito à cidade, como os “rolezinhos” e as lutas pelo transporte público. Nesse sentido, atribui-se também grande importância à Frente Territorial como espaço de massificação do movimento. Conforme o caderno de debates para o IV Acampamento

---

<sup>23</sup> O trabalho de base consiste no exercício cotidiano de aproximação com os sujeitos que se quer unir à luta, é a prática de ouvi-los, de estar junto, de debater, de formar e se formar, de se organizar coletivamente a partir da realidade concreta da classe trabalhadora em busca de construir um modelo de sociedade que supere a lógica capitalista.

Nacional (2019a):

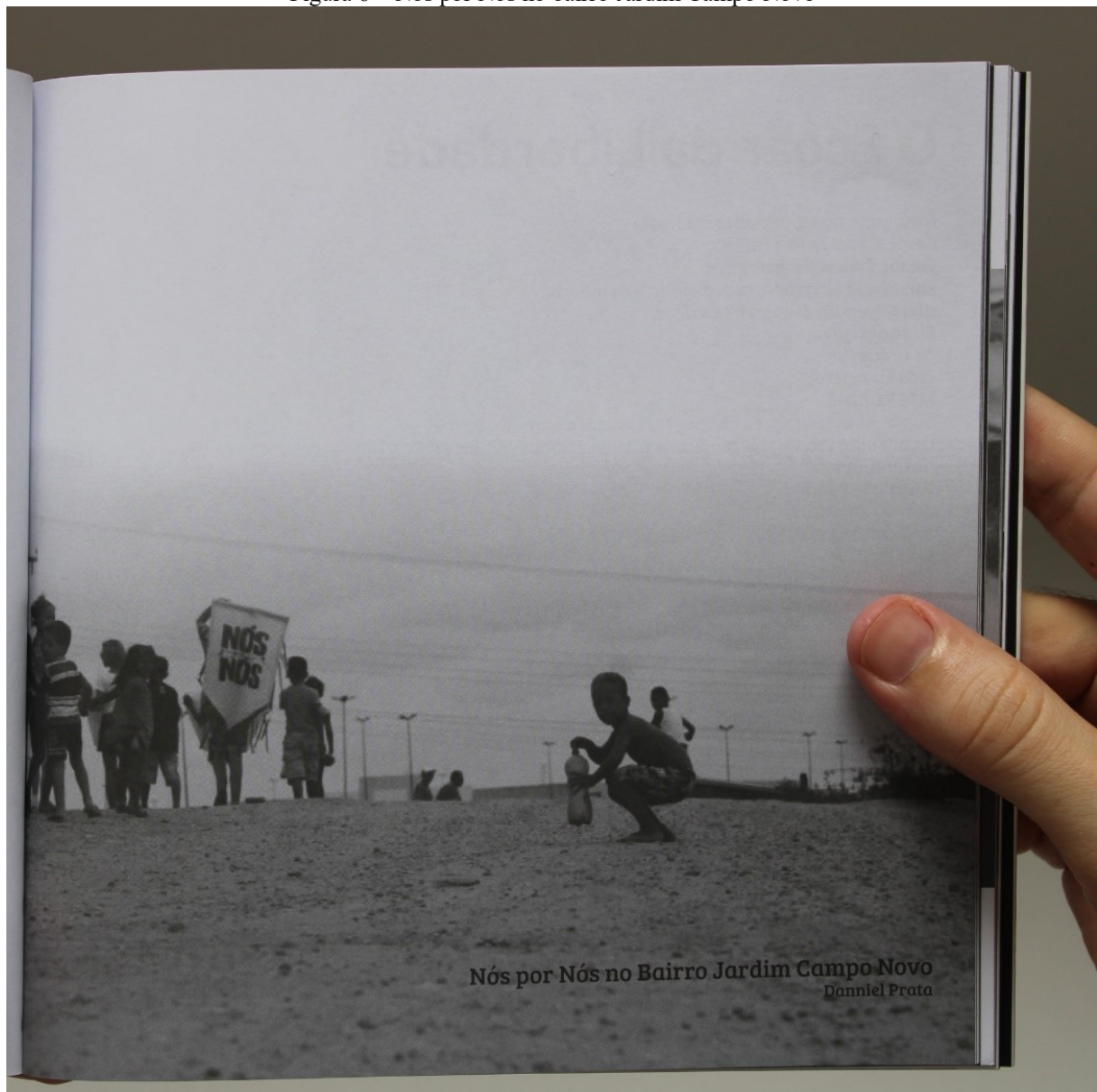
[...] o Levante Popular da Juventude reafirma que o movimento estudantil, secundarista e universitário cumpriu e ainda cumpre um papel fundamental nas lutas por Democracia, Soberania e Direitos, no Brasil e no mundo. E que o direito à educação ainda é limitado e reforça as desigualdades sociais, raciais e de gênero. Assim a luta por um Projeto Popular para a Educação é uma luta de toda a juventude. No entanto achamos necessário fazer uma segunda afirmação, de que a organização territorial da juventude é fundamental no processo de acúmulo e de vitórias da classe. Como as experiências históricas demonstram que a juventude da periferia resiste no cotidiano e também produzem formas próprias de organização e luta. Seguimos no Levante com o desafio a sistematização das mais recentes lutas da juventude, no campo do movimento estudantil, mas com destaque ao desafio sobre sistematizar as formas de luta da juventude periférica e as lutas atuais da juventude no mundo do trabalho, vinculadas ou não ao movimento sindical. Pois um movimento social de juventude precisa conhecer a realidade de toda a juventude brasileira, e encontrar métodos e ferramentas adequadas para a organização dessa juventude diversa. (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2019a, p. 31).

Em 2017 a Frente Territorial contava com células em pelo menos quinze periferias espalhadas pelas principais capitais brasileiras como Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Salvador e Fortaleza. Desde o III Acampamento Nacional, em 2016, o Movimento tem apostado na campanha Nós por Nós e na Rede de Cursinhos Populares Podemos Mais (Rede Podemos Mais) como principais meios de inserção nas periferias. Em período mais recente, a isenção entre os secundaristas também tem figurado como uma alternativa importante para esse objetivo (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2017a, 2017d, 2019b).

A Nós por Nós originou-se em 2015, com o *slogan* “Se eles lá não fazem nada, nós faremos por aqui!” e a proposta de, por meio das ações de solidariedade, promover o trabalho de base nas periferias, buscando diferenciar-se do assistencialismo que vigora em campanhas de solidariedade organizadas pelo Terceiro Setor.

O evento consiste em uma semana de solidariedade que ocorre sempre no mês de outubro — em memória à morte de Che Guevara — em que são desempenhadas atividades diversas em vários bairros e periferias onde o Levante atua. As ações são pensadas de acordo com a demanda de cada território, que podem ser desde mutirões de limpeza, até organização de brechós, atividades esportivas (como campeonatos e gincanas) ou culturais (batalhas de *hip-hop*, *slam*, cinema na rua e dia das crianças, por exemplo), oficinas diversas (como batucada, teatro, *stencil* e muralismo), construção de hortas comunitárias, aulas pré-Enem, entre outras.

Figura 6 – Nós por Nós no bairro Jardim Campo Novo



Fonte: Guilmo *et al.* (2019, p. 43).

Recentemente o Movimento tem se dedicado à ampliação da iniciativa Nós por Nós em uma campanha contínua e permanente com o objetivo de potencializar sua inserção nas periferias, procurando conhecer melhor o território, o perfil da população e o tipo de atividade que tem mais potencial naquele contexto. Buscando, assim, consolidar o Levante como uma referência de organização política nesses ambientes (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2019b).

A Rede Podemos Mais, por sua vez, foi lançada em 2017 no esforço de dar maior coesão entre os diversos cursinhos populares que eram realizados ao longo dos estados. Até então construídos conforme a demanda de cada localidade onde estavam atuando as células do

Movimento. Sem embargo, conforme os trabalhos se desenvolveram, o Levante avaliou que essas experiências poderiam ser uma potencial ferramenta de inserção do trabalho de base nas periferias.

Nesse contexto, iniciou-se a construção da Rede Podemos Mais, com o objetivo de combinar o desenvolvimento dos cursinhos com a estratégia do Levante. Somando os cursinhos já existentes antes da Rede Podemos Mais e os que foram criados após seu lançamento, em 2019 foram contabilizados 46 cursinhos, presentes em 15 estados<sup>24</sup>, aproximadamente 55 turmas, 1500 educandos e 700 educadores (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2019c, 2019e)<sup>25</sup>.

Já o trabalho com os secundaristas passou a ter especial atenção a datar do cenário das ocupações das escolas e universidades que ocorreram no Brasil em 2016. No ano seguinte, o Movimento iniciou a Campanha Ocupe Educação, objetivando construir núcleos de estudantes nas escolas e levantar um debate acerca das medidas políticas<sup>26</sup> direcionadas para a educação com o governo Michel Temer (PMDB). A campanha parte dessa situação política, na época bastante latente, para resgatar as premissas estratégicas do Projeto Popular para a Educação, cujo projeto de nação construído pela classe trabalhadora e voltado para ela está presente:

Nossos desafios na construção de um Projeto Popular para a Educação são muitos, e um deles é construir uma base curricular que respeite as diferenças regionais, trazendo a cultura diversa do país para dentro das disciplinas, com olhar no desenvolvimento nacional e formação de profissionais que tenham como objetivo de vida a transformação social em prol do povo brasileiro. Os currículos precisam ser a expressividade do projeto de nação justa e soberana que queremos construir e não a representação do pensamento das elites. (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2017c, p. 15).

À luz dos documentos atuais tivemos a impressão de que a campanha Ocupe Educação se diluiu em parte nos esforços voltados para a Rede Podemos Mais e em parte na criação recente da Frente Secundarista, mas o que podemos afirmar é que o trabalho com os secundaristas tem sido priorizado pelo Levante e visto como uma forma de aproximação com os jovens e as famílias dos territórios (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2019b).

A inserção entre os secundaristas e a construção dos cursinhos são, para o Movimento,

---

<sup>24</sup> São eles: Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Paraíba, Maranhão, Goiás, Pará, Tocantins, Ceará, Mato Grosso, Pernambuco, Alagoas e Espírito Santo (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2019e).

<sup>25</sup> Traremos informações pormenorizadas sobre a Rede Podemos Mais no capítulo subsequente.

<sup>26</sup> Entre elas a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 241, que congelava os gastos públicos por 20 anos, a reforma do Ensino Médio via Medida Provisória (MP), e o projeto de lei batizado de “Escola sem Partido” ou “Lei da Mordaca” pelos seus opositores.



duas iniciativas que se cruzam. Não só pelo fato de que os secundaristas são os potenciais sujeitos dos cursinhos, mas também porque tanto a Rede Podemos Mais quanto a Frente Secundarista — que agora parece conter os objetivos traçados para a campanha Ocupe Educação — se mostram como uma ponte de transição de militantes da Frente Estudantil para a Frente Territorial, possibilitando a já mencionada conjugação de forças entre camadas médias e populares da juventude por um projeto popular de educação e de nação (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016b, 2017a, 2017b).

Ressaltamos que as iniciativas referentes à Frente Territorial e à Frente Secundarista são ainda recentes e será necessário um trabalho mais aprofundado para colher dados acerca de seus métodos e resultados — o que não se configura como objetivo desta dissertação. Quanto a Rede Podemos Mais, oferecemos um pouco de detalhamento na sessão subsequente, mas apenas na medida em que possamos esboçar um quadro para a contextualização do Cursinho Podemos Mais Heliópolis.

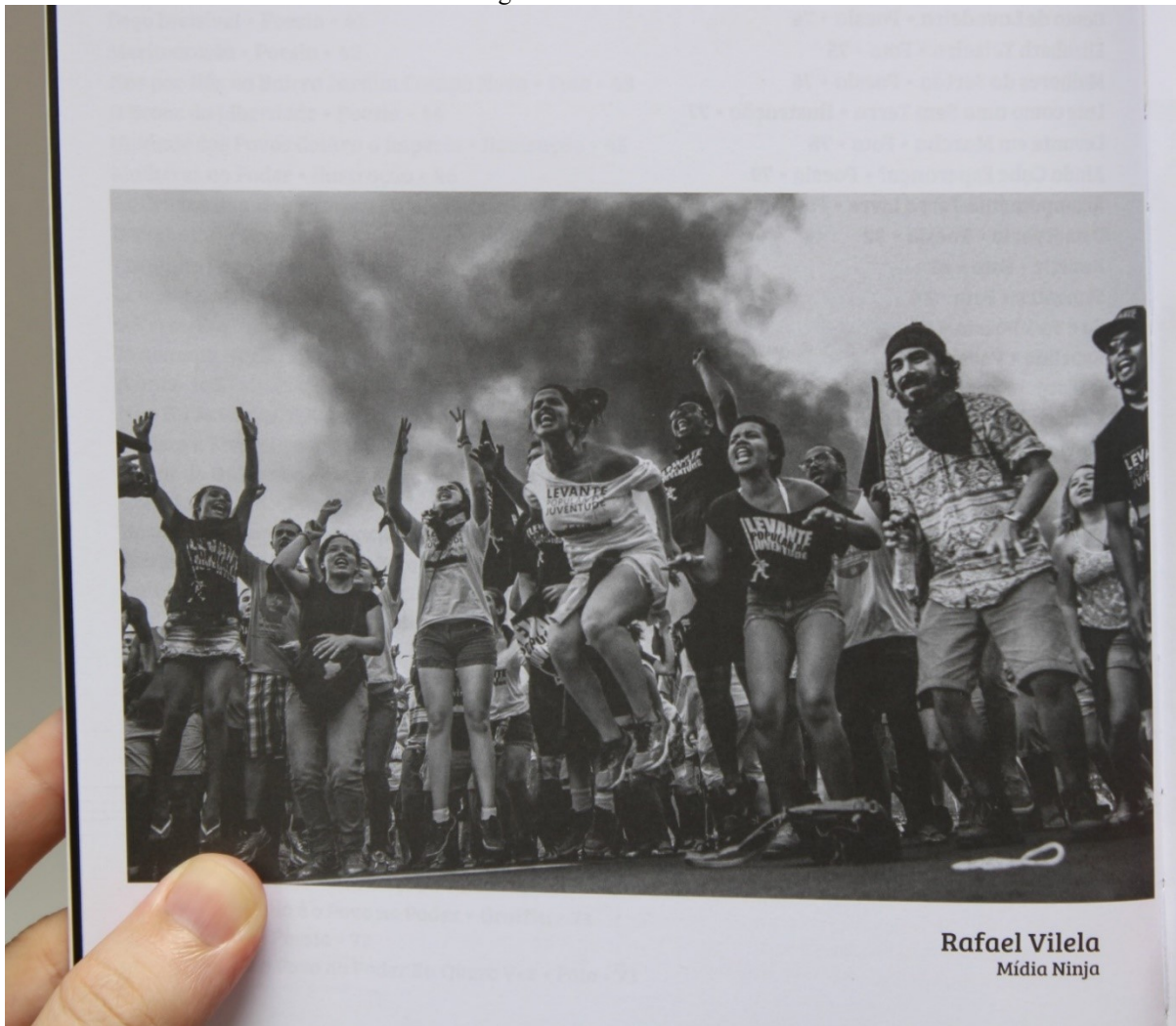
Além de seu crescimento e sua evolução interna o Levante seguiu com as articulações para fora, com outras forças de esquerda, organizando-se e participando de lutas conjuntas. A partir do golpe de Estado contra Dilma Rouseff a Frente Brasil Popular (FBP)<sup>27</sup> passou a ser um dos principais instrumentos de conjunção de forças contra o avanço do neoliberalismo e do ultraconservadorismo. Para o movimento, a FBP é um espaço de soma das forças populares e, portanto, um instrumento chave para a reorganização da esquerda e para o debate sobre o Projeto Popular para o Brasil. Conforme a Carta Compromisso do seu III Acampamento Nacional:

Temos o desafio de construir um novo ciclo na esquerda brasileira que supere a conciliação de classes e coloque o projeto popular na ordem do dia. Sabemos que isso só será possível com muita unidade entre todos que lutam e resistem, porque o que nos separa é muito menor do que o que nos une. Assim, somos construtores da Frente Brasil Popular, um espaço de articulação da luta contra o golpe. (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016a, p. 2).

---

<sup>27</sup> No contexto, foi fundada, ainda em 2015, a Frente Brasil Popular. Composta por diversas organizações de esquerda, desde movimentos sociais e sindicatos a associações, confederações, grupos midiáticos e parlamentares e dirigentes de partidos de esquerda diversos. A Frente se coloca como unidade de forças “para defender os direitos e aspirações do povo brasileiro, para defender a democracia e outra política econômica, para defender a soberania nacional e a integração regional, para defender transformações profundas em nosso país” (FRENTE POPULAR BRASIL, 2015).

Figura 7 – Sem Título



Rafael Vilela  
Mídia Ninja

Fonte: Guilmo *et al.* (2019, p. 8).

Para citar alguns exemplos das lutas em que o Levante participou desde 2016 podemos listar: os atos contra a Reforma do Ensino Médio, as ocupações das escolas públicas e universidades e a luta contra a PEC 241, em 2016; as greves gerais contra a reforma trabalhista e a reforma da previdência, a campanha pelas Diretas Já e o Fora Temer, os atos pela democratização da mídia e os atos em defesa da soberania da Venezuela, em 2017; a Greve dos Petroleiros, a construção do Congresso do Povo, a campanha em defesa da liberdade do ex-presidente Lula e a participação ativa nas eleições presidenciais em favor da candidatura dele, em 2018; o 15M, o 30M e o 13A<sup>28</sup> — paralizações nacionais contra os cortes na educação —, a Greve Geral contra a Reforma da Previdência, e o ato em denúncia ao golpe de Estado na Bolívia, em 2019. Além disso, o Movimento segue com participações anuais no 13M, no 1º de

<sup>28</sup> Tais siglas significam, respectivamente, Quinze de Maio, Trinta de Maio e Treze de Abril.

Maio e no Grito dos Excluídos<sup>29</sup>.

Os documentos apontam — para o período que circunda o III Acampamento Nacional e transcorre até os dias atuais — a persistência do Levante na análise da realidade a contar da perspectiva da luta de classes e de um aperfeiçoamento organizativo, estratégico e formativo no sentido embate pela superação da sociedade capitalista por meio do Projeto Popular para o Brasil, no intento de construir as bases necessárias para a Revolução Brasileira. Para além dos registros documentais vimos esse perfil expresso em sua prática de articulação política com outras forças de esquerda, na sua preocupação em disputar as instituições estatais e na sua participação nas diversas lutas encampadas pela classe trabalhadora.

No período em questão o Movimento apontou para a necessidade de adentrar no espaço urbano, em especial nas periferias das grandes cidades, porém tal necessidade apresenta-se como um desafio, principalmente por implicar na formação de militantes orgânicos, ou seja, vinculados aos territórios, ou no deslocamento de outros militantes para esse espaço no intuito de construir um processo de inserção, o que exige disposição de tempo e grande conhecimento teórico e metodológico — que, por sua vez, requer a compreensão da realidade e a capacidade de articulação das demandas populares em um contexto extremamente complexo como as periferias.

Nesse ponto, o Levante apresentou sensibilidade de análise política e social, já que pareceu perceber a tendência do engajamento político dos jovens das periferias em torno de pautas culturais e educacionais — tal como nos haviam demonstrado Sposito *et al.* (2020) — quando aposta suas energias nas mobilizações em torno da Nós por Nós, da Rede Podemos Mais e do trabalho nas escolas públicas, junto aos secundaristas.

Consideramos também sua acuidade política ao avaliar necessária a conjugação de forças entre os estudantes universitários e os demais jovens da classe trabalhadora em torno de um projeto de desenvolvimento nacional que aponte para a construção do socialismo. Nesse sentido, vale citar novamente dois trechos da obra de Foracchi (1965) sobre o movimento estudantil:

[A ação estudantil deveria ser compreendida] como expressão política da estrutura de classes numa sociedade em processo de desenvolvimento. (FORACCHI, 1965, 291).

[...]

[...] a ação do estudante só adquire uma amplitude societária *sob condição de estar conjugada com a ação das demais forças sociais de renovação, que se manifestam na*

---

<sup>29</sup> O registro da participação do Levante em cada uma das lutas mencionadas pode ser encontrado na página do movimento no Facebook.

*sociedade brasileira*. Somente na medida em que a ação do estudante estiver identificada com um processo renovador, *já em curso*, é que ela poderá revestir-se de conotação “revolucionária”. (FORACCHI, 1965, p. 294, grifos da autora).

Por suposto que a eficácia das propostas estratégicas do Levante terá de ser analisada na prática, de modo que essas considerações são colocadas apenas no sentido de sugerir seu potencial a partir dos estudos teóricos citados. De todo modo, é objetivo desta dissertação contribuir para a avaliação da prática da Rede Podemos Mais, tema para o qual dedicaremos nossos escritos de agora em diante.

### **3 CLASSE E ENGAJAMENTO POLÍTICO NO CURSINHO PODEMOS MAIS HELIÓPOLIS**

Este capítulo está dividido em duas partes. Na primeira (3.1), buscamos compreender o papel dos cursinhos populares na luta do Levante. Na segunda (3.2), nos voltamos para o Cursinho Podemos Mais Heliópolis e apontamos o contexto histórico e social em que foi construído; analisamos a aplicação dos objetivos políticos propostos pela Rede Podemos Mais; traçamos o perfil de classe dos jovens que o compõem; e ponderamos sobre suas possibilidades de engajamento político — no conjunto, tentamos esboçar os limites e possibilidades do cursinho de Heliópolis em impulsionar o engajamento político entre os juvenis.

#### **3.1 A REDE DE CURSINHOS POPULARES PODEMOS MAIS**

Dividimos este subcapítulo em duas sessões, a primeira com foco no contexto de surgimento da Rede Podemos Mais e nos seus objetivos políticos, a segunda com objetivo de trazer um delineamento breve sobre a estrutura organizativa que essa rede propõe para os cursinhos.

##### **3.1.1 Surgimento e objetivos políticos da Rede Podemos Mais**

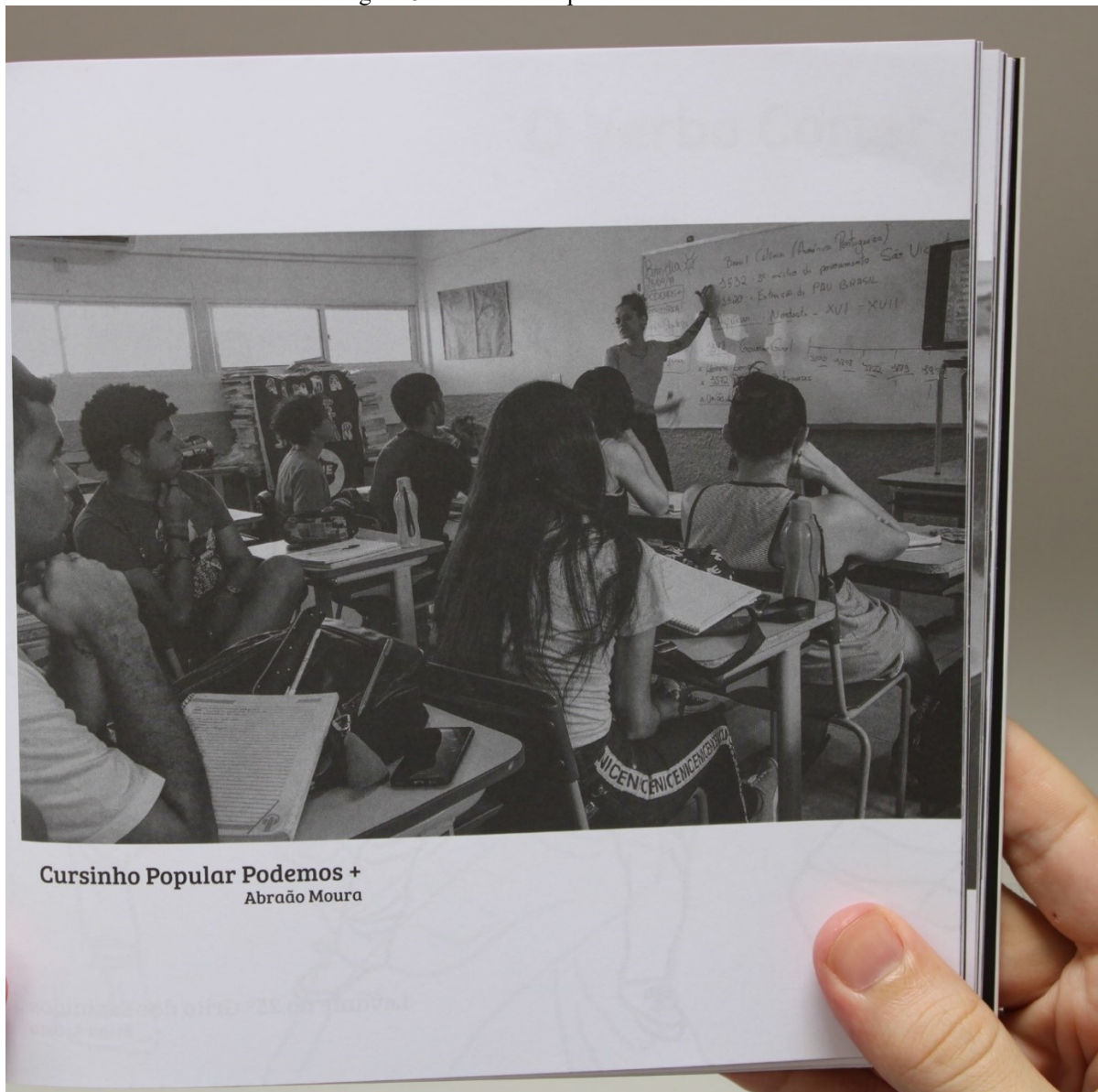
Em 2019 o Levante contabilizou 46 cursinhos, aproximadamente 55 turmas, 1500 educandos e 700 educadores, abrangendo os estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Paraíba, Maranhão, Goiás, Pará, Tocantins, Ceará, Mato Grosso, Pernambuco, Alagoas e Espírito Santo (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2019e).

Não temos uma disposição exata de quantos cursinhos existem em cada um dos estados, nem de como estão conformados em cada uma dessas regiões, mas sabemos que entre esses ambientes educacionais encontram-se aqueles totalmente organizados pelo Levante e aqueles que resultaram de parcerias com sindicatos, partidos, associações de moradores, universidades e outras instituições ou organizações políticas — essas cooperações são de caráter estrutural ou de cunho organizativo, ou ambos.

A experiência do Movimento com os cursinhos ocorre desde 2012, porém, como mencionado no capítulo anterior, não havia, antes de 2016, um padrão de método nem de

objetivos, e os cursinhos funcionavam a partir das necessidades detectadas em cada região. Já em 2016, com base no acúmulo dos debates, surgiram os primeiros esforços de articulação entre essas práticas, que passaram a ser discutidas dentro da estratégia política do Levante. Surgiu então a necessidade de se formar uma rede nacional de cursinhos populares, processo que passou a ser efetivado notadamente a partir de 2017, com o lançamento da Rede de Cursinhos Populares Podemos Mais.

Figura 8 – Cursinho Popular Podemos Mais



Fonte: Guilmo *et al.* (2019, p. 49).

As falas de Matheus (30 anos) e Dara (26 anos), dois dos militantes responsáveis pela Secretaria Nacional da Podemos Mais, nos dão pistas sobre o percurso de amadurecimento dos

cursinhos. Conforme Dara:

Nesses anos de nacionalização do Levante e do desenvolvimento dos trabalhos nos territórios é a Podemos Mais que traz pra gente um saldo no sentido de dar respostas concretas aos problemas do povo, à vida cotidiana do povo, que é a questão da pauta econômica, de poder entrar na universidade, poder realizar seus sonhos. Nesse aspecto. (informação verbal).<sup>30</sup>

Seguindo esse raciocínio, Matheus alude o seguinte:

Então, acho que a Podemos Mais na estratégia do Levante tá inserida dentro desse contexto de que já existiam experiências que respondiam ao trabalho territorial do Levante — que é aonde a gente [Podemos Mais] se encaixa dentro da organicidade do Levante, porque a gente não tá na mesma dinâmica do movimento estudantil — então respondia essa necessidade de dar corpo ao trabalho territorial do Levante porque a gente sempre enxergou que não é só o movimento estudantil que vai fazer a Revolução Brasileira, a gente precisa do povo organizado e a maioria do povo, inclusive tá fora da universidade. (informação verbal).<sup>31</sup>

A primeira impressão que temos com esses relatos é que, para o Movimento, os cursinhos populares estão voltados para o trabalho de base nos territórios e que esse exercício possui características particulares, como a necessidade de partir das demandas concretas daquela população.

Especialmente na segunda fala fica patente a noção de que os cursinhos estão inseridos em um tipo de trabalho militante que se difere dos demais. É um exercício voltado para o “povo” — que nesse segundo relato é contraposto aos jovens do movimento estudantil — fazendo uma alusão clara às camadas populares. Inclusive, Matheus ressalta a importância do engajamento desse grupo na construção da Revolução Brasileira.

A perspectiva desses militantes corrobora a ideia contida na cartilha da Rede Podemos Mais, intitulada Como Construir um Cursinho Popular (2018c), em que as necessidades imediatas dos trabalhadores aparecem como um pressuposto político. Nesse documento parte-se da premissa de que o Brasil está imerso na lógica do capitalismo dependente e que, portanto, o enfrentamento de problemas como a “a fome, a má distribuição da terra e renda, e o restrito acesso à direitos básicos, dentre eles a educação” são essenciais para a superação da condição de dependência (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2018c, p. 8).

<sup>30</sup> Entrevista fornecida por Dara, na Escola Nacional Paulo Freire, em São Paulo, em outubro de 2019.

<sup>31</sup> Entrevista fornecida por Matheus, na Escola Nacional Paulo Freire, em São Paulo, em outubro de 2019.

Assim, os cursinhos são considerados enquanto uma demanda concreta dos jovens e, isso posto, um elemento importante na luta pela transformação da sociedade vigente, conforme somos capazes de entender nos trechos a seguir, retirados da Cartilha.

A vaga no ensino superior não está descolada da realidade sociopolítica brasileira, e por isso, a organização coletiva, a reflexão sobre um novo projeto de nação e o enfrentamento às estruturas de poder que operam pela manutenção das desigualdades são fundamentais.

Desse modo, um cursinho popular se qualifica como uma iniciativa coletiva de luta pela educação, mas que não tem estritamente nela o seu fim. A educação é o meio pelo qual o povo se reconhece, se organiza e intervém em busca de sua transformação, e os cursinhos devem ser um espaço para o desenvolvimento da educação popular. [...] [A luta pelo ensino superior] se dá pela compreensão de que a universidade é expressão das contradições de uma sociedade fundada sobre as marcas desiguais do capitalismo, do racismo e do patriarcado. (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2018c, p. 8-9).

O acesso ao ensino superior e à educação como um todo são encarados como uma arena de luta e disputa hegemônica, assim, as pautas imediatas são vistas como um meio para expor as contradições da estrutura social em voga. Os cursinhos então se apresentam como um espaço para o trabalho de base e para a disputa ideológica.

O cursinho popular é um espaço pedagógico e político. A iniciativa popular não deve estar orientada pelo assistencialismo e o burocratismo. O que nos orienta é a solidariedade de classe e a transformação da sociedade brasileira.

Por isso, as orientações político-pedagógicas desse material [a cartilha] tem como eixo central o trabalho de base. Todo o modelo organizativo proposto está voltado para o trabalho político-pedagógico com educadoras/es e educandas/os. (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2018c, p. 19).

Fica evidente que o ensino superior é enfatizado somente se associado a um processo de conscientização e organização dos sujeitos que dele fazem parte, visando o enfrentamento das estruturas sociais vigentes e a proposição de um projeto de nação contra-hegemônico. Conseguimos, facilmente, perceber a relação existente entre a Rede Podemos Mais e os já mencionados Projeto Popular para a Educação e Programa Popular para a Juventude, eixos estratégicos norteadores da atuação do Levante.

Em conformidade com essas asserções foram apontadas três diretrizes para a atuação dos cursinhos. A primeira delas, o enraizamento nos territórios, consiste em, por meio daqueles espaços educativos, oportunizar uma experiência estável e contínua do Levante nos territórios, ampliando as possibilidades de construção de vínculos entre o Movimento, os jovens, as famílias e as instituições e organizações ali existentes.

A segunda, a luta ideológica, visa a possibilidade de instrumentalizar os cursinhos para



a “batalha das ideias”, ou seja, para desenvolver reflexões sobre as contradições expostas na sociedade, suas causas e possibilidades de superação. Já a terceira, a massificação, resulta da efetiva aplicação dessas outras duas diretrizes, e é a consolidação do Movimento enquanto referência e espaço de engajamento político da juventude.

Kauê (31 anos), também integrante da Secretaria Nacional da Podemos Mais, explica o significado do enraizamento e sua ligação com a disputa ideológica:

[A Rede Podemos Mais] seria a forma de a Organização [Levante] estabelecer a partir das demandas reais da vida do povo — uma pauta econômica, que é o acesso ao ensino superior — o debate político, o debate sobre o projeto de educação, o projeto de vida com o povo. Por isso que ela [a Rede Podemos Mais] é uma ferramenta de enraizamento, porque ela diz respeito a um sonho material da juventude da classe trabalhadora e porque entrar na universidade tem implicações na melhoria das condições de vida das famílias. [...]

Então isso vai construindo vínculo, né. Vínculo no presente, vínculo pro futuro. E isso vai construindo o enraizamento da Organização; vai deixando, cada vez mais, de ser um corpo de pessoas que transitam pelo território, para pessoas que vão se vinculando com aquele território, com as pessoas daquele território, com as famílias daquele território.

E aí, isso também abre possibilidades de construções de articulações com a igreja, com associações de moradores e tal. Por isso que a gente fala que ela é uma ferramenta de enraizamento: porque ela permite a partir desse trabalho abrir espaços pra Organização entrar nos territórios. (informação verbal).<sup>32</sup>

A pauta econômica, ou melhor, a demanda concreta, é a chave para o vínculo entre o Movimento e os jovens do território e, dessa forma, é considerada imprescindível na estratégia do Levante e um dos pontos fulcrais dos objetivos políticos da Rede Podemos Mais. O engajamento nas pautas imediatas abre caminho para o enraizamento e também dá margem para a luta política, traduzida na relação entre mobilização, conscientização e organização dos jovens. É nessa esfera que ocorre a disputa das ideias.

A educação é o espaço da disputa ideológica, ela está aí na sala de aula, no fazer do cursinho, que disputa não só no conteúdo, mas no “como fazer”, no “como se organizar”, porque ele propõe uma forma de organização coletiva. A gente tem buscado afirmar — principalmente depois da nossa última reunião da Equipe Nacional — que o cursinho popular tem que emular a organização popular [...].

[...] [A disputa ideológica busca] enfrentar os valores da sociedade burguesa: o liberalismo, o individualismo, o egoísmo, a meritocracia. Então, a partir do próprio sonho dos jovens de entrar na universidade vão sendo enfrentados esses valores. E aí o cursinho permite fazer essa disputa ideológica com os jovens, com as suas famílias, e o cursinho [se coloca] como irradiador do bairro, porque isso chega nas famílias, chega nos amigos, vai chegando. (informação verbal).<sup>33</sup>

<sup>32</sup> Entrevista fornecida por Kauê, na Escola Nacional Paulo Freire, em São Paulo, em outubro de 2019.

<sup>33</sup> Entrevista fornecida por Kauê, na Escola Nacional Paulo Freire, em São Paulo, em outubro de 2019.

Disputa ideológica e enraizamento em verdade não se separam, assim como também não se separam a luta política e a luta econômica, e a relação complementar e dialética entre essas instâncias redonda, como dito anteriormente, na massificação do movimento.

A massificação tem que ser produto do trabalho e da disputa ideológica. É o crescimento da organização e é um crescimento direto de pessoas querendo entrar no Levante, querendo se organizar, ou querendo construir o Cursinho e permanecer na construção do Cursinho; mas é também as pessoas que não se organizam, mas que se referenciam na organização. A gente também trata isso como um aspecto da massificação: “Olha, eu não tô organizado, mas eu boto fé naquela turma e eu tô com eles e concordo com as ideias deles e defendo o que eles defendem”. (informação verbal).<sup>34</sup>

As três diretrizes para a atuação dos cursinhos dão a direção política para o envolvimento da militância na sua construção, mas existe ainda outro elemento que parece receber destaque: o papel da Rede Podemos Mais como ponto de encontro entre as frentes estudantil e territorial. Já no caderno de debates para o III Acampamento se apontava que uma rede de cursinhos

[...] por um lado estimula a participação de jovens das áreas de licenciatura e afins (educadoras e os educadores) que não se identificam com uma atuação política para dentro das universidades. E por outro, contribui para a formação política dos educandos e educandas. De forma que, ao ingressarem no ensino superior, possam engajar-se na atuação do movimento estudantil com referência no projeto e método da organização. (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016b, p. 17).

Kauê (secretário da Rede) alude que embora os principais objetivos da Rede Podemos Mais estejam voltados para a Frente Territorial, os cursinhos funcionam também como um instrumento de engajamento político para a Frente Estudantil e essa função se dá em dois sentidos.

O primeiro deles envolve os jovens universitários que ainda não estão organizados no Movimento. O Levante prioriza a participação de professores que estejam cursando licenciatura, ao invés daqueles já formados, buscando ampliar as possibilidades de agregar novos militantes. Nesse caso, a atuação nos cursinhos se coloca como uma alternativa para os acadêmicos que não se interessam pelas formas de engajamento vigentes no movimento estudantil. Do mesmo modo, se espera que os estudantes dos cursinhos vejam no Levante uma referência de organização que possam se inserir quando estiverem no ambiente universitário.

---

<sup>34</sup> Entrevista fornecida por Kauê, na Escola Nacional Paulo Freire, em São Paulo, em outubro de 2019.

O segundo sentido de intersecção entre as frentes diz respeito aos jovens do movimento estudantil que já atuam no Levante. Diante disso, se espera que a Rede Podemos Mais possa atuar como um meio de transição de militantes da Organização que estão no meio estudantil para o trabalho territorial. Como vimos no capítulo anterior, o Movimento parte da ideia de que a Frente Estudantil, pela composição social dos jovens ali presentes, possui maior potencial de engajamento político. Nessa perspectiva, Kauê (secretário da Rede) explica:

[...] o movimento estudantil forma militantes muito mais rápido do que o trabalho territorial. Então o trabalho territorial vai ser alimentado pela nossa incidência nas universidades. E depende, precisa disso assim, né. A partir de que a gente bebe das experiências da luta popular e revolucionária na América Latina: o papel da Nicarágua, dos estudantes e tal, da construção das resistências nos bairros e nas periferias. (informação verbal).<sup>35</sup>

O caso mencionado sobre a Nicarágua diz respeito ao papel da Frente Sandinista junto aos jovens universitários no decurso da Revolução Nicaraguense. Nesse exemplo histórico, os sandinistas formaram quadros militantes no movimento estudantil, que por sua vez passou a se inserir nos bairros pobres da região urbana desse país (HARNECKER, 1990).

Em um primeiro momento os militantes focaram em simplesmente organizar as massas na periferia, sem que fosse necessário falar de política. Para tanto, os estudantes sandinistas buscaram se vincular as pessoas daqueles bairros, atendendo às suas mais variadas carências. No segundo momento, alcançando já determinado ponto de inserção no território, passou-se ao recrutamento aberto para o engajamento na revolução, convertendo os bairros em verdadeiros enclaves sandinistas (HARNECKER, 1990).

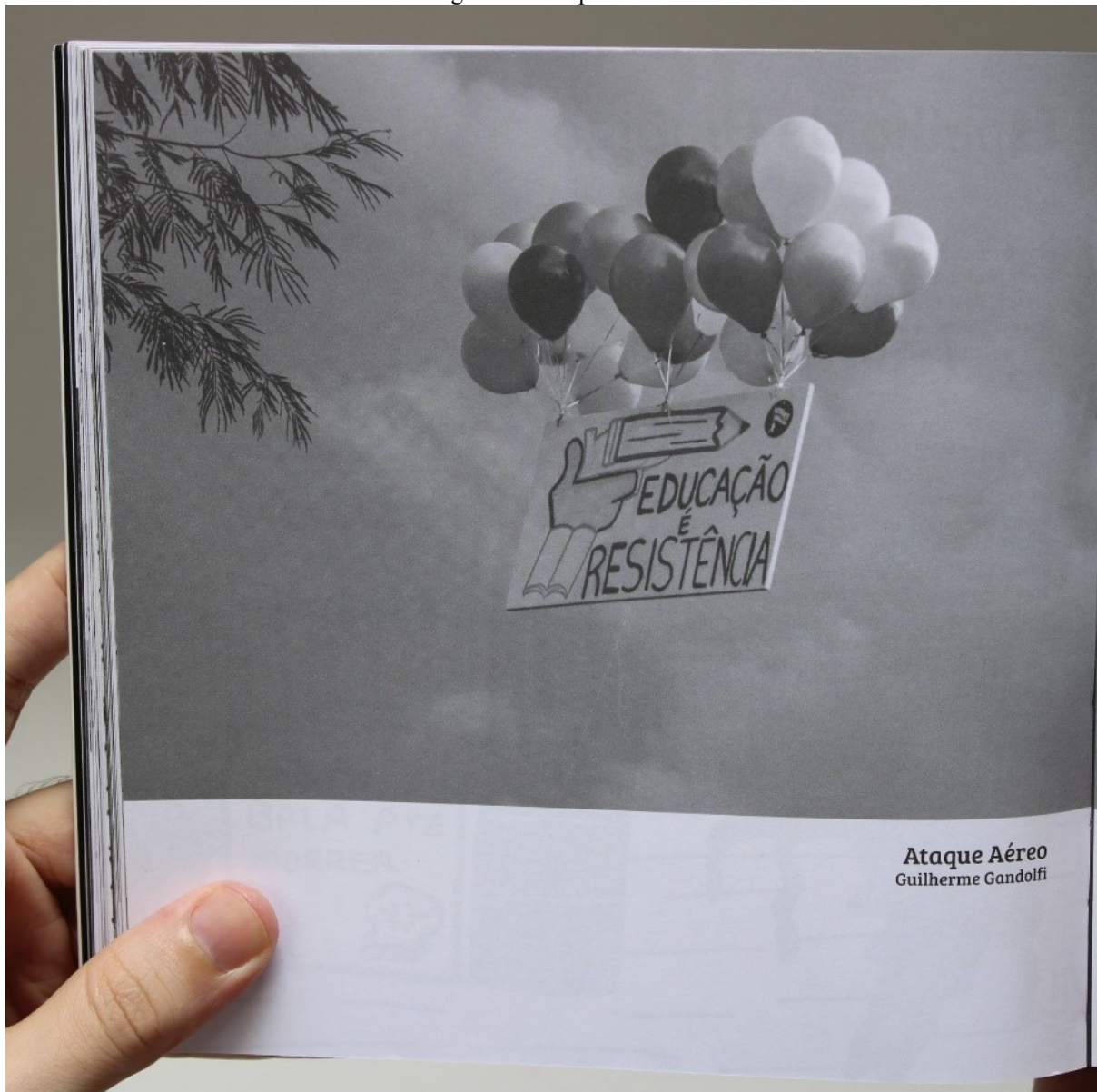
A experiência do movimento estudantil na Nicarágua aparece como referência em mais de um documento do Levante (2019a, 2019b), sempre associados aos estudos de Marta Harnecker sobre o tema. Está claro para nós que essa bagagem histórica é elemento fundante para as formulações da Organização acerca dos nexos entre a Frente Estudantil, a Frente Territorial e a Rede Podemos Mais.

Diante do exposto, vemos que o papel político dos cursos pré-vestibulares populares é organizar os jovens das periferias urbanas para a luta de classes, e nessa tarefa, o processo de transição de militantes do movimento estudantil para os bairros e periferias urbanas é visto não só como uma possibilidade, mas como uma necessidade.

---

<sup>35</sup> Entrevista fornecida por Kauê, na Escola Nacional Paulo Freire, em São Paulo, em outubro de 2019.

Figura 9 – Ataque Aéreo



Fonte: Guilmo *et al.* (2019, p. 98).

### 3.1.2 Modelo organizativo da Rede Podemos Mais

Feita a exposição a respeito do contexto de surgimento da Rede Podemos Mais e seus objetivos políticos, vamos agora à sua proposta organizativa (ou organicidade). Voltando à Cartilha, temos que:

[...] as instâncias que estimulam a vida dos cursinhos são o lugar inicial para construir o diálogo, conhecer a realidade dos jovens envolvidos, desenvolver ações e lutas coletivas, construir vínculos que extrapolam os espaços das salas de aula. (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2018c, p. 19).

É também nesse documento que encontramos o modelo organizativo que os cursinhos da Rede Podemos Mais devem seguir e as proposições sobre o funcionamento de cada um dos espaços. A atuação básica de cada cursinho popular deve passar pela organização dos sujeitos em espaços coletivos de decisão, que são: o núcleo político pedagógico (NPP), a coordenação pedagógica, as turmas, os núcleos de base (NBs) e as assembleias (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2018c).

No processo de construção de um cursinho o núcleo político pedagógico deve ser o primeiro a ser formado. Nessa fase inicial é importante que esse grupo seja composto por pelo menos dois ou três militantes com tempo e disposição para dar cabo das tarefas necessárias para impulsionar seu crescimento e manter suas atividades com regularidade. Com o passar do tempo é essencial que mais pessoas se aproximem do NPP e, para isto, basta fazer parte do cursinho, como os professores e os estudantes (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2018c).

A coordenação pedagógica tem de ser composta pelo coletivo de professores, por representantes dos estudantes e pelo NPP, e sua função é coordenar e acompanhar o desenvolvimento pedagógico do cursinho, planejar os conteúdos a serem trabalhados, selecionar os materiais didáticos, organizar simulados, atividades interdisciplinares, atividades culturais, debates, etc. É importante que esse espaço zele pela formação de novos educadores e tenha como eixo central para seus trabalhos uma educação voltada para a experiência coletiva e com atenção para os estudantes e o território onde atua o cursinho (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2018c).

As turmas consistem no conjunto dos estudantes e devem ser compostas por uma média de 20 a 25 pessoas, evitando a lógica da educação em massa e visando um espaço de aula acolhedor, onde se estimule a participação e seja possível ouvir e acompanhar cada educando. O número de dias em que haverá aulas precisa considerar um equilíbrio entre as demandas pedagógicas e a realidade dos jovens do território (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2018c).

Os núcleos de base são espaços de estímulo à participação dos educandos na construção coletiva do cursinho. Por meio desses agrupamentos se espera que os estudantes se envolvam em tarefas e que possam sentir-se parte da organização e da construção desse espaço. As atividades desempenhadas podem girar em torno da comunicação interna e externa, de atividades culturais entre os integrantes, de ações de solidariedade na comunidade, etc. (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2018c).

Cada NB tem de reunir no máximo sete jovens, facilitando a interação entre eles, e deve ter um representante que, além de participar das reuniões da coordenação pedagógica, precisa estar atento à dinâmica interna do seu núcleo, estimulando seus componentes na realização das tarefas. Há também a expectativa de que esses agrupamentos sejam instâncias chave, por meio das quais o núcleo político pedagógico possa fazer um acompanhamento mais aproximado dos estudantes (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2018c).

Por último, a assembleia é uma ferramenta circunstancial e deve ser acionada na medida em que a coordenação pedagógica e os núcleos de base identifiquem demandas políticas e sociais que digam respeito a questões mais gerais do cursinho ou que afetem o território. Além disso, as assembleias precisam envolver tanto os integrantes do cursinho, quanto a comunidade que o circunda (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2018c).

Ela é considerada um espaço privilegiado de relação política dos cursinhos com a comunidade, e uma via de construção do seu pertencimento para com o território. Ademais, seu potencial político é percebido pelo Movimento tendo em vista que permite a construção de espaços de interação com os demais movimentos do Projeto Popular para o Brasil, como os movimentos da Via Campesina e o Movimento dos Trabalhadores por Direitos (MTD) (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2018c).

### 3.2 O CURSINHO PODEMOS MAIS HELIÓPOLIS: LIMITES E POSSIBILIDADES DE ENGAJAMENTO POLÍTICO

Este subcapítulo está separado em quatro sessões. A primeira procura traçar um quadro resumido sobre o bairro Heliópolis e os jovens que o integram; a segunda está focada no início da construção do Cursinho Podemos Mais Heliópolis e seus primeiros esforços na tentativa de fazer valer seus objetivos; a terceira está concentrada na condição de classe dos seus estudantes e suas possibilidades de engajamento político; por fim, a quarta aborda a relação dos jovens universitários, na figura dos professores, com esse espaço educativo.

#### 3.2.1 Um breve panorama sobre o bairro Heliópolis e os jovens que o habitam

O território de Heliópolis<sup>36</sup> passou por ondas de ocupações desde a década de 1970 e atualmente é habitado por aproximadamente 200 mil pessoas, em sua maioria filhos e netos de

---

<sup>36</sup> O nome oficial do bairro é Cidade Nova Heliópolis.

migrantes nordestinos. A região é comumente chamada, por seus habitantes, de favela — embora alguns moradores a chamem de comunidade ou bairro (SILVA, 2019).

Localizado próximo a região central da cidade de São Paulo sua composição urbana é marcada por arruamentos irregulares e alta densidade de casas, sendo muitas delas de alvenaria e geminadas, com pouca ventilação e luminosidade, e por vezes sem janelas. Em algumas localidades é possível encontrar casas com garagens e jardins, pertencentes a famílias que chegaram nas primeiras décadas de ocupação do território e que tinham melhores condições financeiras (SOARES, 2010).

Figura 10 – Vista de Heliópolis com o Hospital Heliópolis ao fundo



Fonte: UNAS

Espaços de lazer como quadras de futebol e praças são quase inexistentes, restritos apenas a alguns conjuntos habitacionais ou instituições públicas. O bairro conta com o Hospital Heliópolis e com o Posto de Assistência Médica (PAM), e as instituições públicas de educação somam duas escolas municipais de ensino fundamental (EMEF Pres. Campos Salles e EMEF Luiz Gonzaga do Nascimento Jr.), dois centros educacionais unificados (CEU Heliópolis e CEU Meninos), uma escola técnica estadual (ETEC Heliópolis) e diversas escolas municipais de educação infantil (EMEI), centros educacionais infantis (CEIs) e centros para crianças e

adolescentes (CCAs)<sup>37</sup>.

Historicamente marginalizada pelas autoridades públicas, Heliópolis foi palco de intensa mobilização social ao longo dos anos, com destaque para as lutas em torno da moradia, da regularização fundiária e da demanda por serviços públicos essenciais. Entre as décadas de 1970 e 1980 os moradores representantes das diversas regiões do bairro passaram a fortalecer seu processo organizativo com a construção da Comissão de Moradores e a adoção de assembleias comunitárias e ocupações de instituições e espaços públicos como estratégia de luta (SILVA, 2018).

Em 1986 a prefeitura de São Paulo (gestão Jânio Quadros) impôs como condição de negociação com a Comissão de Moradores a sua legalização, fazendo com que seus integrantes fundassem a União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região (UNAS), umas das principais organizações existentes na comunidade até hoje.

A UNAS parece ser a principal organização para a qual convergem os movimentos sociais de Heliópolis e é a única citada nos trabalhos acadêmicos que consultamos, no entanto, os organizadores do Cursinho Podemos Mais Heliópolis mencionaram também a presença atuante da Central de Movimentos Populares (CMP) — voltaremos a abordá-la mais adiante.

A partir da década de 1990 é possível perceber o crescimento do crime organizado no bairro, contudo não encontramos análises que aprofundassem o papel desse tipo de organização na arregimentação de pessoas e na disputa do território, temos apenas que para muitos dos moradores esse advento resulta no aumento da violência, principalmente entre aqueles que se envolvem na comercialização das drogas. Por outro lado, pudemos encontrar relatos que apontam para uma certa segurança proporcionada à comunidade pelo crime organizado — uma espécie de ordem interna garantida pelos traficantes (MEMÓRIAS DE HELIÓPOLIS, 2012; SILVA, 2019).

Também são recorrentes as falas de moradores sobre a violência policial, que incorre sobretudo entre os jovens negros e do sexo masculino, que por sua vez afirmam ter mais medo da polícia do que dos traficantes — os relatos apontam frequentes insultos, humilhações e agressões por parte das autoridades armadas. Já em relação às jovens, suas queixas não estão necessariamente associadas ao crime organizado ou à presença policial, e sim aos abusos sexuais e perseguições nas ruas pelo simples fato de serem mulheres (SILVA, 2019).

Mesmo diante desse contexto, a violência em Heliópolis aparenta ter diminuído nas

---

<sup>37</sup> Conforme Silva: “Centro da Criança e do Adolescente, ligado à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e gerido, em Heliópolis, pela UNAS” (SILVA, 2019, p. 39).



últimas décadas, e esse fato está mais relacionado ao processo organizativo da própria comunidade do que à intervenção do Estado que, como vimos, parece antes contribuir para o aumento da violência do que para a sua contenção.

Nesse sentido, as próprias organizações sociais do bairro aparentam preferir a não intervenção do poder público. Conforme Silva (2019, p. 27): “os movimentos de Heliópolis querem forjar relações de respeito e não-violência dentro da comunidade, sem a ação de forças repressoras externas”.

A Caminhada da Paz — iniciada em 1999 e organizada pela UNAS e pela escola Presidente Campo Salles — é uma das ações que derivaram da mobilização da comunidade contra a violência. O estopim para essa iniciativa foi o assassinato de Leonarda. Vítima de feminicídio, ela foi morta na saída da escola, à noite, com dois tiros no rosto por um rapaz com quem negou se relacionar (SILVA, 2019).

O ato de brutalidade abalou Heliópolis e nesse cenário foi construída a Caminhada pela Paz, que ocorre todo ano. Com o passar do tempo o evento adquiriu grande adesão da população e em 2009 já somava 13.000 pessoas. A caminhada está relacionada ao Movimento Sol da Paz, que por sua vez busca traçar uma relação entre a luta popular, a luta pela paz e a luta pela educação (SILVA, 2019).

Por sua vez, o Movimento Sol da Paz é mais bem entendido quando associado ao projeto Heliópolis, Bairro Educador, cuja principal articuladora é a UNAS, mas que participam também outros movimentos sociais que trabalham junto ou são próximos a ela. O projeto tem por objetivo tornar Heliópolis “um ‘Bairro Educador’ e, por isso, um lugar que amplia a rede de espaços considerados educativos para além da escola, mas que tem nela um dos centros irradiadores de relações comunitárias” (SILVA, 2019, p. 15).

Silva (2019) problematiza essa perspectiva. Segundo a autora o discurso de que todos ensinam pode desvalorizar o papel do professor.

Além disso, a ideia de um bairro educador supõe não depender do Estado, isto é, se este não garante uma educação de qualidade, a comunidade a constrói ela mesma. Por uma perspectiva, isso é libertador, sendo uma educação que emerge da comunidade com objetivos pedagógicos que fazem sentido neste contexto. Por outro lado, esse processo significa, também, desresponsabilizar o Estado em relação à educação, assim como em relação à pacificação, ou seja, à segurança pública, transferindo essas tarefas ao Bairro Educador, ao Movimento Sol da Paz, à UNAS, à população de Heliópolis em geral. (SILVA, 2019, p. 61).

A autora aponta também que apostar na educação como principal força de

transformação social pode incorrer no risco de idealizar o papel da educação, lhe atribuindo a missão de resolver todas as desigualdades sociais e, por consequência, inferir na concepção de uma “educação salvadora” (SILVA, 2019).

Figura 11 – 20º Caminhada da Paz, 2018



Fonte: UNAS.

Voltemo-nos agora para um breve quadro sobre a situação dos jovens de Heliópolis. Soares (2010) realizou uma pesquisa sobre essa comunidade e, no processo, executou uma oficina com 76 jovens e 5 educadores, na qual constatou algumas das dificuldades que esses indivíduos consideram enfrentar no seu dia a dia, bem como algumas de suas expectativas.

Entre as adversidades — das ocorrências mais frequentes para as menos frequentes em suas falas — foi possível arrolar a insuficiência de áreas de lazer; a falta de espaços culturais; a escassez de oportunidades de emprego; o fácil acesso às drogas; a falta de espaço físico em casa; a violência policial; a carência de escolas perto de casa; e a inexistência de um shopping. Ademais, a autora destaca que a relação com as drogas e a perda de amigos diante do contexto de violência e dependência química apareceu em quase todos os relatos.

Em meio às suas expectativas apareceram — desta vez não necessariamente por ordem de frequência de ocorrência — as seguintes: o acesso a locais de lazer e centros de cultura; a

criação de empregos; a construção de escolas na favela; a construção de mais um hospital; a conscientização dos jovens sobre os riscos do uso de drogas; a limpeza das ruas e das calçadas; e a paz no bairro (SOARES, 2010).

Parecem ser expressivos os obstáculos que atravessam a vida desses jovens, e sua realidade os impele a reivindicações básicas no âmbito da manutenção do mínimo necessário para garantir um pouco de estabilidade em suas vidas. Nesse sentido, em uma entrevista para o Projeto Memórias de Heliópolis (2012), Fábio, de 33 anos e morador do bairro, comenta que a falta de condições e oportunidades faz com que os jovens da comunidade afunilem suas expectativas.

A diversão e a convivência entre os jovens da comunidade ocorre geralmente nos espaços públicos, e a rua se converte em um dos principais locais de interação e de trocas de informação. A vida noturna é agitada tanto pelos ambientes privados, como os bares, que ficam abertos com músicas ao vivo, quanto pelos públicos, como os bailes *funk*, que lotam algumas das vias da comunidade (SOARES, 2010).

O divertimento nos bailes *funk* é atravessado de contradições expressivas: o público, bastante juvenil, inclui adolescentes desde os 12 anos e, conforme Soares (2010, p. 64), “[...] os bares vendem bebidas alcoólicas para qualquer adolescente independentemente da idade, e as drogas são comercializadas ali mesmo na rua”.

Figura 12 – Dois frames do clipe da música "BololoHaha", do funkeiro MC Bin Laden, gravado em Heliópolis e com a presença de outros jovens MCs da comunidade, 2014



Fonte: Canal KL Produtora, no YouTube.<sup>38</sup>

A situação parece alarmar algumas pessoas e, em alternativa, são organizadas na comunidade a Balada Black e a Balada da Prevenção — realizadas pelas lideranças jovens da UNAS. A ideia surgiu dos DJs da comunidade que estão envolvidos em projetos sociais e educacionais e são locutores da Rádio Heliópolis (SOARES, 2010).

[...] essas festas têm como objetivo alertar os jovens sobre os perigos das drogas, das doenças sexualmente transmissíveis ou de uma gravidez indesejada. A bebida servida ou vendida é o refrigerante, suco ou água e a cada semestre essa festa vem aumentando o número de participantes. (SOARES, 2010, p. 65).

<sup>38</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dwEm-rU5sAE> Acesso em: 4 de out. de 2020.

Em 2015, Reginaldo, um dos DJs mencionados, também coordenava o projeto Fala Jovem, cujo objetivo era trazer à tona as demandas dos jovens da comunidade e debater temas relacionados a eles, como o preconceito, o consumo de drogas e álcool, e o tráfico. Os jovens envolvidos nessas ações também organizavam e coordenavam o festival de música Helipa Music (CAETANO, 2015).

Figura 13 – Balada Black organizada pelo projeto Jovens Alconscientes de Heliópolis, 2014



Fonte: Blog do Projeto Jovens Alconscientes.<sup>39</sup>

Os projetos voltados para a juventude de Heliópolis<sup>40</sup> são variados, entretanto sua abrangência é limitada. Entre os fatores restritivos podemos destacar que os jovens entre 16 e 21 anos normalmente “precisam trabalhar, e, com isso, não conseguem participar de atividades artísticas, culturais ou de convívio social” (CAETANO, 2015, p. 46).

Alguns aspectos do processo de engajamento dos jovens nos projetos são apontados por

<sup>39</sup> Disponível em: <https://ja2014.wordpress.com/> Acesso em: 4 de out. de 2020.

<sup>40</sup> A maior parte dos projetos culturais de Heliópolis são atravessados pela UNAS, seja por estarem diretamente ligados à organização, seja por serem coordenados por lideranças ligadas a ela. Além disso, no Centro Cultural e Poliesportivo da UNAS, conhecido como Quadra da UNAS, ocorrem oficinas diversas, todas gratuitas e realizadas por sujeitos da comunidade, são elas: *Hip-Hop*, *RAP*, *Street Dance*, *funk* americano, teatro, *ballet* e futebol — algumas oficinas contam com a ajuda financeira da UNAS, outras são voluntárias. Entre os projetos não atrelados à organização estão a Biblioteca Comunitária de Heliópolis e o Cine Favela, ambos com patrocínios de iniciativa pública e privada, e também o Instituto Baccarelli, com foco em música clássica (CAETANO, 2015).

Reginaldo. Ele fala que a aproximação se dá em dois momentos distintos: primeiro por motivos pessoais e depois, no decorrer do caminho, passa-se ao engajamento pela pauta coletiva. E comenta que ele mesmo entrou novo nos projetos e rememora que em seu percurso já viu alguns jovens também entrarem novos e posteriormente ocuparem a direção e coordenação de projetos e espaços de organização coletiva (CAETANO, 2015).

### 3.2.2 A construção do Cursinho Podemos Mais Heliópolis: estrutura, objetivos e primeiros passos

O Cursinho Podemos Mais Heliópolis começou a funcionar em 2018, no CEU Heliópolis<sup>41</sup>, desde uma articulação firmada junto a UNAS. Os acordos levaram alguns meses, de forma que seu início só pôde se realizar no decorrer do segundo semestre de 2018 e somente no formato de “aulões”. Sendo assim, as aulas regulares começaram apenas no ano seguinte, funcionando de segunda a sexta-feira, no período da noite.

Seguindo a proposta da Rede Podemos Mais, atualmente o cursinho de Heliópolis conta com as seguintes instâncias organizativas: o Núcleo Político Pedagógico (NPP), a Coordenação Pedagógica e os Núcleos de Base (NB) — embora nem todas tenham funcionado desde o início, como veremos adiante.

Por volta de 2018 a célula territorial de Heliópolis assumiu a tarefa de construir um curso pré-vestibular popular, se convertendo mais tarde em Núcleo Político Pedagógico do Cursinho Popular de Heliópolis. Desde então, agregaram-se ao grupo outros militantes que não necessariamente estavam envolvidos com os trabalhos na comunidade.

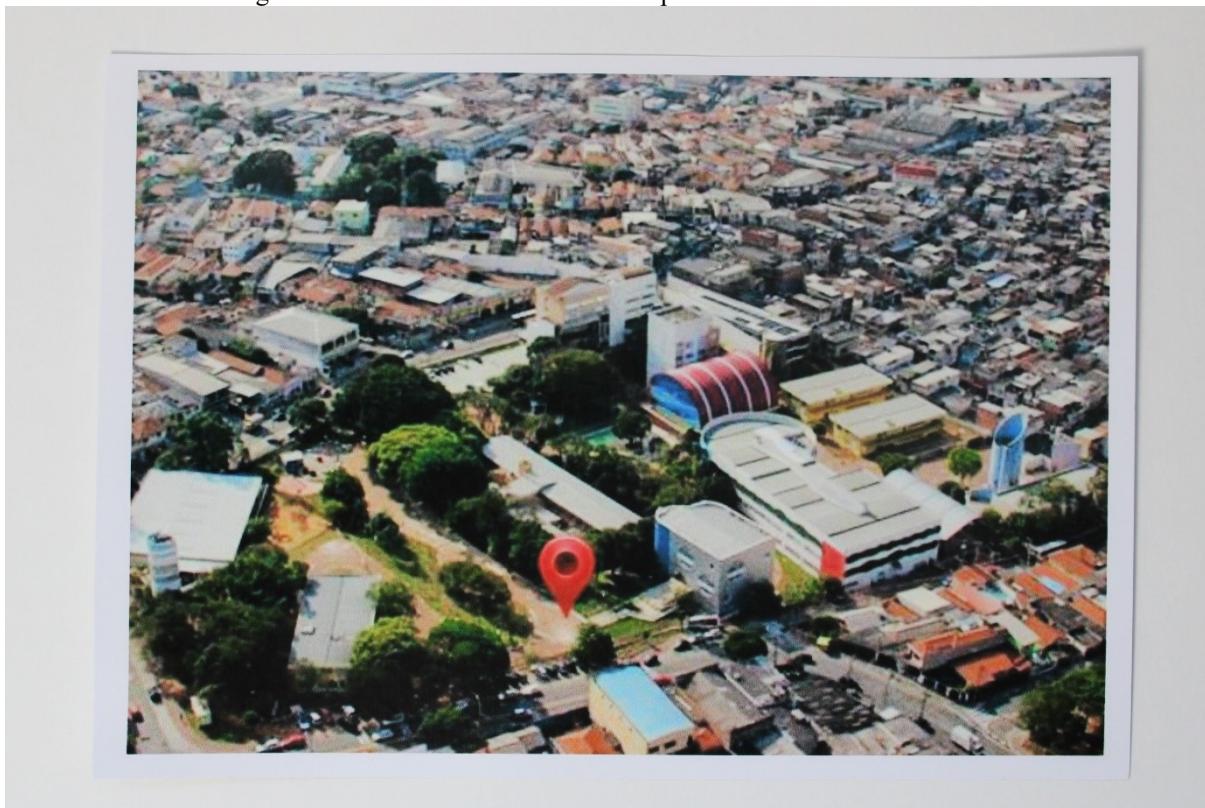
Marcelo, de 21 anos, nascido e crescido em Heliópolis, atua como militante do Levante nesse bairro desde 2016. De acordo com ele, antes do cursinho a Organização se colocava no bairro por meio dos ensaios de “batucada”<sup>42</sup>, o que lhes possibilitava ter contato com certo número de jovens, mas não era suficiente para projetar o Movimento enquanto uma referência na comunidade.

---

<sup>41</sup> O CEU Heliópolis proporciona ao Cursinho a sala de aula e também os aparatos didáticos, como giz e material impresso, fora o acesso a todos os espaços da instituição. A estrutura conta com três CEIs; um centro cultural com cinema, teatro de arena e um saguão coberto; um edifício onde há aulas diversas, como danças e lutas; uma biblioteca com amplo acervo de literatura infantil, nacional e internacional, computadores e espaço para contação de história, rodas de conversas e oficinas; um complexo esportivo, que conta com quadra poliesportiva e duas piscinas, além de praças com equipamentos de ginástica, parquinhos e wi-fi livre (SILVA, 2019). Segundo os educadores do cursinho de Heliópolis, já foi possível usar o auditório, a biblioteca e inclusive o salão de festas para a confraternização de fim de semestre e da festa junina.

<sup>42</sup> O termo “batucada” é usado pelo Movimento para definir a prática de tocar instrumentos de percussão (bateria) para fins de promover a AgitProp.

Figura 14 — Visão aérea do CEU Heliópolis Professora Arlete Persoli



Fonte: PPP do CEU Heliópolis Professora Arlete Persoli.

Fernanda, de 27 anos, também militante do Levante, é professora na rede pública de educação da cidade de São Paulo e dá aula de biologia no cursinho de Heliópolis. Ela comenta que fez parte da atuação do Movimento na comunidade durante o período anterior à construção do Cursinho. Segundo ela, naquele momento a célula era instável, com momentos de expansão seguidos de períodos de esvaziamento de seus participantes.

Ela explicou que essa é uma dinâmica comum nas células territoriais<sup>43</sup>, o que normalmente é atribuído a dificuldade de se incidir de forma concreta na vida das pessoas que estão no alcance da Frente Territorial.

No ME [Movimento Estudantil] eu acho que isso é um pouco mais fácil [...] porque as pessoas estão lá o tempo inteiro [...] e as eleições [de Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos] acabam dando uma dinâmica. No território, por mais que as pessoas morem lá, muitas vezes estudam em outro lugar ou trabalham fora e não necessariamente se encontram sempre ali e aí tínhamos muita dificuldade de manter.

<sup>43</sup> São denominadas de células territoriais aquelas que compõem a Frente Territorial. Seguindo a mesma lógica, são chamadas de células estudantis as da Frente Estudantil, células secundaristas as da Frente Secundarista e células camponesas as da Frente Camponesa.

(informação verbal).<sup>44</sup>

O Cursinho é considerado pelo Movimento como um espaço que dialoga com as demandas concretas da vida dos jovens desse território e, com base nisso, engendrar processos de engajamento político, tal como proposto pela Rede Podemos Mais. Essa expectativa parece ser acertada, uma vez que a pauta educacional, como vimos na sessão anterior, demonstra estar bastante presente entre os anseios dos jovens de Heliópolis, sendo um dos principais fatores de mobilização política na comunidade.

Ademais, Marcelo aponta que a procura por matrículas no Cursinho tem aumentado nos últimos anos. Em 2019 esse espaço funcionou desde os primeiros meses, sendo oferecidas e ocupadas 25 vagas, e formando ainda uma lista de espera.

[...] pela questão da instabilidade econômica, política e social do Brasil, as pessoas têm buscado alternativas de conseguir emprego e tudo mais, né [...]. Então, por exemplo, no processo de inscrição desse ano [2019] tivemos muitas pessoas que já são formadas que estavam buscando cursinho pra fazer uma outra faculdade pra arrumar emprego em outra área. Então isso amplia muito mais a busca pelo cursinho, e os jovens sempre afirmando que além de estar buscando o seu sonho de se formar, mas também de se qualificar pra conseguir um bom emprego [...] (informação verbal).<sup>45</sup>

Além de verificar a demanda por acesso ao ensino superior no bairro, a situação colocada confirma também a crescente exigência por qualificação profissional para o mundo do trabalho. E ainda, a busca por um curso pré-vestibular gratuito pode ensejar a dificuldade de acesso ao ensino superior por parte dos jovens das classes baixas urbanas, já que, se comparamos com o quadro nacional, a maioria dos jovens que estudam em cursinhos populares são pertencentes às camadas populares (ZAGO, 2008; MAGALHÃES, 2018).

Está claro que o Cursinho dialoga com as necessidades imediatas dos jovens da comunidade, e é com base nessa situação que o Movimento busca transformá-lo em um eixo dinâmico que possa reunir esses indivíduos de forma contínua e permanente, na tentativa de organizá-los politicamente. Conforme Fernanda, sua construção dentro de Heliópolis

[...] é importante do ponto de vista do enraizamento. Quando a gente pensa na estratégia, na atuação enquanto Levante Popular da Juventude, é imprescindível que a gente esteja na comunidade e ter o Cursinho lá nos possibilita estar cotidianamente lá. Então se antes tínhamos dificuldade de acompanhar o território por não ter atividade todos os dias [...], aí com o Cursinho estamos lá todos os dias [...]

<sup>44</sup> Entrevista fornecida por Fernanda, na Escola Nacional Paulo Freire, em São Paulo, em outubro de 2019.

<sup>45</sup> Entrevista fornecida por Marcelo, na Escola Nacional Paulo Freire, em São Paulo, em outubro de 2019.



(informação verbal).<sup>46</sup>

Como vimos no subcapítulo anterior, o enraizamento consiste não somente em criar vínculos com os jovens, mas também com a população do território como um todo, ou seja, com as famílias dos jovens, com as instituições e organizações sociais ali existentes. Nessa lógica, Marcelo diz o seguinte sobre a experiência de Heliópolis:

O Cursinho faz o enraizamento na proporção que a gente consegue se colocar pra comunidade como um todo. Então, além de dialogar com os educandos, nós dialogamos com os pais desses educandos. Tem educadores da própria Heliópolis que tão lá, então o enraizamento, quando nós falamos, é nesse sentido de se colocar enquanto referência pro bairro como um todo. Então pra além de alcançar a juventude, alcançar a comunidade enquanto Levante. (informação verbal).<sup>47</sup>

Figura 15 — Entrada direta do CEU Heliópolis para a comunidade



Fonte: DW Brasil.

Apesar de ser uma construção ainda recente, o cursinho de Heliópolis já demonstra certa capacidade de estreitar laços entre o Levante e as organizações locais. Segundo Marcelo, o Movimento tem construído certa credibilidade diante da UNAS e da Central de Movimentos

<sup>46</sup> Entrevista fornecida por Fernanda, na Escola Nacional Paulo Freire, em São Paulo, em outubro de 2019.

<sup>47</sup> Entrevista fornecida por Marcelo, na Escola Nacional Paulo Freire, em São Paulo, em outubro de 2019.

Populares (CMP). Ele afirma que essas organizações têm dificuldades para engajar a juventude do bairro — como já vimos anteriormente, no caso da UNAS — e manifestam entusiasmo com a proposta do Levante.

Hoje se tem uma credibilidade também do Levante por ele se desafiar a organizar a juventude atualmente dentro desse bairro. Porque essa juventude viveu outro momento, nasceu, se formou por outro momento político. E aí, como nós colocamos o nosso projeto pra essa juventude de uma forma atual, de uma forma com a cara e feita pela juventude, assim; então o Levante se coloca enquanto essa organização, e aí a gente tem aquela “velha guarda”, né, que nos ajuda e tal, que são esses movimentos que também estão ali e tal [...] (informação verbal).<sup>48</sup>

A aproximação com a CMP tem sido por meio da Associação de Moradores Nova Heliópolis. De acordo com Fernanda, recentemente o Levante vem estreitando laços com essa organização e tem agora dois militantes que ficam cotidianamente na sede da associação de moradores, em contato direto com a comunidade, contribuindo com os trâmites que envolvem a busca por moradia.

Não sabemos até que ponto a relação com a CMP é resultado de uma maior perenidade e inserção do Levante no território por meio do Cursinho, ou se é consequência da proximidade já existente entre Levante e CMP enquanto organizações do mesmo campo político, uma vez que ambos compõem as forças que se articulam em torno do Projeto Popular para o Brasil. O fato é que a Organização está diariamente presente em um espaço de relevância na comunidade e abrindo caminho para a sua referenciação no território.

Por outro lado, tem-se a relação com a UNAS, que se estabelece basicamente em torno da articulação para o uso do espaço do CEU Heliópolis. Nesse caso os vínculos parecem um pouco oscilantes, Fernanda comenta que os administradores do CEU, que são bastante próximos da UNAS, convidam com frequência o Cursinho para participar da Caminhada da Paz, o que não tem ocorrido.

Pedro, de 23 anos, educador e integrante do Núcleo Político Pedagógico do Cursinho, explica a situação:

A gente também tem que colaborar, participar das atividades do CEU, coisas assim. [...] O CEU deu um calendário sobre as coisas acontecendo no CEU e no território, tem uma caminhada que eles chamam de Caminhada da Paz, que é anual, é uma coisa bem importante e a gente não conseguiu se organizar pra turma do Cursinho tá nessa Caminhada da Paz. Então a gente levou uma cobrança, assim: “Ó, nos próximos anos, né, vamos tentar se organizar pra participar, porque a parceria não é só da sala”. Então

---

<sup>48</sup> Entrevista fornecida por Marcelo, na Escola Nacional Paulo Freire, em São Paulo, em outubro de 2019.

tipo, tem esses avisos. (informação verbal).<sup>49</sup>

Essa passagem aponta, talvez, um impasse relacionado à existência ainda incipiente do Cursinho, no entanto pode indicar também certa dificuldade estrutural para dar conta de seus objetivos. Percebemos que os militantes e os professores demonstram estar atentos aos chamados de participação nas mobilizações do bairro, assim, o não comparecimento parece ser menos uma hesitação do que a falta de estabilidade do Cursinho e de tempo das pessoas envolvidas.

As expectativas, por parte da administração do CEU — o que em certa medida significa dizer que são igualmente uma expectativa da UNAS — em relação à participação do Cursinho nas ações promovidas no bairro, demonstram também que o interesse de estreitamento de laços é recíproco. Não só o Levante espera se vincular à comunidade, mas as próprias organizações ali existentes esperam esse acercamento, o que podemos considerar como um ponto positivo no que tange a inserção do Movimento no território.

Vê-se, portanto, já nos primeiros meses de construção do cursinho de Heliópolis, significativa inserção e referenciação do Levante no bairro. Sua teia de relações tem alcançado pais e organizações locais e o Cursinho parece atestar seu potencial de construção da luta para além da sala de aula, interposicionando-se entre os espaços que compõem o território dos jovens locais.

### 3.2.3 Os estudantes: condição de classe e engajamento político

As pesquisadoras Zago (2008) e Magalhães (2018) nos oferecem alguns dados sobre os indivíduos que compõem os cursinhos populares ao longo do Brasil. Elas nos dizem que são em sua maioria jovens pertencentes às camadas populares, que cursaram o ensino básico em escola pública (e sem interrupções), e com ensino médio concomitante ao trabalho.

É comum entre esses jovens a queixa acerca da falta de tempo para conciliar trabalho e estudos, e entre os principais motivos de desistência dos cursinhos estão as difíceis condições econômicas e as dificuldades em acompanhar os conteúdos requisitados no vestibular (ZAGO, 2008; MAGALHÃES, 2018).

Esse panorama se assemelha bastante à situação dos estudantes do cursinho de Heliópolis, pois com idade entre 17 e 19 anos, esses indivíduos geralmente são da comunidade

---

<sup>49</sup> Entrevista fornecida por Pedro, na USP, em São Paulo, em outubro de 2019.

(alguns no seu entorno), e, de acordo com a educadora Fernanda, todos são estudantes de escola pública e nenhum deles tem condições de pagar um curso pré-vestibular, afora o fato de que a maioria deles precisa conciliar trabalho e estudo.

A questão do trabalho e, portanto, a condição de classe, é central na tentativa dos jovens de Heliópolis em ingressar no ensino superior, esse elemento demanda continuidade nos estudos, ao mesmo tempo em que impõe limitações. Conforme Pedro (educador e NPP):

[...] um deles [estudantes], por exemplo, ele acompanha tudo que ele pode, mas ele tá trabalhando, então simplesmente ele não aparece mais, não pode aparecer mais. Super adora o Cursinho, mas não tem condições pra ele aparecer. Uma outra [estudante] ela tá no segundo ano, mas assim, por questões de escola e outras tarefas dela, ela também não pôde continuar acompanhando. (informação verbal).<sup>50</sup>

Figura 16 — Estudantes, professores e organizadores do Cursinho Podemos Mais Heliópolis, 2019



Fonte: Instagram do Cursinhos Podemos Mais.<sup>51</sup>

Temos, desse modo, um significativo número de estudantes do cursinho de Heliópolis que, dada a sua condição de classe, não conseguem proceder com seus estudos, muito embora o tentem com afinco.

<sup>50</sup> Entrevista fornecida por Pedro, na USP, em São Paulo, em outubro de 2019.

<sup>51</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/cursinhospodemomais/> Acesso em: 4 de out. de 2020.

A forma como os jovens estão inseridos no mundo do trabalho, com jornadas exaustivas, e muitas vezes intermitentes, com períodos frequentes de desemprego, afeta inclusive sua motivação e sua saúde mental, como vemos na fala de Marcelo: “[...] a questão da saúde mental tem pesado muito mais nesta conjuntura também né, sem perspectiva, com desemprego em alta e tal, então isso tem aumentado a questão da saúde mental dos educandos” (informação verbal).<sup>52</sup>

Dadas essas adversidades, são poucos os estudantes que permanecem no Cursinho até o fim do ano. Vitória é uma delas, aos 17 anos e moradora do bairro, estuda no Cursinho durante a noite e na Etec<sup>53</sup> durante o dia. Sua experiência, evidencia mais uma vez a condição dos jovens de Heliópolis: trabalho, baixa remuneração e necessidade de dar continuidade aos estudos.

Têm pessoas lá [na Etec] que entram a partir de uma prova<sup>54</sup>, então nem sempre são baixa renda e têm pessoas que começam, por exemplo, a fazer um curso pago super caro desde o segundo ano. E daí eu vi que são com essas pessoas que eu vou competir no vestibular, daí eu olhei eu estava no terceiro ano, não tinha feito nem curso, nem nada, tinha feito provas pra entrar em outros cursinhos e não tinha conseguido passar e daí eu só queria alguma coisa pra sentir que eu não estava perdendo tempo de alguma forma. Eu queria me preparar também. Então o cursinho popular apareceu e daí eu entrei aqui. (informação verbal).<sup>55</sup>

A fala de Heloíse, de 17 anos, moradora da comunidade e também uma das pessoas que lograram permanecer no Cursinho, complementa o relato trazido por Vitória.

[O cursinho dentro da comunidade] faz as pessoas que moram aqui poderem ver além, sabe? Tipo assim: a gente mora aqui, no máximo a gente pensa que tem esses cursinhos particulares que é caro pra caramba, que você sabe que você nunca vai conseguir pagar, aí você se mata pra fazer a prova, você sabe que não vai conseguir pagar também, porque mesmo fazendo a prova, ganhando bolsa, a mensalidade continua enorme. Então é uma oportunidade, sabe, porque até o cursinho aparecer, eu pensei que realmente não conseguiria fazer cursinho nenhum e que eu ia ter que me virar pra conseguir fazer alguma coisa, estudar em casa. (informação verbal).<sup>56</sup>

A condição de classe desses jovens pode sugerir, em um primeiro momento, um impedimento para o engajamento político e a invalidação do Cursinho enquanto instrumento de luta, porém, não nos parece que essa relação seja necessariamente direta. Apesar de bastante

<sup>52</sup> Entrevista fornecida por Marcelo, na Escola Nacional Paulo Freire, em São Paulo, em outubro de 2019.

<sup>53</sup> Escola Técnica Estadual de São Paulo.

<sup>54</sup> Existem duas modalidades de processo seletivo para ingressas na Etec, um deles é feito por meio de uma prova e o outro a partir do histórico escolar do candidato.

<sup>55</sup> Entrevista fornecida por Vitória, no Cursinho Podemos Mais Heliópolis, em São Paulo, em outubro de 2019.

<sup>56</sup> Entrevista fornecida por Heloíse, no Cursinho Podemos Mais Heliópolis, em São Paulo, em outubro de 2019.

recente, o cursinho de Heliópolis nos aponta algumas pistas de seu potencial para a mobilização popular.

É fato que a condição material desses jovens é um obstáculo considerável para sua imersão na luta de classes, no entanto, há que se considerar as reflexões de Fernandes (2019) a respeito dos embates dentro da ordem. É justamente por reconhecer que a sociedade brasileira guarda um arranjo societário complexo, que, como vimos, combina classe social com outras disposições que nem mesmo podem ser categorizadas como classe, que Fernandes (2019) destaca o papel das reivindicações imediatas na luta de classes no Brasil.

É no processo de reivindicação das pautas concretas que se abre espaço para a mobilização e organização das massas despossuídas e para o início de sua experiência enquanto classe. Sendo assim, nos parece que o potencial do Cursinho enquanto instrumento de atuação política desses jovens emergirá na medida em que se converterem as contradições de sua condição social em luta política.

Essa potencialidade, de certo modo é ensejada pelos estudos de Magalhães (2018) sobre os cursinhos populares no Brasil. A autora demonstra que quando esses espaços incorporam a condição social de seus estudantes à sua dinâmica, aumenta seu poder de arregimentação de jovens e, inclusive, lhes predispõe a um sentimento de integração com o coletivo.

Magalhães (2018) constatou pouca adesão de jovens das classes baixas aos cursinhos cujo foco é unicamente o exame de vestibular. Os estudantes alegam ter dificuldades quando a dinâmica desses locais de ensino se restringe ao foco no conteúdo e dão pouca ou nenhuma atenção ao debate acerca do contexto e dos meandros que envolvem os processos de seleção das universidades.

Em contrapartida, os cursinhos que proporcionam uma rede de solidariedade entre sua equipe e seus estudantes, e, entre os próprios estudantes — buscando melhor compreensão quanto ao contexto social que envolve o acesso ao ensino superior e sobre os processos do ingresso nas universidades — fazem com que esses sujeitos se sintam acolhidos e motivados no decurso de preparação para as provas. Nesse quadro é possível perceber maior aproximação dos jovens em relação aos cursos pré-vestibulares e uma tendência a associarem suas trajetórias individuais à trajetória coletiva desse espaço educativo (MAGALHÃES, 2018).

Esse cenário, em paralelo as formulações de Fernandes (1975, 2019), sugere que o enfoque nas contradições que envolvem o acesso ao ensino superior é um elemento fundamental para o engajamento político dos juvenis. Talvez seja em torno desses dilemas que o cursinho de Heliópolis poderá desenvolver seus objetivos políticos de enraizamento, disputa ideológica

e massificação da luta dos jovens da periferia. Vejamos algumas situações que podem nos dar elementos para o debate.

Uma delas é que a impressão dos estudantes a respeito do fato de o Cursinho ser construído dentro de Heliópolis é positiva e suas considerações estão além da facilidade com as aulas gratuitas e o acesso geográfico. A localização no interior da comunidade reflete na motivação com os estudos e na identidade dos educandos com o território, e entre eles mesmos.

Maria, de 18 anos e moradora da comunidade, estuda no Cursinho desde o seu início, em 2018. Ela fala que na comunidade não há muitas oportunidades e quando aparece um espaço educativo como o de Heliópolis, eles se veem valorizados. De acordo com Maria: “[...] porque a gente não tem muita oportunidade, então a gente se vê importante com toda essa construção, essa oportunidade que a gente tem” (informação verbal).<sup>57</sup> Vitória, por sua vez, comenta o seguinte:

[Sobre a construção do cursinho em Heliópolis], eu acho que isso mostra o poder que a comunidade tem, sabe? Muitas pessoas que não convivem aqui dentro acham que é um bando de maluco, que não tem visão de nada, que rouba, esse tipo de coisa. Mas não é, a gente também tem sonhos, a gente não alcança os nossos sonhos com mais frequência por questão de oportunidade, às vezes. [...] E daí mostrar que tem projetos aqui dentro que preparam pessoas pra inserir onde realmente tá, que é, por exemplo, na universidade pública, uma USP, que a gente só vê gente rica, mas é pública, então deveria ser pra nós, sabe? Isso mostra que a gente tem poder e que a gente vai conseguir, tanto que tá surgindo um movimento assim. (informação verbal).<sup>58</sup>

O relato de Vitória explicita que a compreensão em torno da condição social daqueles jovens e as condições que isso acarreta são fundamentais para a construção do Cursinho. Ela, inclusive enaltece o poder de mobilização da comunidade e seu papel para realização dos sonhos daqueles que fazem parte dela. A fala de Vitória demonstra um entendimento de que as trajetórias individuais estão associadas ao esforço coletivo.

Outro elemento significativo para pensar o potencial organizativo do Cursinho é que os seus estudantes demonstram interesse pelos seus aspectos políticos. Heloise, por exemplo, expõe de forma positiva as reflexões proporcionadas para além dos conteúdos em si, de acordo com ela: “[isso] te faz pensar no contexto onde você vive, porque que você vive desse jeito, o que faz você viver desse jeito e o que você pode fazer, sabe? Enfim, isso é muito importante” (informação verbal)<sup>59</sup>. Maria, por sua vez, relata que a experiência com o cursinho lhe abre a

<sup>57</sup> Entrevista fornecida por Maria, no Cursinho Podemos Mais Heliópolis, em São Paulo, em outubro de 2019.

<sup>58</sup> Entrevista fornecida por Vitória, no Cursinho Podemos Mais Heliópolis, em São Paulo, em outubro de 2019.

<sup>59</sup> Entrevista fornecida por Heloise, no Cursinho Podemos Mais Heliópolis, em São Paulo, em outubro de 2019.

visão de mundo e lhe motiva a sair da “caixinha” (informação verbal)<sup>60</sup>.

Esses relatos aludem ao que foi exposto por Magalhães (2018), sobre a valorização, por parte dos estudantes, dos aspectos sócio-políticos dos cursinhos, ou seja, sua atenção a respeito da realidade que circunda as pessoas que o integram. Outro elemento indicativo de propensão dos juvenis à participação política foi o envolvimento do cursinho de Heliópolis nos atos pela educação em 2019.

Conforme Kauê (secretário da Rede Podemos Mais e do NPP do cursinho de Heliópolis), esse processo envolveu a maior parte dos jovens que frequentavam o Cursinho e compreendeu não só o envolvimento no ato em si, mas um debate político antes e depois das manifestações.

Teve a experiência de Heliópolis que a assembleia foi pra organizar a participação dos educandos nos atos [pela educação]. Lá a gente foi de peito aberto, no sentido assim, nós não vamos colocar a agenda em cima deles, nós vamos propor. Vamos fazer o debate e vamos ver se eles topam ir pra rua, se eles não toparam a gente vai seguir com a aula. E aí eles toparam, a grande maioria topou e tal. E criou um sentimento assim, quem não pode ir porque trabalha, vai ser representado por aquele que vai. Nós tivemos umas duas ou três assembleias e sempre separamos também um tempo — não chega a ser uma assembleia, talvez seja — para avaliar o ato, então tipo, nos dias seguintes sempre vai uma pessoa do NPP pra mediar uma avaliação com a turma pra ouvir o que eles acharam, o que eles gostaram, o que eles não gostaram e que acham que poderia melhorar [...]. (informação verbal).<sup>61</sup>

Fernanda (educadora) comenta que nesse decurso os estudantes construíram materiais diversos, como cartazes e faixas, e optaram por ir identificados como alunos da Rede Podemos Mais. Ao chegarem ao local esses jovens se juntaram ao bloco do Levante e a partir desse momento, inclusive, alguns dos estudantes se aproximaram mais do Movimento, querendo conhecê-lo mais a fundo.

Mais um elemento relevante para pensar o potencial de mobilização política do Cursinho é a participação dos jovens nos Núcleos de Base (NBs). Como vimos anteriormente, os NBs são unidades básicas de organização dos estudantes, e no cursinho de Heliópolis, apesar de ainda estarem em uma fase experimental, têm funcionado da seguinte maneira:

[...] quinze minutos por semana pra planejar uma atividade prática [...]. Tipo passeio, tipo atividade cultural, Papo Reto, pensar em fazer alongamento dentro da sala de aula e tudo mais. Então os NBs, eles têm uma tarefa concreta [...], é muito mais colocar a mão na massa [...].<sup>62</sup>

<sup>60</sup> Entrevista fornecida por Maria, no Cursinho Podemos Mais Heliópolis, em São Paulo, em outubro de 2019.

<sup>61</sup> Entrevista fornecida por Kauê, na Escola Nacional Paulo Freire, em São Paulo, em outubro de 2019.

<sup>62</sup> Entrevista fornecida por Marcelo, na Escola Nacional Paulo Freire, em São Paulo, em outubro de 2019.



A título de exemplo, Fernanda (educadora) coloca que em 2019 um NB foi responsável pela construção da confraternização do fim do primeiro semestre, outro pela organização da festa junina e um pela construção das saídas externas (passeios, museus, palestras, etc.). Mas, para além das atividades práticas, Marcelo (NPP do Cursinho) comenta também que os NBs têm participação nas reuniões pedagógicas. Conforme o militante, cada núcleo destaca um representante para participar dessas reuniões, ele relata que os estudantes participam ativamente, falam sobre as aulas, repassam as avaliações ocorridas em seus NBs e dão retorno aos educadores sobre os conteúdos e metodologias trabalhadas. Segundo Marcelo: “Eles gostam dessa reunião porque eles se sentem parte do Cursinho ainda mais; de construir o Cursinho, as tarefas e tudo mais [...]” (informação verbal).<sup>63</sup>

Maria (estudante) teve uma boa impressão sobre os NBs. De acordo com ela, os núcleos promoveram maior conexão entre os colegas e houve considerável adesão em sua construção. Ademais, ela associa aos NBs a sua participação nas manifestações em defesa da educação em 2019, já referida anteriormente.

Heloise (estudante), por sua vez, conta que é representante do seu núcleo e que chegou a participar das reuniões da Coordenação Pedagógica, e a partir de sua experiência no NB diz compreender que o método organizativo do Cursinho é elaborado para que os estudantes possam se posicionar, participando das decisões, o que ela avalia como positivo: “Acho que todo mundo concorda que [o NB] é uma forma de participar melhor das decisões, da coordenação, dos professores, enfim” (informação verbal).<sup>64</sup>

Por outro lado, Heloise reconhece a incidência da evasão de outros estudantes sobre o funcionamento dos NBs: “A sala era muito maior. As pessoas que estão vindo mais agora, todo mundo participa. Tinha outras pessoas que tinham uma fala também bem importante, mas que não estão vindo tanto” (informação verbal).<sup>65</sup>

Vitória (estudante) também aponta limitações para os NBs. Ela relata que se interessa por essa proposta, mas alude que o núcleo do qual ela faz parte não está funcionando muito bem, uma vez que a maioria das pessoas não tem tempo para participar das tarefas do núcleo, já que excedem o horário normal de aula.

De acordo com a estudante, muitas pessoas trabalham ou estão atreladas aos compromissos escolares e quando vêm para o Cursinho acabam focando no conteúdo das aulas.

---

<sup>63</sup> Entrevista fornecida por Marcelo, na Escola Nacional Paulo Freire, em São Paulo, em outubro de 2019.

<sup>64</sup> Entrevista fornecida por Heloise, no Cursinho Podemos Mais Heliópolis, em São Paulo, em outubro de 2019.

<sup>65</sup> Entrevista fornecida por Heloise, no Cursinho Podemos Mais Heliópolis, em São Paulo, em outubro de 2019.

Em suas palavras: “O NB acaba até sendo esquecido, acaba sendo só lembrado que existe a ideia do curso mesmo” (informação verbal).<sup>66</sup> A fala de Vitória traz, mais uma vez, o impasse entre tempo livre e engajamento:

O cursinho me motiva tipo assim: Às vezes tem os protestos, a gente se junta e vai lá nos protestos e: “tamo aqui”, sabe. Mas em movimento social eu não me engajo muito por questão de eu já ter meio que estabelecido pra mim, já entendido, que eu não sou uma pessoa que tem tempo, infelizmente. E daí o movimento social exige um empenho, quem tá aqui movimentado o cursinho trabalha, estuda e ainda tem o compromisso de vir toda noite pra cá, sabe. É um compromisso que eu não tenho tempo pra ter. Eu tenho interesse, eu acho incrível quem faz isso, quem se dedica a isso, mas eu não consigo ter disponibilidade. Mas eu tenho interesse. (informação verbal).<sup>67</sup>

O interesse por maior participação política existe, mas a indisponibilidade de tempo se impõe. Heloíse, por exemplo, conta que embora não se engaje tanto quanto gostaria, simpatiza muito com essa ideia.

Olha, gostaria de ser mais [engajada em movimentos]. Antes de entrar na Podemos Mais, no Cursinho, eu tive a oportunidade de ir em alguns congressos da UBES<sup>68</sup> e foi ótimo, adorei, eu sempre quis fazer parte de alguma coisa do tipo. E aí, entrando no Cursinho, portas se abriam pra que isso acontecesse, porque fui nas manifestações e tudo mais e foi bem legal. (informação verbal).<sup>69</sup>

Frente ao exposto, vale ponderar sobre o posicionamento dos militantes do Cursinho em relação ao impasse apresentado aqui entre tempo disponível e engajamento político. O problema parece ser de conhecimento dos integrantes do Núcleo Político Pedagógico, como é possível perceber no relato de Marcelo:

Você tem a disputa interna, dentro de casa, as coisas de casa; você tem a disputa do mercado de trabalho que tá ali e o Cursinho precisa ter essa dinâmica de mais tempo. [...]  
O desafio é: como a gente vai construir uma organicidade que essas pessoas [os estudantes] possam contribuir no tempo que elas têm pra contribuir e na forma que elas têm pra contribuir? Essa é a nossa grande dificuldade. Mas essas pessoas ainda estão próximas [...], elas estão construindo o Cursinho de certa maneira. [A questão] é como nós fazemos isso ser irradiado pra mais gente. (informação verbal).<sup>70</sup>

A noção de que o processo de construção do Cursinho ainda é inicial e, logo, de difícil

<sup>66</sup> Entrevista fornecida por Vitória, no Cursinho Podemos Mais Heliópolis, em São Paulo, em outubro de 2019.

<sup>67</sup> Entrevista fornecida por Vitória, no Cursinho Podemos Mais Heliópolis, em São Paulo, em outubro de 2019.

<sup>68</sup> Criada em 1948, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) é a entidade estudantil que representa os estudantes de ensino fundamental, ensino médio, ensino técnico e ensino pré-vestibular do Brasil.

<sup>69</sup> Entrevista fornecida por Heloíse, no Cursinho Podemos Mais Heliópolis, em São Paulo, em outubro de 2019.

<sup>70</sup> Entrevista fornecida por Marcelo, na Escola Nacional Paulo Freire, em São Paulo, em outubro de 2019.

avaliação, parece ser unânime entre os militantes. O que não significa dizer que não tenham sido feitas considerações quanto ao transcurso até aqui, pois eles analisam com atenção essa fase inicial. Conforme Kauê (NPP do cursinho de Heliópolis e secretário da Rede):

A experiência aqui de Heliópolis tem dado pistas que [o engajamento dos estudantes no cursinho] é pela construção de vínculos. Então não [fazemos] necessariamente coisas diretamente ligadas ao cursinho, tipo, a gente saiu pra ver peça de teatro com eles, a gente foi ao parque com eles, no museu com eles, então isso foi criando vínculos para além da sala de aula, que fez com que eles fossem nos atos em defesa da educação. Em um dos atos eles estavam a grande maioria, assim, a turma, contribuindo, junto com o bloco do Levante e tal, na agitação, com intervenção do próprio Cursinho e tal. Então nós estamos meio que entendendo que essa coisa do vínculo é muito importante, nós estamos nos jogando mesmo nessa experiência em Heliópolis a partir disso. Então teve educandas que se inscreveram pra Fuvest e não conseguiram pagar a taxa, não tinham dinheiro e o Cursinho se organizou, fez um mutirão pra levantar recurso e pagamos a inscrição das três [...]. Tipo, gestos que vão afirmando essa vinculação nossa com eles e deles conosco também [...] (informação verbal).<sup>71</sup>

A formação de vínculos entre o Cursinho, os estudantes e a comunidade foi um ponto bastante defendido pelos militantes para essa primeira etapa. Nesse sentido, Kauê aponta também a importância da interação com as famílias:

Uma outra chave para o trabalho com os educandos — um apontamento que a gente tem muita dificuldade ainda e nós temos pensado como que a gente envolve o nosso campo político nisso — que é o trabalho com as famílias. Não tem como a gente querer que o trabalho com esses jovens seja só ali com eles, se não tiver uma interlocução com a família — nós também estamos tentando buscar referências, também temos lido algumas coisas do Makarenko sobre o trabalho com as famílias. Temos experiências de pais que contribuem e ajudam muito no processo e isso vai criando enraizamento no território. Mas muitos dos problemas que eles [os estudantes] vão desenvolvendo, principalmente psicológicos, vem das questões familiares; da pressão familiar; da abordagem como a família lhes trata e tal. E a família também é um apoio para iniciativas que o Cursinho possa fazer: uma viagem, uma visita ao museu, participar de alguma atividade do Movimento. Se a família não conhece e não confia, muito difícil ela vai permitir que esse jovem saia e faça as coisas conosco. (informação verbal).<sup>72</sup>

Com essas falas fica mais uma vez evidente que o cursinho de Heliópolis não encerra seus objetivos em si mesmo e está construído para fora, levando em consideração o contexto social do território como elemento chave para o cumprimento de seus propósitos de engajamento. Essa perspectiva nos parece ser de grande importância, em virtude de sabermos que é de fora da sala de aula que vêm os impedimentos para que os jovens estudem e atuem

<sup>71</sup> Entrevista fornecida por Kauê, na Escola Nacional Paulo Freire, em São Paulo, em outubro de 2019.

<sup>72</sup> Entrevista fornecida por Kauê, na Escola Nacional Paulo Freire, em São Paulo, em outubro de 2019.

politicamente.

Vemos, a partir da análise feita até aqui, que a condição de classe dos estudantes do Cursinho é a principal contradição que lhes cobra a continuidade dos estudos e que também lhes bloqueia a possibilidade de fazê-lo. Essa provavelmente é a principal antinomia pela qual proceder com o trabalho de base do Cursinho.

Esse se mostra um caso evidente do capitalismo dependente, em que a grande maioria da população está na condição de “despossuídos do sistema”. Não há se quer a efetivação de sua integração enquanto classe à estrutura produtiva, temos aqui jovens que estão impedidos de acessar direitos básicos da modernidade capitalista, como o direito à educação (nos moldes liberais).

Frente ao dilema, vimos que Fernandes (2019) acena para a atuação política em torno dessas pautas imediatas, e, o que é fundamental, que esse engajamento deve estar associado ao debate e à luta em torno de um projeto político socialista. As expectativas do Levante em relação aos cursinhos parecem estar em consonância com essa ideia, a questão que se coloca é como fazê-lo.

Os militantes do cursinho de Heliópolis demonstraram estar atentos ao contexto social dos estudantes e têm buscado criar vínculos de solidariedade com esses jovens a fim de atender o que denominaram de pautas econômicas. Contudo, como executar esse plano sem negligenciar a disputa ideológica e o engajamento em um projeto de sociedade contra-hegemônico? Esse será um dos desafios que o Cursinho encontrará pela frente.

### 3.2.4 Os educadores: intersecções entre os jovens universitários e o território

O Cursinho Podemos Mais Heliópolis conta com dez professores, a maioria estudantes de graduação e outros já formados. Alguns são militantes do Levante, outros encontram no Cursinho sua primeira experiência de engajamento. Em verdade, como relata Marcelo (militante do Levante e integrante do NPP do Cursinho), uma boa parte dos educadores nunca havia participado de um curso pré-vestibular popular ou de outra prática docente.

Não tivemos informações suficientes para afirmar, com segurança, a qual estrato social pertencem esses professores, todavia o fato de estarem na universidade, ou terem passado por ela há algumas décadas, poderia associá-los diretamente à classe média. Atualmente essa informação por si só não é suficiente para apontar a capa social a qual pertencem os jovens, nesse caso seria necessário cruzar o nível escolar com outras informações, como o tipo de

universidade em que ingressaram — pública ou privada, de alto ou de baixo custo —, se ingressaram por meio das políticas afirmativas, se cursaram a graduação como bolsistas, etc.

Em outras palavras, embora ainda sejam poucos os jovens universitários que não pertencem à camada média, é preciso considerar que nos últimos anos aumentaram os meios de ingresso das camadas populares no ensino superior. Assim, o fato de os professores do Cursinho serem universitários, ou graduados, aponta grandes chances de que pertençam à classe média, contudo essa relação não é direta.

Figura 17 — Professores e organizadores do Cursinho Podemos Mais Heliópolis, 2019



Fonte: Instagram dos Cursinhos Podemos Mais.<sup>73</sup>

Buscamos nesta sessão analisar a aproximação entre os educadores e o cursinho de Heliópolis, e nos interessou, sobretudo, observar os limites e possibilidades da relação entre o meio estudantil e o território. Marcelo aponta que, de maneira geral, os professores passam por alguma dificuldade no que tange à compreensão de como funcionam as instâncias organizativas do Cursinho, além disso aparentam ter certa dificuldade em se entenderem enquanto corresponsáveis pela construção desse espaço, embora o grupo tenha avançado no processo.

<sup>73</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/cursinhospodemormais/> Acesso em: 4 de out. de 2020.

Em alternativa, Marcelo coloca que os educadores são participativos nas práticas extraclasse, como atividades culturais e ações políticas. Por exemplo, o Cursinho esteve presente, junto ao bloco do Levante, nos atos pela educação em 2019, e a participação dos educadores foi quase integral. Havendo, inclusive, quem estivesse interessado em se aproximar do Movimento.

O caso do educador Pedro é um exemplo de interesse e engajamento dos professores na construção do Cursinho e, em certa medida, na aproximação com o Levante. Jovem de 23 anos e estudante de letras português na Universidade de São Paulo (USP), ele nos relata que não sabia da existência do Levante, nem da Rede Podemos Mais, e que seu primeiro contato foi quando os jovens do Movimento passaram em sua sala de aula em busca de educadores para os cursinhos populares. Segundo ele:

De certa maneira eu vim pro Cursinho pelo entusiasmo que eu percebi do Levante. Sendo bem específico — do Levante —, eu nunca fui de conhecer o movimento estudantil. Tipo, a proposta do Levante foi tão concreta. Assim: “Ó, cursinho popular na periferia”. Eu falei: “Uau, olha que da hora”. Aí nisso já me atraiu bastante. E eu tenho a impressão que isso é o mesmo motivo que faz com que eles [os estudantes do Cursinho] se engajem também nesse tipo de movimento. Tanto no Cursinho em si, que já é um baita movimento — tipo, ele estar lá já é muita resistência — mas, por exemplo: a gente conseguiu organizar a turma pra ir em umas três ou quatro manifestações. Então, a galera real produzia material e foi, animada, tanto que um deles participou da bateria do Levante, cantou também, participou ativamente e até mostrou interesse tanto de voltar no Cursinho pra colaborar [...] quanto de participar do Levante em si, porque é isso, você vê coisas acontecendo, você vê que tem uma galera junta buscando realizar coisas. E não é “falação” porque o Cursinho tá lá, entendeu? [...]. (informação verbal).<sup>74</sup>

Pedro é bastante ativo na construção do Cursinho, além de educador ele é o único professor que se dispôs a compor o Núcleo Político Pedagógico. Quando lhe perguntamos se era militante do Levante, ele disse que essa era uma pergunta difícil de responder e completou dizendo que estava engajado no cursinho de Heliópolis. O que pode ensejar certa aproximação com o Movimento.

Em sua fala chama-nos a atenção o seu desinteresse pelo movimento estudantil na sua forma convencional, ao mesmo tempo em que manifesta entusiasmo com a oportunidade de participar da construção de um cursinho popular. Relacionado a isso, o educador enfatiza positivamente o apelo do Levante em relação a uma demanda concreta da juventude — o ingresso no ensino superior.

Essa perspectiva nos remete às atuais mudanças nos interesses e formas de engajamento

---

<sup>74</sup> Entrevista fornecida por Pedro, na USP, em São Paulo, em outubro de 2019.

político entre os universitários, processo descrito por Sposito *et al.* (2020), como vimos no primeiro capítulo. Nessa continuidade, o Cursinho demonstra uma potencialidade em aproximar uma parcela dos jovens que querem militar, porém não se identificam com as formas de atuação vigentes no meio estudantil.

Fora isso, a experiência de Pedro confirma as ideias de Fernandes (2019) e Foracchi (1972) sobre a capacidade das lutas pelas necessidades imediatas — traduzidas no Cursinho como o acesso ao ensino superior — enquanto elemento dinamizador de engajamento político entre a classe trabalhadora.

O relato de Dara, secretária da Rede Podemos Mais, endossa essas características do Cursinho. Segundo ela:

[...] o Levante tem sido visto como essa organização que tem conseguido trazer a partir dos cursinhos algo de concreto para a vida das pessoas e que tem colocado a “mão na massa”. Então tem educadores que já falaram comigo: “Nossa eu fui convidado pra contribuir com um cursinho popular lá não sei aonde, e aí eu fui lá, só que eu achei [algo] tão distante, muito acadêmico. E aqui não, aqui vocês põe a ‘mão na massa’ mesmo, têm uma perspectiva diferenciada” — que é a concepção de educação que a gente traz e da proposta metodológica de trabalho. (informação verbal).<sup>75</sup>

O interesse de Pedro, nos aspectos políticos do Cursinho, fica especialmente evidente quando, ao responder o questionário, ele aponta que sua principal motivação para participar da construção desse espaço educativo é sua proposta de formar jovens críticos e engajados politicamente. Além disso, o educador colocou como o aspecto mais positivo do Cursinho os espaços de participação ativa dos jovens, como os núcleos de base, as reuniões de coordenação e as assembleias.

De qualquer modo, não são todos os educadores que se interessam pelos aspectos políticos desse local de ensino. Kauê (também secretário da Rede Podemos Mais) comenta que em todos os cursinhos aparecem três perfis de professores: aqueles que querem se engajar para além das aulas ministradas, aqueles que se comprometem com o básico e aqueles que nem mesmo conseguem dar conta da demanda mínima e há, inclusive, aqueles que criticam os métodos e objetivos, como ocorreu em Heliópolis.

Alguns educadores manifestaram sua discordância frente a postura do Cursinho, argumentando que sua dinâmica estaria mais focada em politizar e organizar os estudantes do que prepará-los para o Enem. Sobre esse evento, a educadora Fernanda relata que:

---

<sup>75</sup> Entrevista fornecida por Dara, na Escola Nacional Paulo Freire, em São Paulo, em outubro de 2019.

Tivemos alguns atritos, algumas questões, algumas críticas que alguns educadores queriam colocar pro Núcleo Pedagógico [NPP], mas [o fizeram] no espaço que se tinha em comum [que] era a CPP, onde também tinha os educandos. E por mais que eles tenham que participar — e é importante que eles estejam no papel de decisão — acho que muitas vezes a gente coloca [...] críticas que tão vindo com uma bagagem que os educandos ainda não têm. E não foi colocado de forma a construir isso com eles. Os educadores são a maioria [...] estudantes das licenciaturas, então tão vendo uma série de autores [...] e aí começam a fazer críticas muito teóricas. Não só muito teóricas no sentido de estar desvinculado da prática, mas com uma bagagem teórica que os educandos não têm e ao fazer essa discussão eu acho que dificultou a relação com os educandos [...]. (informação verbal).<sup>76</sup>

O posicionamento carregado de postura acadêmica e conceitos teóricos, tal como ilustrou Fernanda, pode indicar aquilo que Foracchi (1965; 1972) percebeu, entre os jovens do movimento estudantil, como uma tendência a se definir unicamente pela sua função de estudante e ignorando, portanto, o aspecto de classe que lhes atravessa. Isso explicaria, de certo modo, a contraposição desses educadores aos objetivos políticos do Cursinho — que exigem compreensão da luta de classes — em favor do enaltecimento do conhecimento teórico.

Essa ocorrência aponta para possíveis dificuldades em interseccionar o engajamento dos jovens universitários ao dos jovens do território, uma vez que ao negarem a si mesmos a condição de classe os universitários tampouco poderão reconhecer essa característica nos jovens da periferia do sistema. Isso incorre no isolamento entre as camadas sociais que compõem a classe trabalhadora, fenômeno característico das sociedades de capitalismo dependente.

Por fim, é importante destacar também que estão entre o grupo docente dois militantes do Levante, Kauê e Fernanda. Seus relatos, já trazidos nas sessões anteriores, apontam para a sua compreensão e acordo em relação aos pressupostos políticos que o Movimento, por meio da Rede Podemos Mais, coloca para os cursinhos.

A pesquisa feita junto aos educadores careceu de mais dados qualitativos e quantitativos, assim, nossa avaliação sobre a relação desse grupo com o Cursinho opera no sentido de fazer alguns apontamentos gerais, que vão necessitar de maiores aportes advindos de pesquisas futuras.

Como percebemos na exposição aqui apresentada, existe mais de um perfil de jovens universitários, ou já graduados, que dão aula no cursinho de Heliópolis. Não sabemos ao certo qual sua condição de classe, entretanto existe considerável possibilidade de pertencerem a camada média. A principal variação de contornos está nas suas perspectivas políticas e

---

<sup>76</sup> Entrevista fornecida por Fernanda, na Escola Nacional Paulo Freire, em São Paulo, em outubro de 2019.



expectativas em relação ao Cursinho.

Vimos educadores totalmente ajustados aos métodos e objetivos do Cursinho, outros em acentuado processo de abertura para essa proposta, alguns em discordância, e temos relatos daqueles cujas expectativas e postura política estão restritas ao ato de dar aula em um espaço educativo popular. A discrepância nos anseios dos professores em relação ao cursinho de Heliópolis é uma contradição com a qual os militantes do Levante terão de lidar.

A questão que se coloca é como harmonizar cada uma dessas perspectivas aos objetivos do Cursinho, que são claros: por meio da luta pelo acesso ao ensino superior engajar os jovens das camadas populares em um projeto contra-hegemônico de sociedade, com vistas a construção do socialismo e superação do capitalismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou investigar os limites e as possibilidades do Cursinho Podemos Mais Heliópolis em estimular o engajamento político para os jovens que o compõem. Para tanto, priorizamos uma análise que considerasse a condição de classe desses jovens e as possibilidades de atuação política que daí resultavam.

Nesse intento, procuramos compreender em um primeiro momento — sempre a partir do recorte de classe — a estratégia política do Levante Popular da Juventude e o papel da pauta educacional e da Rede Podemos Mais na sua luta do Movimento. Em seguida adentramos no cursinho de Heliópolis, buscando compreender de que forma os jovens, em sua situação de classe, se relacionavam com esse cursinho e quais seriam suas possibilidades de atuação política a partir daí.

A análise nos demandou mais trabalho do que esperávamos, uma vez que para dar conta de compreender o papel da Rede Podemos Mais e do Cursinho na luta de classes, tivemos que dar conta de entender a estratégia política do Levante também nesse cenário. Esse objetivo, por si só, já poderia ser foco de análise de uma dissertação, visto que não existem estudos suficientes sobre a estratégia política do Levante a partir do recorte de classe.

Em verdade, não há trabalhos bastantes sobre o Levante de modo geral e os estudos existentes estão focados nas microanálises e com foco nas relações interpessoais que ocorrem no interior da Organização. Na maior parte dos trabalhos ficam de lado os elementos que consideramos fundamentais para compreensão do Movimento — os seus pressupostos socialistas — que como demonstramos nesta dissertação aparecem inúmeras vezes em seus documentos e em sua atuação política.

Diante desse cenário, tivemos que fazer uma pesquisa em fontes primárias não só para compreender o cursinho de Heliópolis e a Rede Podemos Mais, mas também a estratégia política do Movimento. Considerados os limites de uma dissertação, ponderamos que tão amplo assunto só preliminarmente pôde ser abordado aqui, sendo necessários trabalhos futuros que, sob a perspectiva de classe, se detenham mais a fundo sobre cada uma das partes: estratégia política e cursinhos populares.

Passando às hipóteses, a primeira era de que a construção dos cursinhos populares pelo Levante estaria em diálogo com a estratégia contra-hegemônica de superação do capitalismo encampada pelo Movimento, o que se confirmou ao longo do nosso trabalho. A Organização busca massificar suas fileiras de militantes e para isso procura expandir sua força política

concentrada no movimento estudantil para os territórios urbanos periféricos.

Nessa lógica, os cursinhos populares são vistos como um meio de inserção nos territórios, possibilitando a construção de vínculos com os jovens que ali vivem e, no processo de luta pelo acesso ao ensino superior, se espera evidenciar as contradições do sistema capitalista dependente.

Esse trabalho pressupõe um esforço constante pela formação da consciência de classe entre os jovens das camadas populares, visando a construção de um projeto de sociedade contra-hegemônico. Esse intento conta com a transferência de força política do movimento estudantil para as periferias, dessa forma, os cursinhos se propõem a tarefa mútua de engajar tanto os jovens dos territórios quanto os jovens do meio estudantil universitário.

A segunda hipótese era de que o cursinho de Heliópolis — construído no bairro de mesmo nome, na cidade de São Paulo — estaria direcionado para o engajamento político dos jovens que o compõem, com vistas à luta de classes. Sendo assim, supúnhamos que o Cursinho não encerraria as suas atividades em si mesmo, mas, considerando os objetivos do Movimento com os cursinhos em geral, estaria voltado para o território onde vivem os estudantes que o compõem.

Esse prognóstico também se cumpriu no decorrer da pesquisa, vimos que tais objetivos estão colocados para o Cursinho Podemos Mais Heliópolis, e seus militantes têm se empenhado nessa lógica. Não obstante, existem desafios, os quais já foram apontados no terceiro capítulo desta dissertação, contudo sintetizaremos brevemente aqui e tomaremos a liberdade de fazer algumas considerações a partir do embasamento teórico que utilizamos para este trabalho.

Constatamos que os estudantes que fazem parte do cursinho de Heliópolis apresentam dificuldades expressivas em conciliar a rotina de trabalho com os estudos. Nesse sentido, a evasão de estudantes é significativa e a indisponibilidade para a participação no cursinho, para além das aulas, é também notável.

Os dados apontaram características concisas acerca da condição de classe dos estudantes, a condição de jovens trabalhadores, imersos no esforço cotidiano pela existência e subsistência se mostrou um dos principais impedimentos para a continuidade dos estudos e para o engajamento político. Essa situação apresenta significativos limites aos objetivos políticos do Cursinho, mas também é o ponto fulcral em que podem ser encontradas as possibilidades para a luta de classes.

Como aponta Fernandes (2018, 2019), as necessidades imediatas das camadas subalternas nos países de capitalismo dependente se convertem em pontos fundamentais da luta

de classes. Nessas sociedades a burguesia abandonou a Revolução Nacional e, portanto, as reformas dentro da ordem e, assim, temos uma massa de despossuídos, sem condições mínimas de existência e sem condições nem mesmo para se situarem enquanto classe em si.

Para Fernandes (2018, 2019), a condição de classe será alcançada a partir do engajamento nas pautas concretas. É nesse exercício, inclusive, que se pode promover a conscientização dos trabalhadores, e passar da classe em si à classe para si — já que o engajamento nas demandas imediatas deve mostrar, no processo, que para alcançá-las é necessário fazer contraposição ao capitalismo dependente, encampando um projeto contra-hegemônico de sociedade, o que demanda elevado grau de consciência de classe.

O acesso ao ensino superior no contexto analisado é uma dessas demandas imediatas, e a impossibilidade dos jovens das camadas populares em o realizar — uma vez que mal conseguem acessar a um cursinho gratuito e próximo de suas residências — revela os limites do capitalismo dependente. Transformar essa antinomia em objeto de luta e consciência de classe é o desafio ao qual o Levante deve se lançar por meio desses locais de ensino.

O quadro apresentado pela nossa investigação mostrou algumas potencialidades para essa tarefa. Pudemos notar uma identificação de alguns jovens com o Cursinho, dado o seu caráter político e sua construção dentro da comunidade, processo que, até mesmo, pode ser otimizado com a aproximação que, por meio do Cursinho, o Levante tem feito com as organizações políticas locais.

Percebemos também que alguns estudantes têm curiosidade de compreender o contexto social que os circunda e apreender os elementos causais de sua realidade. Os educandos buscam participar dos atos políticos e manifestam interesse pela participação ativa no Cursinho por meio dos NBs.

Essa abertura política demonstrada pelos estudantes é, como já mencionado, abalada pela sua rotina de trabalho. Não obstante, o Núcleo Político Pedagógico do Cursinho, composto quase que completamente por militantes do Levante, tem direcionado a atuação desse espaço educativo para fora da sala de aula, mirando no contexto social dos jovens, estreitando vínculos com eles, se aproximando de instituições e organizações locais, ponderando formas de fazer contato com as famílias.

O direcionamento do Cursinho para fora da sala de aula nos parece um sinal de sensibilidade e discernimento político por parte do NPP e um caminho promissor para dar continuidade ao trabalho de base. No entanto, a transição de militantes do movimento estudantil — em que o Levante possui grande incidência e elevada capacidade de mobilização e

organização política — para os territórios nos quais se encontram os cursinhos será um elemento fundamental nessa luta.

A intersecção entre o meio estudantil universitário e o Cursinho tem sido por intermédio dos professores, que estrategicamente o Movimento busca recrutar entre os estudantes universitários. Esse processo tem resultado na aproximação de educadores de variados perfis e diferentes perspectivas políticas.

Essa situação demonstra por um lado certa capacidade desses locais de ensino em aproximar da luta uma diversidade ampla de jovens universitários, mas também apresenta limitações na medida em que é necessário manter o foco na luta de classes, concepção nem sempre compartilhada pelos professores.

Nesse cenário é fundamental que acadêmicos e jovens da periferia compreendam seu lugar de classe na sociedade, e essa deverá ser uma busca constante do Cursinho. Conseguimos afirmar, com o respaldo de Foracchi (1965, 1972), que a aproximação dos jovens universitários junto às classes baixas urbanas é fundamental para a organização e o acúmulo de força da classe trabalhadora no capitalismo dependente.

Como afirma a autora, somente na luta conjunta com as demais frações da classe trabalhadora os jovens universitários poderão derrubar as barreiras impostas às suas necessidades que, em última instância, são suas necessidades de classe. As camadas populares, por sua vez, encontram nas demandas concretas de sobrevivência a condição para se formarem em classe em si, mas que junto aos jovens universitários poderão se transformar em classe para si, na medida em que converterem os embates pelas necessidades imediatas em luta revolucionária por um projeto de sociedade contra-hegemônico e socialista.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Joane dos Santos. **Juventude, participação e projeto popular**: a experiência político-organizativa do movimento “Levante Popular da Juventude”. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.
- JOVENS ALCONSCIENTES. **Balada Black**. 2014. Disponível em: <https://ja2014.wordpress.com/sobre/>. Acesso em: 15 out. 2020.
- BOCCA, Pedro Paulo. **Livre-comércio dependente, lutas sociais e a formação de um campo antineoliberal na América Latina**. 2013. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.
- CAETANO, Camila Arelaro. **A arte na construção de um bairro educador**: uma inspiração freiriana na cidade de São Paulo. 2015. 101 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.
- CURSINHO PODEMOS MAIS. **Cursinho Podemos Mais**. 2020. Instagram: @cursinhospodemormais. Disponível em: <https://www.instagram.com/cursinhospodemormais/>. Acesso em: 04 out. 2020.
- DALMAGRO, Sandra Luciana; BAHNIUK, Caroline. A CLASSE TRABALHADORA E SUAS LUTAS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: sínteses do debate marxista. **Revista Trabalho Necessário**, [S.l.], v. 17, n. 34, p. 42-59, 26 set. 2019. Pro Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - UFF. <http://dx.doi.org/10.22409/tn.17i34.p38135>.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- FERNANDES, Florestan. **O que é revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- FERNANDES, Florestan. **Reflexões sobre a construção de um instrumento político**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- POCHMANN, Marcio; FERREIRA, Eliza Bartolozzi. ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E IGUALDADE NO EXERCÍCIO DO DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL: embates do início do século XXI. **Educação & Sociedade**, [S.l.], v. 37, n. 137, p. 1241-1267, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302016160477>.
- FERREIRA, Mariana Davi. Para uma introdução à tese do capitalismo dependente no pensamento de Florestan Fernandes. **Argumentos - Revista do Departamento de Ciências**

**Sociais da Unimontes**, [S.L.], p. 40-68, 12 set. 2019. Revista do Departamento de Ciências Sociais da UNIMONTES. <http://dx.doi.org/10.32887/issn.2527-2551v16n2p.40-68>.

FORACCHI, Marialice M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Ed. Pioneira, 1972.

FORACCHI, Marialice M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

FRENTE BRASIL POPULAR (org.). **Compromissos da Militância**. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://www.frentebrasilpopular.org.br/conteudo/compromissos-da-militancia/>. Acesso em: 21 out. 2020.

FREY, Luisa. **Derrubando paredes e estereótipos na favela**. 2016. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/derrubando-paredes-e-estere%C3%B3tipos-na-favela/a-36264353>. Acesso em: 10 out. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. “O desafio educacional” de Florestan Fernandes. **Revista Desenvolvimento e Civilização**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 25-35, 27 abr. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação profissional e capitalismo dependente: o enigma da falta e sobra de profissionais qualificados. **Trabalho, Educação e Saúde**, [S.l.], v. 5, n. 3, p. 521-536, nov. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1981-77462007000300011>.

GALVÃO, Andréia. Ideologia e política nos movimentos sociais da América Latina. In: XXVII CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA. VIII JORNADAS DE SOCIOLOGÍA DE LA UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES. ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, BUENOS AIRES, 2009., 27., 2009, Buenos Aires. **Anais [...]**. Buenos Aires: Congreso de La Asociación Latinoamericana de Sociología, 2009. p. 1-20.

GALVÃO, Felipe dos Santos. “**Ousar lutar, organizando a juventude pro Projeto Popular**”: resistência, luta e organização da juventude proletária, o Levante Popular da Juventude em foco. 2015. 216 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2105.

GUILMO, Nataly; REMUS, Gabriel; RUAS, Diego (Org.). **Levantes da Resistência**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

HARNECKER, Marta. **Vanguardia y crisis actual**. Buenos Aires: GenteSur, 1990.

IANNI, Otávio. **O jovem radical**. IN: BRITO, Sulamita. Sociologia da Juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

LEHER, Roberto. Apresentação para **Universidade brasileira: reforma ou revolução?**, de Florestan Fernandes, 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. **Levante Popular da Juventude**. 2019. Facebook: Levante Popular da Juventude. Disponível em: <https://www.facebook.com/levantepopularдаjuventude>. Acesso em: 29 jul. 2019.

MAGALHÃES, Ana Thereza Reis. **Cursinhos populares e o acesso ao ensino superior: contribuições para além do conteúdo**. 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia Educacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2018.

MARA, Eduardo. **Pacto social e hegemonia burguesa: a reforma do neoliberalismo na era lula**. 2016. 418 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

MARTINS, Suely Aparecida. **A formação política da juventude do Movimento Sem Terra no estado do Paraná**. 2009. 281 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MC Bin Laden. **BOLOLO HAHA (Clipe Oficial)**. Direção de Raphael e Emerson. Produção de Dj Biel Rox. Roteiro: Raphael e Emerson. Música: Bololo Haha. [S.l.]: Kl Produtora, 2019. (3 min27s.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dwEm-rU5sAE>. Acesso em: 02 out. 2020.

MEMÓRIAS Heliópolis. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UC4VzJCmt2zUtj23tZZMAbGA>. Acesso em: 13 maio 2020.

PALUDO, Conceição *et al* A educação popular no Levante Popular da Juventude do Rio Grande do Sul: renovações e permanências. **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 545-571, abr./jun. 2016.

AGÊNCIA BRASIL. **PLEBISCITO revela que maioria dos eleitores é contra a Alca**. 2002. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/node/587756>. Acesso em: 5 out. 2020.

POCHMANN, Marcio. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.l.], v. 25, n. 1, p. 89-99, jan. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232020251.29562019>.

UNAS: Heliópolis e região. **QUEM somos**. 2020. Disponível em: <https://www.unas.org.br/>. Acesso em: 4 out. 2020.

La Via Campesina: Movimiento Campesino Internacional. **QUIENES somos**. 2019. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/la-via-campesina-la-voz-las-campesinas-los-campesinos-del-mundo/>. Acesso em: 29 jul. 2019.

SILVA, Hugo Fanton Ribeiro da. Contradições e disputas na política de convênio entre Estado e movimentos populares nos anos 2000: o caso Heliópolis. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [S.l.], n. 105, p. 149-180, set. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-149180/105>.



SILVA, Luisa Caetano Escobar da. **Por dentro da escola “sem paredes”**: relações educativas na favela de Heliópolis (SP). 2019. 205 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

SOARES, Cláudia Cruz. **Heliópolis prática educativas na paisagem**. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SPOSITO, Marília Pontes; SOUZA, Raquel; SILVA, Fernanda Arantes e. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. **Educação e Pesquisa**, [S.L.], v. 44, p. 1-24, 21 dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-4634201712170308>.

SPOSITO, Marília Pontes; ALMEIDA, Elmir de; CORROCHANO, Maria Carla. JOVENS EM MOVIMENTO: mapas plurais, conexões e tendências na configuração das práticas. **Educação & Sociedade**, [S.L.], v. 41, p. 1-20, 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/es.228732>.

VILELA, Pedro R. Com mais de mil escolas ocupadas, movimento de secundaristas não para de crescer. **Brasil de Fato**, Brasília, 21, out., 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/10/21/com-mais-de-mil-escolas-ocupadas-movimento-de-secundaristas-nao-para-de-crescer/>. Acesso em: 1 dez. 2020.

ZAGO, Nadir. Cursos pré-vestibulares populares: limites e perspectivas. **Perspectiva**, [S.L.], v. 26, n. 1, p. 149-174, 22 abr. 2009. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795x.2008v26n1p149>.

## DOCUMENTOS OFICIAIS

CONSULTA POPULAR. **Cartilha 19** – Resoluções da 3ª Assembléia Nacional. 2007.

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. **Projeto Popular para a Educação**. Entre 2012 e 2014.

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. **Carta Compromisso do I Acampamento Nacional do Levante Popular da Juventude**. 2012.

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. **História do Levante**. Entre 2014 e 2016. Disponível em: [https://issuu.com/levantejuventude/docs/escola\\_nacional\\_de\\_forma\\_o\\_web](https://issuu.com/levantejuventude/docs/escola_nacional_de_forma_o_web). Acesso em: 20 nov. 2020.

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. **I Caderno de Debates**: preparatório para o II Acampamento Nacional do Levante Popular da Juventude. 2014a.

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. **Carta Compromisso do III Acampamento Nacional do Levante Popular da Juventude**. 2016a.

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. **Caderno de Debates I – 3º Acampamento Nacional do Levante.** 2016b.

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. **Síntese Política da Reunião da Coordenação Nacional do Levante – 9 a 12 de março de 2017.** 2017a.

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. **Reunião da Coordenação Nacional do Levante.** 2017b.

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. **Cartilha Ocupe Educação.** 2017c.

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. **Relato Reunião Frente Territorial.** 2017d.

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. **Síntese Política – Reunião da Coordenação Nacional do Levante.** 2018a.

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. **Circular nº 20/2018 – Seminário Nacional da Rede de Cursinhos Podemos Mais.** 2018b.

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. **Rede de Cursinhos Populares Podemos Mais: como construir um cursinho popular?** 2018c.

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. **I Seminário Nacional – Podemos Mais.** 2018d.

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. **4º Acampamento Nacional do Levante: roteiro de debates estratégicos.** 2019a.

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. **Reunião da Coordenação Nacional do Levante Popular da Juventude.** 2019b.

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. **Síntese Política – Reunião da Coordenação Nacional do Levante Popular da Juventude – 4 a 7 de abril de 2019.** 2019c.

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. **Cartilha de Formação de Formadores do Levante Popular da Juventude – 2ª Edição.** 2019d.

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. **Mapa da Rede de Cursinhos Populares Podemos Mais.** 2019e.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO

### ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO PARA MEMBROS DA SECRETARIA NACIONAL DA REDE NACIONAL DE CURSINHOS POPULARES PODEMOS MAIS DO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE

1. O que significa o Cursinho estar articulado à estratégia nacional do Levante?
2. O Levante tem colocado os cursinhos como uma das principais ferramentas de massificação, enraizamento no território e luta ideológica. Você poderia me explicar melhor o que significa cada um desses pontos e por que o movimento chegou a esta avaliação?
3. Em que medida estes propósitos têm sido cumpridos?
4. Tendo em vista os objetivos traçados para os cursinhos, quais ambientes vocês têm avaliado ser melhores para acontecer o Cursinho? Nos bairros/periferias, nas escolas, nas universidades, onde?
5. O Levante aponta as parcerias com ONGs, sindicatos, movimentos sociais, associações de bairro como fundamentais para dar estrutura aos cursinhos e para o seu enraizamento nos territórios. Como tem sido essa relação? Quais seus limites e possibilidades?
6. Por que o Levante definiu a ferramenta cursinho como uma de suas apostas principais de luta? Qual o lugar dos cursinhos na estratégia do Levante?
7. Como tem sido a adaptação dos cursinhos organizados pelo Levante antes do surgimento da Rede Podemos Mais?
8. Como é a relação dos professores com a metodologia e a perspectiva política dos cursinhos? Se tem conseguido garantir professores com compreensão acerca dos objetivos político pedagógicos da Rede? Os professores têm participado das reuniões e da construção dos cursinhos?
9. É possível perceber alguma aproximação dos professores que não são militantes com o Levante ou com as lutas sociais em geral?
10. Qual o perfil dos estudantes que participam dos cursinhos? Tem-se conseguido fazer um recorte socioeconômico, racial, de gênero, etc? Tem havido participação dos jovens do território e das escolas públicas?
11. Como vocês avaliam a reação dos estudantes à metodologia e à perspectiva política dos cursinhos? Os estudantes têm participado da construção do cursinho?

12. É possível perceber alguma aproximação dos estudantes com o Levante ou com as lutas sociais em geral?
13. Você pode explicar como funciona cada instância organizativa dos cursinhos e quais os limites e possibilidades de cada uma? Na prática essas instâncias têm funcionado e se aproximam da proposta da Rede? (núcleo político pedagógico, coordenação pedagógica, turmas, NBs e assembleias)
14. O Levante coloca o Cursinho também como uma ferramenta de articulação institucional, você poderia falar um pouco mais sobre esse ponto?
15. Como vocês têm avaliado o atual contexto de estrangulamento de vagas e permanência nas universidades e como isso pode afetar os cursinhos enquanto tática de luta?

#### ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O NÚCLEO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSINHO PODEMOS MAIS HELIÓPOLIS

1. Qual o perfil dos estudantes que participam do cursinho? A maior parte é do território/bairro? Qual o perfil socioeconômico, racial e de gênero dos estudantes?
2. O Levante tem colocado os cursinhos como uma das principais ferramentas de massificação, enraizamento no território e luta ideológica. Em que medida esses propósitos têm sido cumpridos aqui no Cursinho Helipa?
3. Como você avalia o fato de o Cursinho Helipa ser construído dentro da comunidade? Isso tem feito alguma diferença para alcançar os objetivos do Movimento com o Cursinho? Como?
4. O Cursinho Helipa é construído em parceria com alguma associação, movimento, sindicato ou qualquer outra instituição da comunidade? Como tem sido essa relação? Quais seus limites e possibilidades?
5. Todos os professores do Cursinho Helipa são militantes do Levante? Como é a relação dos professores com a metodologia e a perspectiva política do Cursinho? Tem-se conseguido garantir professores com compreensão acerca dos objetivos político pedagógicos da Rede? Os professores têm participado das reuniões e da construção dos cursinhos?
6. É possível perceber alguma aproximação dos professores com o Levante ou com as lutas sociais da comunidade?
7. Quais estratégias o Cursinho tem utilizado para vincular os jovens ao Levante e a outros movimentos e organizações do território?

8. Como vocês avaliam a reação dos estudantes à metodologia e à perspectiva política do Cursinho? Os estudantes têm participado da construção do cursinho?
9. É possível perceber alguma aproximação dos estudantes com as lutas sociais ou mesmo com o próprio Levante?
10. Como tem funcionado cada instância organizativa dos cursinhos e quais os limites e possibilidades de cada uma? (núcleo político pedagógico, coordenação pedagógica, turmas, NBs e assembleias)
11. As questões políticas econômicas no país nos últimos anos têm afetado a procura dos jovens pelo Cursinho?

#### ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS PROFESSORES DO CURSINHO PODEMOS MAIS HELIÓPOLIS

1. Nome, idade, quanto tempo no Cursinho, quanto tempo no Levante, quais disciplinas, professor em outro local?
2. Por que você chegou a este cursinho?  
Qual o perfil dos estudantes do cursinho? (interesses, estudos, formação básica, idade, condição socioeconômica)
3. Como você avalia o fato de o Cursinho Helipa ser construído dentro da comunidade?  
Que diferenças você vê deste cursinho em relação a outros? Qual a proposta política e pedagógica deste cursinho?
4. O Cursinho Helipa é construído em parceria com alguma associação, movimento, sindicato ou qualquer outra instituição da comunidade? Como tem sido essa relação? Quais seus limites e possibilidades?
5. O que você acha da metodologia e da perspectiva política do Cursinho? Você tem conseguido participar da construção do Cursinho?
6. Você participa ou simpatiza com algum movimento social? Algum aqui da comunidade?
7. Como você avalia a reação dos estudantes à metodologia e a perspectiva política do Cursinho? Os estudantes têm participado da construção do cursinho?
8. É possível perceber alguma aproximação dos estudantes com as lutas sociais ou mesmo com o próprio Levante a partir do Cursinho?

9. Como tem funcionado cada instância organizativa dos cursinhos e como você percebe os limites e possibilidades de cada uma? (núcleo político pedagógico, coordenação pedagógica, turmas, NBs e assembleias)
10. Você percebe os estudantes interessados na sua disciplina? Você utiliza de metodologias diferenciadas?

#### ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS ESTUDANTES DO CURSINHO PODEMOS MAIS HELIÓPOLIS

1. Nome, idade, quanto tempo de cursinho, é militante do Levante, morador da comunidade?
2. Como você chegou a este cursinho? Por que você optou por este cursinho?
3. Como você avalia o fato de o Cursinho Helipa ser construído dentro da comunidade?
4. O Cursinho Helipa é construído em parceria com alguma associação, movimento, sindicato ou qualquer outra instituição da comunidade? Como tem sido essa relação? Quais seus limites e possibilidades?
5. O que você acha da metodologia e da perspectiva política do Cursinho? Você tem conseguido participar da construção do cursinho?
6. Você participa ou simpatiza com algum movimento social? Algum aqui da comunidade? Quando se deu esse envolvimento? Este Cursinho te motiva a participar de algum movimento social, político, etc? Como?
7. Como você avalia a reação dos estudantes à metodologia e a perspectiva política do cursinho? Os estudantes têm participado da construção do cursinho?
8. Como tem funcionado cada instância organizativa dos cursinhos e como você percebe os limites e possibilidades de cada uma? (núcleo político pedagógico, coordenação pedagógica, turmas, NBs e assembleias)?

## APÊNDICE B – QUESTIONÁRIOS

PESQUISA COM OS EDUCADORES E ORGANIZADORES DO CURSINHO PODEMOS MAIS HELIÓPOLIS PARA A DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE RAFAEL MÁRCIO KRETZER (UFSC)

Caro(a) Educador(a) e/ou Organizador(a):

Este questionário que você tem em mãos é parte de uma pesquisa de dissertação de mestrado que está sendo desenvolvida pelo estudante Rafael Márcio Kretzer da Universidade Federal de Santa Catarina. O objetivo da pesquisa é conhecer a condição dos jovens do Cursinho Podemos Mais Heliópolis, bem como a relação que estabelecem com este cursinho. Se você aceitar respondê-lo, saiba que sua colaboração será importante para os estudos sobre a juventude e a educação na nossa sociedade. Você não será identificado(a) e não será divulgado o nome de nenhuma pessoa que responder a este questionário. Você poderá entrar em contato com o pesquisador pelo telefone (48) 99624-1580 e e-mail rafakretzer@gmail.com em qualquer momento que achar necessário.

Muito Obrigado!<sup>77</sup>

### 1. Idade

- Menos de 15 anos
- 15 anos
- 16 anos
- 17 anos
- 18 anos
- 19 anos
- 20 a 25
- 25 a 30

---

<sup>77</sup> Formulário habilitado para receber apenas uma resposta.

Mais de 30 anos

2. Gênero

Masculino

Feminino

Outro:

3. Como você se define?

Branco

Negro

Indígena

Pardo

Asiático

Outro:

4. Qual o nome do bairro/comunidade que você mora?

---

5. Há quanto tempo neste bairro/comunidade?

Desde que nasceu

Menos de 1 ano

De 1 a 5 anos

De 5 a 10 anos

Mais de 10 anos

6. Qual meio de locomoção você usa ou usava quando ia ao Cursinho Podemos Mais Heliópolis:

Caminhando

Bicicleta

Moto

Carro

Ônibus

Metrô



( ) Outro:

7. Quanto tempo você leva para chegar ao Cursinho Podemos Mais Heliópolis?

---

8. Cidade e Estado onde você nasceu:

---

9. Com quem você mora?

( ) Com meus pais

( ) Com outros familiares

( ) Com meus filhos

( ) Com esposa(o), namorada(o)

( ) Sozinho

( ) Com amigos

( ) Outro:

10. Você se considera religioso(a)? Com qual religião você se identifica?

---

11. Qual a sua escolaridade?

( ) Cursando o Ensino Fundamental

( ) Ensino Fundamental Completo

( ) Cursando o Ensino Médio

( ) Ensino Médio Completo

( ) Cursando o Ensino Superior

( ) Ensino Superior completo

( ) Pós-graduação

12. Você estuda ou estudou em escola pública ou privada? Se passou pelos dois tipos de instituição de ensino, quanto tempo em cada um?

---

13. Em que condições você cursou ou está cursando o Ensino Superior?

- Em Universidade Privada - não bolsista
- Em Universidade Privada - bolsista
- Em Universidade Pública - não cotista
- Em Universidade Pública - cotista
- Não cursei nem estou cursando o Ensino Superior
- Outro:

14. Qual a escolaridade de seu pai (ou responsável)

- Não Alfabetizado
- Alfabetizado
- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Completo
- Pós-graduação
- Não sei

15. Qual a escolaridade de sua mãe (ou responsável)

- Não Alfabetizada
- Alfabetizada
- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Completo
- Pós-graduação
- Não sei

16. Renda familiar (soma de todos os rendimentos da família)

- Até 1 salário mínimo (Até R\$ 1.039,00)
- De 1 a 2 salários mínimos (De R\$ 1.039,00 a R\$ 2.078,00)
- De 2 a 4 salários mínimos (De R\$ 2.078,00 a R\$ 4.156,00)
- De 4 a 6 salários mínimos (De R\$ 4.156,00 a R\$ 6.234,00)
- Mais de 6 salários mínimos (Mais de R\$ 6.234,00)
- Mais de 10 salários mínimos (Mais de R\$ 10.390,00)
- Não sei
- Outro:

17. Se você mora sozinho, qual sua renda individual?

- Até 1 salário mínimo (Até R\$ 1.039,00)
- De 1 a 2 salários mínimos (De R\$ 1.039,00 a R\$ 2.078,00)
- De 2 a 4 salários mínimos (De R\$ 2.078,00 a R\$ 4.156,00)
- De 4 a 6 salários mínimos (De R\$ 4.156,00 a R\$ 6.234,00)
- Mais de 6 salários mínimos (Mais de R\$ 6.234,00)
- Mais de 10 salários mínimos (Mais de R\$ 10.390,00)
- Outro:

18. Sua família participa de algum Programa Social do Governo ou recebe algum tipo de bolsa? Qual?

---

19. Em que seu pai (ou responsável) trabalha?

---

20. Em que sua mãe (ou responsável) trabalha?

---

21. Quantas pessoas em sua casa possuem carteira assinada?

---

22. Analisando a sua situação de estudante, assinale a que mais corresponde à sua realidade:

- ( ) Eu só estudo
- ( ) Estudo, não trabalho, mas pretendo ou preciso trabalhar
- ( ) Estudo e trabalho
- ( ) Eu só trabalho
- ( ) Outro:

23. Com que idade você começou a trabalhar?

- ( ) Antes dos 10 anos
- ( ) 10 a 12 anos
- ( ) 12 a 14 anos
- ( ) 14 a 16 anos
- ( ) 16 a 18 anos
- ( ) 18 a 22 anos
- ( ) Após os 22 anos
- ( ) Nunca trabalhei

24. Em que você trabalha atualmente?

---

25. O que é o estudo para você?

- ( ) Estudo é preparação para o trabalho
- ( ) Estudo é um tédio
- ( ) Estudo é algo que me satisfaz
- ( ) Não sei
- ( ) Outro:

26. O que mais atrapalha seus estudos?

- ( ) O trabalho
- ( ) Cuidar dos meus irmãos menores
- ( ) As atividades domésticas
- ( ) Outros projetos de formação profissional
- ( ) Participar de movimentos sociais
- ( ) Internet/televisão/*videogame*

- Praticar esporte regularmente
- Passar muito tempo com os amigos
- Outro:

27. Por que você acha que os jovens desistem dos estudos?

- Não possuem condições financeiras
- Porque o estudo não tem serventia nenhuma
- Não possuem apoio da família
- Precisam trabalhar
- Se envolvem com álcool e/ou outras drogas
- Outro:

28. Por quanto tempo você participou do Cursinho Podemos Mais Heliópolis?

- Menos de 1 mês
- Até 6 meses
- Até 1 ano
- Até 1 ano e 6 meses
- Até 2 anos

29. Que função você exerce ou exercia dentro do Cursinho Podemos Mais Heliópolis?

- Sou educador(a)
- Sou educador(a) e participo do Núcleo Político Pedagógico (NPP)
- Apenas participo do Núcleo Político Pedagógico (NPP)
- Outro:

30. O que o motivou a construir/colaborar com o Cursinho Podemos Mais Heliópolis?

- Porque é mais perto da minha casa e/ou trabalho
- Porque acredito que a educação pode mudar a vida dos jovens
- Porque é um cursinho focado nos conteúdos para o vestibular/ENEM
- Porque o Cursinho se propõe a formar jovens críticos e engajados politicamente
- Porque me sinto parte da construção do Cursinho
- Outro:

31. Qual o aspecto mais positivo do Cursinho Podemos Mais Heliópolis?

- Professores
- Estudantes
- Estrutura física (salas de aula, auditório, biblioteca, espaço de confraternização)
- Materiais didáticos (livros, jogos, multimídia, etc)
- As atividades para além da sala de aula (visitas a parques e museus, participação de palestras, participação de mobilizações, etc.)
- Os espaços de participação (núcleos de base, assembleias, reuniões da coordenação)
- Outro:

32. O que você gostaria de mudar no Cursinho Podemos Mais Heliópolis?

- Meus colegas
- Estrutura física (salas de aula, auditório, biblioteca, espaço de confraternização)
- Mudar para outro bairro/comunidade
- Materiais didáticos (livros, jogos, multimídia, etc)
- As atividades para além da sala de aula (visitas a parques e museus, participação de palestras, participação de mobilizações, etc.)
- Os espaços de participação (núcleos de base, assembleias, reuniões da coordenação)
- Outro:

33. Você saiu do Cursinho Podemos Mais Heliópolis? Por qual motivo?

- Porque é muito longe da minha casa
- Porque estou sem tempo
- Porque o Cursinho não atendeu às minhas expectativas
- Não saí do Cursinho, apenas parei de ir por causa da Pandemia do Covid-19
- Outro:

34. Você tem um projeto profissional?

- Qualquer um porque dependerá das oportunidades
- Fazer um concurso público
- Um projeto profissional que me permita ser um trabalhador autônomo/empreendedor
- Um projeto que me realize profissionalmente
- Ganhar muito dinheiro, não importa como

Outro:

35. Você já escolheu a profissão que deseja exercer? Qual?

---

36. Com quem você se sente melhor e mais feliz?

- Com a família
- Com os colegas da escola/faculdade
- Com os colegas do trabalho
- Com meus professores
- Com meus amigos
- Com o(a) namorado(a)
- Sozinho(a)
- Com os contatos da internet
- Outro:

37. Onde você se sente melhor e mais feliz?

- No trabalho
- Em casa
- No ambiente de estudos (escola, faculdade, etc.)
- Na comunidade
- No movimento social
- Na ONG
- Na Internet
- Na igreja/terreiro/templo
- Nas festas e baladas

38. O que você mais faz quando não está estudando?

- Trabalho
- Passo o tempo com meus amigos
- Ajudo em casa
- Assisto televisão
- Navego na internet

- Pratico esporte
- Participo de projetos/oficinas/ONGs
- Participo de movimentos sociais
- Participo de movimentos culturais
- Participo de partido político
- Faço cursos profissionalizantes
- Não faço nada
- Outro:

39. Você participa de algum grupo?

- Grupo de jovens
- Associação de moradores
- Associação de mulheres
- Igreja
- Cooperativa
- Partido político
- Associação de futebol
- Associação de escola de samba
- ONGs
- Movimento social
- Nenhum
- Outro:

40. Qual sua expectativa em relação ao futuro da sociedade?

- Haverá mudanças para melhor
- Só vai piorar daqui para frente
- Ficará como está
- Não sei
- Outro:

41. Você gostaria de fazer algum comentário?

---



PESQUISA COM OS ESTUDANTES DO CURSINHO PODEMOS MAIS HELIÓPOLIS  
PARA A DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE RAFAEL MÁRCIO KRETZER (UFSC)

Caro(a) Estudante:

Este questionário que você tem em mãos é parte de uma pesquisa de dissertação de mestrado que está sendo desenvolvida pelo estudante Rafael Márcio Kretzer da Universidade Federal de Santa Catarina. O objetivo da pesquisa é conhecer a condição dos jovens do Cursinho Podemos Mais Heliópolis, bem como a relação que estabelecem com este cursinho. Se você aceitar respondê-lo, saiba que sua colaboração será importante para os estudos sobre a juventude e a educação na nossa sociedade. Você não será identificado(a) e não será divulgado o nome de nenhuma pessoa que responder a este questionário. Você poderá entrar em contato com o pesquisador pelo telefone (48) 99624-1580 e e-mail rafakretzer@gmail.com em qualquer momento que achar necessário.

Muito Obrigado!<sup>78</sup>

1. Idade

- Menos de 15 anos
- 15 anos
- 16 anos
- 17 anos
- 18 anos
- 19 anos
- 20 a 25
- 25 a 30
- Mais de 30 anos

2. Gênero

- Masculino

---

<sup>78</sup> Formulário habilitado para receber apenas uma resposta.

Feminino

Outro:

3. Como você se define?

Branco

Negro

Indígena

Pardo

Asiático

Outro:

4. Qual o nome do bairro/comunidade que você mora?

---

5. Há quanto tempo neste bairro/comunidade?

Desde que nasceu

Menos de 1 ano

De 1 a 5 anos

De 5 a 10 anos

Mais de 10 anos

6. Qual meio de locomoção você usa ou usava quando você ia ao Cursinho Podemos Mais Heliópolis:

Marcar apenas uma oval

Caminhando

Bicicleta

Moto

Carro

Ônibus

Metrô

Outro:

7. Quanto tempo você leva para chegar ao Cursinho Podemos Mais Heliópolis?

---

8. Cidade e Estado onde você nasceu

---

9. Com quem você mora?

- Com meus pais
- Com outros familiares
- Com meus filhos
- Com esposa(o), namorada(o)
- Sozinho
- Com amigos
- Outro:

10. Você se considera religioso(a)? Com qual religião você se identifica?

---

11. Qual a sua escolaridade?

- Cursando o Ensino Fundamental
- Ensino Fundamental Completo
- Cursando o Ensino Médio
- Ensino Médio Completo
- Cursando o Ensino Superior
- Ensino Superior completo
- Pós-graduação

12. Qual a escolaridade de seu pai (ou responsável)

- Não Alfabetizado
- Alfabetizado
- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo

- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Completo
- Pós-graduação
- Não sei

13. Qual a escolaridade de sua mãe (ou responsável)

- Não Alfabetizada
- Alfabetizada
- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Completo
- Pós-graduação
- Não sei

14. Renda familiar (soma de todos os rendimentos da família)

- Até 1 salário mínimo (Até R\$ 1.039,00)
- De 1 a 2 salários mínimos (De R\$ 1.039,00 a R\$ 2.078,00)
- De 2 a 4 salários mínimos (De R\$ 2.078,00 a R\$ 4.156,00)
- De 4 a 6 salários mínimos (De R\$ 4.156,00 a R\$ 6.234,00)
- Mais de 6 salários mínimos (Mais de R\$ 6.234,00)
- Mais de 10 salários mínimos (Mais de R\$ 10.390,00)
- Não sei
- Outro:

15. Se você mora sozinho, qual sua renda individual?

- Até 1 salário mínimo (Até R\$ 1.039,00)
- De 1 a 2 salários mínimos (De R\$ 1.039,00 a R\$ 2.078,00)
- De 2 a 4 salários mínimos (De R\$ 2.078,00 a R\$ 4.156,00)
- De 4 a 6 salários mínimos (De R\$ 4.156,00 a R\$ 6.234,00)
- Mais de 6 salários mínimos (Mais de R\$ 6.234,00)

Mais de 10 salários mínimos (Mais de R\$ 10.390,00)

Outro:

16. Sua família participa de algum Programa Social do Governo ou recebe algum tipo de bolsa? Qual?

---

17. Em que seu pai (ou responsável) trabalha?

---

18. Em que sua mãe (ou responsável) trabalha?

---

19. Quantas pessoas em sua casa possuem carteira assinada?

---

20. Analisando a sua situação de estudante, assinale a que mais corresponde à sua realidade:

Eu só estudo

Estudo, não trabalho, mas pretendo ou preciso trabalhar

Estudo e trabalho

Outro:

21. Com que idade você começou a trabalhar?

Antes dos 10 anos

10 a 12 anos

12 a 14 anos

14 a 16 anos

16 a 18 anos

18 a 22 anos

Após os 22 anos

Nunca trabalhei

22. Em que você trabalha atualmente?

---

23. O que é o estudo para você?

- Estudo é preparação para o trabalho
- Estudo é um tédio
- Estudo é algo que me satisfaz
- Não sei
- Outro:

24. O que mais atrapalha seus estudos?

- O trabalho
- Cuidar dos meus irmãos menores
- As atividades domésticas
- Outros projetos de formação profissional
- Participar de movimentos sociais
- Internet/televisão/*videogame*
- Praticar esporte regularmente
- Passar muito tempo com os amigos
- Outro:

25. Por que você acha que os jovens desistem dos estudos?

- Não possuem condições financeiras
- Porque o estudo não tem serventia nenhuma
- Não possuem apoio da família
- Precisam trabalhar
- Se envolvem com álcool e/ou outras drogas
- Outro:

26. Por quanto tempo você estudou no Cursinho Podemos Mais Heliópolis?

- Menos de 1 mês
- Até 6 meses
- Até 1 ano

Até 1 ano e 6 meses

Até 2 anos

27. Por que você estuda ou estudava no Cursinho Podemos Mais Heliópolis?

Porque é mais perto da minha casa

Porque é mais perto do meu trabalho

Por influência da família

Por influência dos amigos e colegas

Porque oferece um bom preparo para o vestibular/ENEM

Porque oferece uma formação crítica e me faz refletir sobre a sociedade

Porque me sinto parte da construção do Cursinho

Outro:

28. Qual o aspecto mais positivo do Cursinho Podemos Mais Heliópolis?

Professores

Estudantes

Estrutura física (salas de aula, auditório, biblioteca, espaço de confraternização)

Materiais didáticos (livros, jogos, multimídia, etc)

Os conteúdos das disciplinas

As atividades para além da sala de aula (visitas a parques e museus, participação de palestras, participação de mobilizações, etc.)

Os espaços de participação (núcleos de base, assembleias, reuniões da coordenação)

Outro:

29. O que você gostaria de mudar no Cursinho Podemos Mais Heliópolis?

Professores

Meus colegas

Estrutura física (salas de aula, auditório, biblioteca, espaço de confraternização)

Mudar para outro bairro/comunidade

Os conteúdos das disciplinas

Materiais didáticos (livros, jogos, multimídia, etc)

As atividades para além da sala de aula (visitas a parques e museus, participação de palestras, participação de mobilizações, etc.)

- Os espaços de participação (núcleos de base, assembleias, reuniões da coordenação)
- Outro:

30. Você saiu do Cursinho Podemos Mais Heliópolis? Por qual motivo?

- Porque é muito longe da minha casa
- Porque estou sem tempo
- Porque não era o que eu imaginava
- Não saí do Cursinho, apenas parei de ir por causa da Pandemia do Covid-19
- Outro:

31. Você tem um projeto profissional?

- Qualquer um porque dependerá das oportunidades
- Fazer um concurso público
- Um projeto profissional que me permita ser um trabalhador autônomo/empreendedor
- Um projeto que me realize profissionalmente
- Ganhar muito dinheiro, não importa como
- Outro:

32. Você já escolheu a profissão que deseja exercer? Qual?

---

33. Com quem você se sente melhor e mais feliz?

- Com a família
- Com os colegas da escola
- Com os colegas do trabalho
- Com meus professores
- Com meus amigos
- Com o(a) namorado(a)
- Sozinho(a)
- Com os contatos da internet
- Outro:

34. Onde você se sente melhor e mais feliz?



- No trabalho
- Em casa
- No ambiente de estudos (escola, cursinho, etc.)
- Na comunidade
- No movimento social
- Na ONG
- Na Internet
- Na igreja/terreiro/templo
- Nas festas e baladas

35. O que você mais faz quando não está estudando?

- Trabalho
- Passo o tempo com meus amigos
- Ajudo em casa
- Assisto televisão
- Navego na internet
- Pratico esporte
- Participo de projetos/oficinas/ONGs
- Participo de movimentos sociais
- Participo de movimentos culturais
- Participo de partido político
- Faço cursos profissionalizantes
- Não faço nada
- Outro:

36. Você participa de algum grupo?

- Grupo de jovens
- Associação de moradores
- Associação de mulheres
- Igreja
- Cooperativa
- Partido político
- Associação de futebol

- Associação de escola de samba
- ONGs
- Movimento social
- Nenhum
- Outro:

37. Qual sua expectativa em relação ao futuro da sociedade?

- Haverá mudanças para melhor
- Só vai piorar daqui para frente
- Ficaré como está
- Não sei
- Outro:

38. Você gostaria de fazer algum comentário?

---